

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING

RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 030/2026
Data: 19/02/2026



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
CRISTINA CASTRO ASSUME COMO DIRETORA SUBSTITUTA DA ANTAQ APÓS SAÍDA DE FLÁVIA TAKAFASHI	4
ANTAQ MANTÉM RITO SUMÁRIO PARA RESOLVER COBRANÇAS DE CONTÊINERES	5
ME – MOVIMENTO ECONÔMICO	5
ESTOCAGEM EM ALAGOAS PODE REDEFINIR LÓGICA DO MERCADO DE GÁS NO BRASIL	5
TRANSNORDESTINA PODE REDUZIR EM 66% CUSTOS LOGÍSTICOS DO ALGODÃO NO CARIRI	8
MOVIMENTO ECONÔMICO REÚNE BANCOS E SETOR PRODUTIVO PARA DISCUTIR CENÁRIOS PARA INVESTIMENTOS	9
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	10
RITO SUMÁRIO EM PROCESSOS FOI MANTIDO E AMPLIADO PELA ANTAQ	10
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF	11
AEROPORTOS DO CENTRO-OESTE RECEBERAM MAIS DE 12,5 MILHÕES DE PASSAGEIROS EM 2025	11
BE NEWS – BRASIL EXPORT	13
EDITORIAL – A CORRIDA PELA SOBERANIA DO AMANHÃ	13
INSIGHT – PLANEJAMENTO – FERROVIAS: LESSONS LEARNED... AND TO LEARNED. AND TO LEARN	14
NACIONAL - HUB – CURTAS	17
<i>O petróleo e o SUS</i>	17
<i>Convite aos ministros do Supremo</i>	17
<i>Aos parentes também</i>	17
<i>Orçamento</i>	17
<i>Adequação ao ECA Digital</i>	17
POLÍTICA - LINDBERGH ACIONA TSE CONTRA EX-MINISTRO E FLÁVIO BOLSONARO	18
POLÍTICA - ANO ELEITORAL IMPEDIRÁ ANÁLISE DE VETOS DE ‘PENDURICALHOS’, DIZ PT	19
POLÍTICA - OPOSIÇÃO CELEBRA REBAIXAMENTO DE ESCOLA DE SAMBA QUE HOMENAGEOU LULA	20
TRANSPORTES - PORTOS - STJ BARRA COBRANÇA DE OGMO CALCULADA POR TONELAGEM DE CARGA	20
TRANSPORTES – PORTOS - PORTOS DO PARANÁ CONCENTRAM QUASE METADE DAS EXPORTAÇÕES DE FRANGO	22
TRANSPORTES – PORTOS - NAVIO QUE BATEU EM BALSAS DEIXA O PORTO DE SANTOS APÓS OPERAÇÃO	23
TRANSPORTES - PORTOS - PROGRAMA DO MPOR LEVA ATENDIMENTO MÉDICO A 7 MIL TRABALHADORES	24
TRANSPORTES - AVIAÇÃO - AZUL GARANTE US\$ 300 MILHÕES E REFORÇA CAPITAL PARA SAÍDA DO CHAPTER 11	25
TRANSPORTES - AVIAÇÃO - AMEAÇA DE ARTEFATO EXPLOSIVO ACIONA EQUIPES ESPECIAIS EM GUARULHOS	26
LOGÍSTICA - AVANÇO DA BYD PRESSIONA MERCADO DE GALPÕES NA BAHIA	26
LOGÍSTICA - CEVA LOGISTICS CONQUISTA SELO TOP EMPLOYER AMÉRICA LATINA	27
INDÚSTRIA - YANMAR ANUNCIA FÁBRICA PARA TESTES DE MOTORES MARÍTIMOS A HIDROGÊNIO	28
MINERAÇÃO - FINEP DESTINA R\$ 200 MILHÕES A PROJETOS DE INOVAÇÃO MINERAL	28
MINERAÇÃO - OURO SOBE MAIS DE 2% ANTES DA ATA DO FED	29
COMÉRCIO EXTERIOR - JANEIRO REGISTRA CRESCIMENTO DE 10% NAS EXPORTAÇÕES AOS PAÍSES ÁRABES	30
COMÉRCIO EXTERIOR - PORTO SECO DE FOZ DO IGUAÇU MOVIMENTA US\$ 9,7 BILHÕES EM 2025	31
FINANÇAS - BC DECRETA LIQUIDAÇÃO DO BANCO PLENO E DE SUA DISTRIBUIDORA	32
FINANÇAS - FGC JÁ PAGOU R\$ 37,2 BILHÕES EM GARANTIAS A CREDORES DO MASTER	33
FINANÇAS - IBOVESPA EMENDA 3ª PERDA, MAS DEFENDE A LINHA DOS 186 MIL	33
FINANÇAS - EM PREGÃO DE LIQUIDEZ REDUZIDA, DÓLAR VAI A R\$ 5,24 COM EXTERIOR	34
FINANÇAS - MERCADO REDUZ PREVISÃO DA INFLAÇÃO PARA 3,95% ESTE ANO	35
FINANÇAS - PROJEÇÃO PARA DÉFICIT PRIMÁRIO DO SETOR PÚBLICO CAI PARA 0,50% DO PIB	36
COMUNICAÇÃO & MARKETING - OPINIÃO - COMO RETOMAR O CONTROLE DA “SUA HISTÓRIA” COM A TÉCNICA DO BRIDGE	37
JUSTIÇA - MORAES ARQUIVA INQUÉRITO CONTRA CARLA ZAMBELLI	38
JUSTIÇA - PRESA NA ITÁLIA, EX-DEPUTADA AGUARDA RESULTADO DO JULGAMENTO DE EXTRADIÇÃO	39
JUSTIÇA - STF REAFIRMA CORREÇÃO DO FGTS PELO IPCA	39
JUSTIÇA - MINISTRO DO STJ ACUSADO DE ASSÉDIO RECEBE ALTA APÓS INTERNAÇÃO	40
JUSTIÇA - OPINIÃO – DIREITO - CONGESTIONAMENTO PORTUÁRIO E SEUS EFEITOS JURÍDICOS NO TRANSPORTE MARÍTIMO	41
INTERNACIONAL - RÚSSIA X UCRÂNIA: CONVERSAS TERMINAM SEM AVANÇO	42
INTERNACIONAL - RUSSOS RECEBEM CHANCELER CUBANO E PEDEM BOM SENSO AOS EUA	44
INTERNACIONAL - IRÃ, CHINA E RÚSSIA INICIAM EXERCÍCIO NAVAL CONJUNTO	44
INTERNACIONAL - CASA BRANCA PRIORIZA DIPLOMACIA, MAS VÊ ARGUMENTOS A FAVOR DE ATAQUE	45



JORNAL O GLOBO – RJ.....	46
MESMO COM TARIFAÇÃO DE TRUMP, DÉFICIT COMERCIAL DOS EUA SOMA US\$ 901 BI EM 2025, UM DOS MAIORES DA HISTÓRIA	46
EM RECADO AO CONGRESSO, DINO DIZ QUE CABERÁ APENAS AO STF REGULAR PENDURICALHOS CASO LEI NÃO SEJA APROVADA	47
DINO DÁ NÓ TÁTICO NOS LOBBIES DO FUNCIONALISMO E AMPLIA ALCANCE DE DECISÃO SOBRE PENDURICALHOS	48
FLÁVIO DINO TOMA DECISÃO PARA FECHAR AS BRECHAS AO FIM DOS PENDURICALHOS.....	49
PRESIDENTE DA UNAFISCO DIZ QUE DECISÃO DE MORAES É ‘DESPROPORCIONAL’ E INTIMIDAÇÃO À RECEITA: ‘ERA PARA CRIAR DISCURSO DE QUE STF FOI ATACADO’	50
EM NOVA DECISÃO, DINO PROÍBE EDIÇÃO DE LEIS QUE CRIEM 'PENDURICALHOS'	51
GREVE GERAL CONTRA REFORMA DE MILEI AFETA VOOS NO BRASIL; NA ARGENTINA, TRENS E METRÔ ESTÃO PARADOS	52
MASTER: REAÇÕES DE TOFFOLI E ALEXANDRE DE MORAES EXPÕEM O FOSSO ENTRE O STF E A SOCIEDADE	53
OFENSIVA DE MORAES SOBRE RECEITA DEIXA SERVIDORES 'ASSUSTADOS' E TRAZ CONSEQUÊNCIAS 'SEVERAS', DIZEM AUDITORES	55
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP.....	57
LINHA 6-LARANJA DE METRÔ: TRECHO BRASILÂNDIA-PERDIZES SERÁ ENTREGUE EM OUTUBRO, DIZ CEO DA ACCIONA	57
COMÉRCIO DE MERCADORIAS DOS EUA ATINGIU DÉFICIT RECORDE EM 2025, SOB AS TARIFAS DE TRUMP.....	60
PETROBRAS PASSA A REMUNERAR PRESIDENTE E DIRETORES DO ALTO ESCALÃO COM BASE EM METAS DE DIVERSIDADE	63
SEIS ESTADOS E DF COMEÇAM O ANO SEM DINHEIRO EM CAIXA PARA QUITAR DÍVIDAS E ASSUMIR NOVAS DESPESAS	66
CASO MASTER: CORREGEDOR MANDA CINCO TRIBUNAIS EXPLICAREM DEPÓSITOS BILIONÁRIOS NO BRB.....	68
VALOR ECONÔMICO (SP).....	74
ARGENTINA ENFRENTA GREVE GERAL ANTES DE VOTAÇÃO SOBRE REFORMA TRABALHISTA DE MILEI	74
SERVIDORA DA RECEITA DIZ À PF QUE ATENDIA OUTRA PESSOA NO HORÁRIO DE ACESSO A DADOS DE ESPOSA DE MORAES ..	75
VALE ATRAI SÓCIOS PARA PROJETO DE NÍQUEL NO CANADÁ.....	77
COMPETIÇÃO ENTRE AMAZON, SHOPEE E MERCADO LIVRE ENTRA EM NOVA FASE.....	77
INVESTIMENTOS EM TERRAS RARAS SOMAM R\$ 13,2 BILHÕES NO BRASIL	80
MENDONÇA VERSUS O ATROPELADOR GERAL DA REPÚBLICA	84
FOLHA DE SÃO PAULO - SP	85
EF-118: O CONTRATO QUE DEFINIRÁ O PADRÃO DAS NOVAS FERROVIAS	85
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	87
ANSCHÜTZ ENTREGA O SISTEMA INBS PARA A PRIMEIRA FRAGATA DA CLASSE TAMANDARÉ.....	87
A CMA CGM ENCOMENDOU SEIS NAVIOS PORTA-CONTÊINERES MOVIDOS A GNL NA ÍNDIA.....	87
HAPAG-LLOYD ADQUIRE A COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO ZIM.....	88
PORTOS DO PARANÁ CONCENTRAM QUASE METADE DAS EXPORTAÇÕES DE FRANGO DO BRASIL.....	89
MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA	90
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPING.COM E NO LINKEDIN.COM	90



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

CRISTINA CASTRO ASSUME COMO DIRETORA SUBSTITUTA DA ANTAQ APÓS SAÍDA DE FLÁVIA TAKAFASHI

Superintendente de ESG e Inovação ocupará interinamente a vaga na Diretoria Colegiada da agência
Por Maurício Martins 19 de fevereiro de 2026



A função interina pode ser ocupada por até seis meses (Divulgação)

Superintendente de ESG e Inovação da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Cristina Castro Lucas de Souza assumirá o cargo de diretora substituta da agência. A portaria de convocação para que Cristina exerça a função de forma interina foi assinada nesta quarta-feira (18) pelo diretor-geral Frederico Dias.

Assim que a portaria for publicada no Diário Oficial da União (DOU), ela passa a ocupar a vaga deixada por Flávia Takafashi, cujo mandato de mais de quatro anos terminou nesta quarta-feira (18).

A função interina pode ser ocupada por até seis meses, período no qual o presidente da República deve indicar uma pessoa para o cargo. Cristina é cotada para ficar permanentemente, mantendo a vaga feminina na Diretoria Colegiada, um desejo do setor e ressaltado por Flávia para A Tribuna.



No mês passado, a superintendente de ESG e Inovação da Antaq já havia assumido a presidência do Comitê de Gênero e Diversidade do Setor Aquaviário, também substituindo Flávia Takafashi. Criado em 2024, o grupo reúne mulheres que ocupam a liderança em vários segmentos.

A iniciativa tem como objetivo aumentar a equidade de gênero, fomentando o debate e o desenvolvimento das ações concretas destinadas à promoção da diversidade e da inclusão no setor portuário e marítimo.

Cristina Castro assumirá o cargo de diretora substituta da agência (Fred Cintra/Divulgação)

Experiência

Servidora da Antaq, Cristina tem trânsito fácil no setor, sendo considerada uma profissional técnica e do diálogo. Especialista em ESG (Meio Ambiente, Social e Governança, da sigla em inglês), em novembro do ano passado, ela lançou em Santos o livro Descomplicando ESG: como alcançar sustentabilidade estratégica (Tagore Editora), com o objetivo de tornar o tema mais didático ao público em geral.

Segundo ela, o livro nasceu da vontade de juntar um legado de 20 anos na área e mostrar aos gestores como aplicar essas experiências no dia a dia das empresas. Para Cristina, as empresas estão avançando nas práticas ESG porque entenderam que isso é uma grande fonte de recursos financeiros.

Cristina costuma participar dos debates promovidos pelo Grupo Tribuna, especialmente do projeto COP Portos Sustentáveis, iniciado no ano passado e que se transformou em um documento encaminhado à 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30), em Belém (PA), pelo Governo Federal.

Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 19/02/2026

ANTAQ MANTÉM RITO SUMÁRIO PARA RESOLVER COBRANÇAS DE CONTÊINERES

Decisão amplia a composição amigável e permite arquivamento de denúncias quando há acordo entre usuários e agentes do transporte marítimo

Por A Tribuna.com.br 19 de fevereiro de 2026



Agência evitou cobrança indevida de mais de R\$ 23 milhões decorrentes de sobre-estadia de contêineres (Alexsander Ferraz/At)

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) decidiu manter a aplicação do rito sumário de composição amigável entre as partes para as reclamações de cobranças de sobre-estadia de contêineres que foram protocoladas na Agência.

A decisão, da semana passada, também irá abranger as reclamações de cobranças indevidas quanto à logística de contêineres, permitindo o arquivamento das denúncias quando houver acordo. Já os processos sancionadores serão destinados aos casos aplicáveis.

O Acórdão da Diretoria Colegiada permite que a Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais (SFC), setor da Antaq, exija dos usuários denunciante um registro prévio de contestação (dispute) junto ao agente que efetuou a cobrança supostamente indevida.

Para a gerente de Coordenação das Unidades Regionais da agência, Flávia Pontilhão, “o rito sumário faz parte de uma postura conciliadora e antiburocrática que a SFC vem adotando desde agosto do ano passado, intermediando acordos entre usuários, agentes marítimos e armadores. A ideia é garantir que os direitos de todos os envolvidos na cadeia logística sejam respeitados”.

De agosto a dezembro de 2025, a Superintendência de Fiscalização da Agência evitou a cobrança indevida de mais de R\$ 23 milhões decorrentes de sobre-estadia de contêineres. Essa é a cobrança (multa/indenização) feita pelo armador (a empresa responsável pelo transporte marítimo e proprietária do contêiner) ao usuário da carga (importador ou exportador) quando o contêiner permanece sob sua posse por um período superior ao prazo livre estipulado em contrato.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 19/02/2026



ME – MOVIMENTO ECONÔMICO

ESTOCAGEM EM ALAGOAS PODE REDEFINIR LÓGICA DO MERCADO DE GÁS NO BRASIL

Origem Energia prevê início das operações de estocagem ainda este ano, com capacidade inicial de 50 milhões de metros cúbicos

Por Vanessa Siqueira - De Alagoas vanessa.siqueira@movimentoeconomico.com.br

A Origem Energia deve iniciar no segundo semestre deste ano a primeira fase do projeto de estocagem subterrânea de gás natural do Brasil, em Alagoas, com capacidade inicial de 50 milhões de metros cúbicos e investimento de cerca de US\$ 20 milhões. Mais do que um novo ativo energético, o projeto utiliza antigos reservatórios do Polo Alagoas como infraestrutura voltada ao equilíbrio entre oferta e demanda de gás, à redução da dependência de importações e à inserção do estado na dinâmica de balanceamento do mercado brasileiro e sul-americano.

Em entrevista ao Movimento Econômico, o diretor de Estocagem de Gás da Origem Energia, Anderson Bastos, detalhou como vai funcionar o projeto e sua importância para o setor energético nacional.



Projeto de estocagem de gás natural será o primeiro do Brasil e vai posicionar estado de forma estratégica no mercado energético. Foto: Origem Energia

O projeto será implantado no Polo Alagoas, no município de Pilar, região Metropolitana de Maceió, utilizando reservatórios geológicos já depletados e a infraestrutura existente da unidade, que pertencia à Petrobras, e passará por adaptações para operar como sistema comercial de estocagem para terceiros.

Na fase inicial, a capacidade será de cerca de 50 milhões de metros cúbicos de gás natural, com possibilidade de expansão para até 84 milhões de metros cúbicos em uma segunda etapa já desenhada pela empresa.

A operação contará com capacidade diária de injeção de até 800 mil metros cúbicos e retirada de aproximadamente 500 mil metros cúbicos, volumes capazes de atender oscilações relevantes de oferta e demanda no mercado.

“Para viabilizar essa operação, estamos investindo aproximadamente US\$ 20 milhões na adaptação do Polo Alagoas, com revisão de poços, linhas, compressores e instalação de sistemas de medição exigidos pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Embora utilizemos infraestrutura já existente, é necessário isolar completamente a operação de estocagem da produção de gás, criando uma atividade comercial dedicada a terceiros, com total controle e rastreabilidade”, explicou.

Autorização da ANP estabelece marco regulatório para estocagem de gás

A viabilização do projeto em Alagoas exigiu a construção de um caminho regulatório específico no país. Embora a estocagem subterrânea de gás seja prática consolidada em mercados como Estados Unidos e Europa, o Brasil ainda não contava com regulamentação própria para essa atividade. Nesse contexto, a autorização concedida em dezembro do ano passado pela ANP representa um avanço regulatório para o setor.

Segundo Anderson Bastos, o processo foi resultado de trabalho técnico conjunto entre a Origem Energia e a agência reguladora, com base em normas internacionais já consolidadas. “A estocagem é uma atividade madura no exterior. O desafio aqui não foi técnico, mas regulatório. Foi um processo de alinhamento, em que a ANP internalizou referências da Europa e dos Estados Unidos para criar um arcabouço seguro para o Brasil”, afirmou.

A minuta de autorização publicada pela ANP reconhece a estocagem como atividade econômica específica, sujeita à fiscalização do órgão, operada sob lógica de negociação bilateral entre os agentes de mercado. A definição estabelece parâmetros jurídicos para a prestação desse serviço e sinaliza a possibilidade de desenvolvimento desse segmento no país.



“A autorização não trata apenas do nosso projeto. Ela cria um precedente regulatório que permite o desenvolvimento de um novo mercado no Brasil, com regras claras para quem quiser investir em estocagem de gás no futuro”, destacou Bastos.

Anderson Bastos, diretor de Estocagem de Gás da Origem Energia, detalhou como funcionará projeto e importância para o mercado. Foto: Origem Energia

Estocagem amplia flexibilidade do mercado de gás

Segundo o diretor da Origem, a estocagem subterrânea funciona como um “pátio do gás”, permitindo equilibrar diferenças entre produção e consumo, que nem sempre caminham de forma sincronizada. A ferramenta amplia a flexibilidade do sistema, reduz riscos operacionais e aumenta a previsibilidade para produtores e comercializadores.

“A produção de gás tem uma lógica econômica própria e a demanda segue outra dinâmica. Quando essas curvas não se encontram, surgem desafios operacionais. A estocagem entra exatamente para fazer esse balanceamento”, explicou Bastos.

Esse papel é potencializado pela integração do Polo Alagoas à malha de transporte operada pela TAG, que conecta o Nordeste às regiões Sudeste e Sul do país e à Bolívia e à Argentina, integrando o sistema brasileiro ao mercado sul-americano de gás. Com essa interligação, a infraestrutura passa a atender não apenas o mercado local, mas também operações de compra e venda em escala regional.

“Qualquer agente que tenha acesso a gás competitivo em outros países da América do Sul pode armazenar esse volume em Alagoas e buscar um mercado futuro. Isso coloca o estado como um centro relevante de balanceamento do mercado”, afirmou Bastos.

Estocagem pode reduzir dependência de GNL importado

Atualmente, a principal ferramenta de flexibilidade do mercado brasileiro de gás é a importação de gás natural liquefeito (GNL), por meio de terminais com alto custo de implantação e capacidade ociosa significativa. Esses ativos foram dimensionados para atender picos de demanda, mas implicam custos estruturais elevados.

Segundo Bastos, a estocagem subterrânea surge como alternativa complementar. “Em vez de recorrer ao GNL, que depende do mercado internacional, o país pode aumentar a produção doméstica e armazenar esse gás quando não houver mercado imediato. Isso reduz custos e amplia a competitividade do mercado brasileiro”, disse.

Ao reduzir o risco de desequilíbrio entre oferta e demanda, a estocagem também atua como facilitador da abertura do mercado de gás. Enquanto grandes empresas conseguem administrar volatilidades com portfólios robustos, agentes médios e menores enfrentam mais dificuldades para operar em ambiente instável.

“A estocagem diminui essas barreiras e viabiliza a entrada de novos comercializadores, fortalecendo a concorrência e ampliando as opções para o consumidor”, afirmou.

Inserido no contexto da Nova Lei do Gás, o projeto em Alagoas passa a integrar a infraestrutura que sustenta um mercado mais aberto e competitivo, ao oferecer mecanismo de mitigação de risco operacional.



Primeira fase do projeto deve iniciar com de cerca de 50 milhões de metros cúbicos de gás natural diários. Foto: Origem Energia

Segurança energética e suporte às renováveis

Além dos efeitos diretos sobre o mercado de gás, a estocagem subterrânea assume papel relevante na segurança energética do país e na integração com fontes renováveis. Em um sistema com elevada participação de eólica e solar, a disponibilidade de gás natural em momentos de pico é fundamental para garantir estabilidade ao fornecimento de energia elétrica.

Segundo Bastos, a estocagem viabiliza a operação das chamadas térmicas de capacidade, acionadas quando o sistema precisa de reforço. “Essas usinas garantem o aumento da oferta de renováveis, mas

precisam ter segurança de suprimento de gás. A estocagem assegura que esse gás estará disponível quando for necessário”, explicou.

Nesse contexto, o projeto em Alagoas passa a funcionar como infraestrutura de suporte à expansão das renováveis, especialmente no Nordeste, região com forte presença eólica e solar.

“A estocagem traz previsibilidade de preço, garantia de acesso e estabilidade de suprimento. Esses três atributos formam a base da segurança energética”, concluiu Bastos.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 19/02/2026

TRANSNORDESTINA PODE REDUZIR EM 66% CUSTOS LOGÍSTICOS DO ALGODÃO NO CARIRI

Produção de 2,5 milhões de kg em 1.000 hectares sofre com frete triplicado. Terminal da TLSA em Missão Velha conectará produtores cearenses de algodão aos portos de Pecém e Suape

Da Redação ME - redacao@movimentoeconomico.com.br



Segundo os produtores do Cariri cearense, o cultivo de algodão exige comercialização em larga escala para ser economicamente viável. Foto: Yas Fonseca/MIDR

Produtores de algodão da Região Metropolitana do Cariri, no sul do Ceará, identificam na Ferrovia Transnordestina a solução para reduzir custos logísticos que atualmente triplicam devido à dependência exclusiva do modal rodoviário para escoamento de pluma (fibra têxtil) e caroço aos portos de Pecém (CE) e Suape (PE). A Associação dos Produtores de Algodão do Estado do Ceará (Apaece), fundada em 2020, opera 1.000 hectares plantados distribuídos entre 10 sócios nos municípios de Missão Velha, Barbalha, Brejo Santo, Mauriti, Abaiara, Milagres e Porteiras.

Cícero Gonçalves, tesoureiro da Apaece, afirma que para compra de 100 mil quilos de adubo produtores podem enfrentar até três cobranças diferentes de frete, incluindo produtos provenientes do oeste da Bahia e insumos que chegam pelo porto de Suape. “Para comprar 100 mil quilos de adubo podemos ter até três cobranças diferentes de frete. Compramos muitos produtos que vêm do oeste da Bahia e, às vezes, recebemos produtos de fora que chegam pelo porto de Suape, em Pernambuco. A questão logística atrapalha muito”, explica.

A produção de 1.000 hectares gera, em média, 2,5 milhões de quilos de algodão em rama, com rendimento de 40% de pluma (fibra têxtil) e 60% de caroço (subproduto). O caroço é comercializado a R\$ 1,70 por quilo na região, enquanto a pluma alcança R\$ 9 por quilo. A distância em relação aos grandes centros comerciais de Fortaleza e Recife acarreta perda de competitividade para produtores do centro-sul cearense em comparação aos do norte do estado.



Cícero Gonçalves é tesoureiro e cofundador da Associação dos Produtores de Algodão do Estado do Ceará (Apaece). Foto: Yas Fonseca/MIDR

Terminal estratégico em Missão Velha

A Transnordestina Logística S.A. (TLSA) planeja instalar terminal de cargas em Missão Velha, onde está localizada uma das principais áreas de plantio da Apaece. “Principalmente para nós que trabalhamos com a agricultura, isso traz viabilidade de escoamento da produção”, afirma Gonçalves, explicando que o cultivo de algodão exige comercialização em larga escala para ser economicamente viável.

A ferrovia opera com modelo de contratação sob demanda, permitindo que cooperativas contratem desde um único vagão, facilitando tanto compra de insumos quanto escoamento de produção. A Apaeece tem caroços e plumas de algodão para serem vendidos por tonelada e está apoiando criação de cooperativa regional para comprar insumos em associação e comercializar para indústrias têxteis.



Transporte do algodão produzido no Cariri cearense é feito atualmente pelo modal rodoviário. Foto: Yas Fonseca/MIDR

Cooperativa de agroindústrias do Cariri

O Sistema OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras e Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo) instalou escritório em Juazeiro do Norte em maio de 2025, sob coordenação do analista Lucas Bonfim. A organização realiza oficinas de consultoria sobre cooperativismo, conectando cooperativas locais e produtores rurais que estabelecem dinâmicas coletivas de comercialização e compra de insumos.

A articulação dará origem à cooperativa de agroindústrias do Cariri, reunindo empreendedores dos segmentos de apicultura, pecuária de leite, hortifrutigranjeiro, mandiocultura, bovinocultura e cotonicultura para adquirir matérias-primas em larga escala e baratear custos de produção. “O nosso objetivo é orientá-los sobre o cooperativismo para que possam trabalhar de maneira organizada. É através dessa formalização que eles vão ter acesso a políticas públicas, crédito, assistência técnica de qualidade e novos mercados”, ressalta Bonfim.

O analista do Sistema OCB considera ampliar contato com a operadora da Transnordestina para viabilizar acesso a novos mercados. “A ferrovia traz essa possibilidade de fortalecer cada vez mais as cooperativas, dando acesso a novos mercados”, pontua. A conexão do sertão do Cariri com o Porto do Pecém via ferrovia viabiliza especialmente o setor de orgânicos, com destaque para tomate e batata orgânicos, produtos exigidos nos mercados europeu e americano.

Avanço das obras da Transnordestina no Ceará

A Ferrovia Transnordestina registra 80% de avanço físico em sua extensão total de 1.206 quilômetros, com trecho experimental de 679 km já liberado entre São Miguel do Fidalgo (PI) e Acopiara (CE), passando por Salgueiro (PE). O Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR) contribui para o avanço da ferrovia por meio do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE).

Eduardo Tavares, secretário Nacional de Fundos e Instrumentos Financeiros, informa que 100% dos lotes até o Porto do Pecém estão contratados, com mais de 3.500 trabalhadores atuando na ferrovia e execução mensal de mais de R\$ 120 milhões em obras. Os oito lotes remanescentes estão contratados. Após autorização da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e concessão de licença de operação pelo Ibama, trens de carga da ferrovia iniciaram circulação experimental no trecho liberado.

Fonte: ME – Movimento Econômico
Data: 19/02/2026

MOVIMENTO ECONÔMICO REÚNE BANCOS E SETOR PRODUTIVO PARA DISCUTIR CENÁRIOS PARA INVESTIMENTOS

A noite será coroada com a entrega do Prêmio Movimento Econômico – Ano I, que destaca lideranças e empresas de Pernambuco

Da Redação ME - redacao@movimentoeconomico.com.br

No dia 18 de março, às 18h, no auditório do RioMar Trade Center, Torre 5, no Recife, empresários e lideranças econômicas terão um ponto de encontro decisivo para discutir o ambiente de negócios em 2026. A cerimônia de entrega do Prêmio Movimento Econômico – Ano I foi estruturada não apenas como entrega de troféus, mas como um fórum de alto nível sobre crédito, desenvolvimento e oportunidades de investimento em Pernambuco e no Nordeste.



Palestrantes do Evento do Ano do Movimento Econômico: Rogério Sobreira, economista chefe do BNB; Maria Fernanda Coelho, diretora do BNDES; e Teco Medina, consultor financeiro/Fotos: divulgação

O evento reunirá representantes dos principais bancos de fomento do país em um debate voltado diretamente ao setor produtivo. Maria Fernanda Coelho, diretora Financeira e de Crédito Digital para Micro, Pequenas e

Médias Empresas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); o economista-chefe do Banco do Nordeste, Rogério Sobreira; e Teco Medina, consultor financeiro e comentarista da CBN, analisarão tendências macroeconômicas e cenários para investidores.

A proposta é conectar empresários às fontes de financiamento e às análises que orientam decisões estratégicas em um momento de reorganização fiscal, redefinição da política industrial e ampliação do crédito para micro, pequenas e médias empresas. O debate abordará acesso a capital, juros, investimentos, perspectivas regionais e os instrumentos disponíveis para expansão produtiva.

Prêmio Movimento Econômico

A noite será coroada com a entrega do Prêmio Movimento Econômico – Ano I, que chega à fase decisiva destacando lideranças e empresas que vêm redefinindo a economia de Pernambuco. A categoria Empresário do Ano reúne nomes à frente de organizações com forte influência em setores estratégicos.

Concorrem Diego Villar, CEO da Moura Dubeux; Edísio Pereira Neto, fundador e CEO do Z.ro Bank; Eduardo Peixoto, CEO do CESAR; Gilberto Tavares de Melo, presidente do Grupo Olho D'Água; Paulo Magnus, fundador e CEO da MV; Pedro Ivo Viana Moura, fundador da Viana & Moura Construções; e Pierre Lucena, presidente do Porto Digital.

Além das lideranças individuais, o prêmio reconhece empresas nas categorias Inovação, Sustentabilidade e Impacto Social. Entre as finalistas estão organizações CESAR, Complexo Industrial Portuário de Suape, Interne Soluções em Saúde, Tintas Iquine, Z.ro Bank, ACLF Empreendimentos, COOATES, Masterboi, Usina de Arte, Usina Central Olho D'Água, Julietto e Porto Digital.

Com entrada gratuita e inscrições pelo Sympla, o evento foi concebido para atrair empresários interessados não apenas na premiação, mas na construção de um ambiente de diálogo sobre os caminhos do crescimento regional. Ao reunir reconhecimento empresarial e discussão qualificada sobre financiamento e desenvolvimento, o Movimento Econômico coloca no mesmo palco quem influencia decisões e quem viabiliza investimentos.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 19/02/2026



ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

RITO SUMÁRIO EM PROCESSOS FOI MANTIDO E AMPLIADO PELA ANTAQ

Desde o segundo semestre de 2025, R\$ 23 milhões em cobranças indevidas foram barradas devido à atuação da Agência



Brasília, 18/02/2026 - A Agência Nacional dos Transportes Aquaviários (ANTAQ) decidiu manter a aplicação do rito sumário de composição amigável entre as partes para as reclamações de cobranças de sobre-estadia de contêineres

que foram protocoladas na Agência. Trata-se do Acórdão nº 72/2026-ANTAQ, publicado sexta-feira (13) no Diário Oficial da União (DOU).

A decisão também irá abranger as reclamações de cobranças indevidas quanto à logística de contêineres, permitindo o arquivamento das denúncias quando houver acordo. Já os processos sancionadores serão destinados aos casos aplicáveis.

O acórdão permite que a Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais (SFC), setor da ANTAQ, exija dos usuários denunciante um registro prévio de contestação (dispute) junto ao agente que efetuou a cobrança supostamente indevida.

Para a gerente de Coordenação das Unidades Regionais da Agência, Flávia Pontilhão, “o rito sumário faz parte de uma postura conciliadora e antiburocrática que a SFC vem adotando desde agosto do ano passado, intermediando acordos entre usuários, agentes marítimos e armadores. A ideia é garantir que os direitos de todos os envolvidos na cadeia logística sejam respeitados”.

ANTAQ e sua atuação contra irregularidades

De agosto a dezembro de 2025, a Superintendência de Fiscalização da Agência evitou a cobrança indevida de mais de R\$ 23 milhões decorrentes de sobre-estadia de contêineres. Essa é a cobrança (multa/indenização) feita pelo armador (a empresa responsável pelo transporte marítimo e proprietária do contêiner) ao usuário da carga (importador ou exportador) quando o contêiner permanece sob sua posse por um período superior ao prazo livre estipulado em contrato.

Durante esse período, houve 240 audiências, todas realizadas pelo Grupo Especializado de Fiscalização de Contêineres (GEF Contêineres), onde as partes envolvidas chegaram a um acordo em 176 delas, ou seja, 73,3% das demandas foram resolvidas. “As audiências, geralmente, são muito rápidas, duram menos de trinta minutos. Isso mostra a celeridade e a eficiência desse rito sumário”, contou a gerente.

Saiba mais:

<https://www.gov.br/antag/pt-br/noticias/2026/atuacao-da-antag-barra-cobranca-indevida-de-r-23-milhoes-em-sobre-estadia>

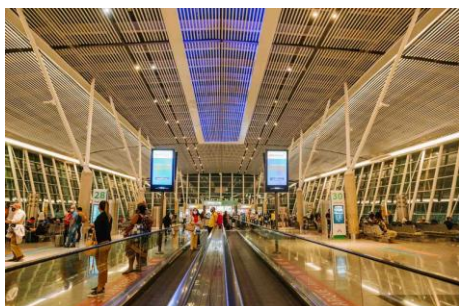
Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520 - FAX: (61) 2029-6517 - E-mail: asc@antag.gov.br

Data: 19/02/2026

GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

AEROPORTOS DO CENTRO-OESTE RECEBERAM MAIS DE 12,5 MILHÕES DE PASSAGEIROS EM 2025



Movimentação nos terminais da região foi a maior dos últimos sete anos

Os aeroportos do Centro-Oeste receberam 12.507.560 milhões de passageiros em 2025 - Foto: Divulgação

Os aeroportos do Centro-Oeste receberam 12.507.560 milhões de passageiros em 2025, 7,5% a mais do que em 2024, quando a movimentação foi de 11.634.480 viajantes. O resultado confirma a trajetória positiva do setor aéreo na região ao longo

do ano, com todos os meses de 2025 apresentando desempenho acima dos números registrados no ano anterior. Os dados foram compilados pelo Ministério de Portos e Aeroportos do Painel de

Demanda e Oferta da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). O painel indica ainda que o movimento de passageiros aéreos no Centro-Oeste em 2025 foi o maior dos últimos sete anos.

“É desenvolvimento regional conectado ao crescimento do país. Fortalecer a infraestrutura aérea é mais eficiência logística e competitividade para quem produz. Também representa integração do campo com os mercados nacionais e internacionais. Por isso, nosso trabalho é garantir que o transporte aéreo continue impulsionando a geração de empregos e a integração nacional”, explica o ministro da pasta, Costa Filho. A expectativa do governo é de que a região continue a registrar crescimento consistente nos próximos anos, consolidando o Centro-Oeste como um polo de referência para transporte aéreo, desenvolvimento econômico e integração logística.



Em porcentagem, Sinop (MT) liderou o ranking em 2025: o Aeroporto Presidente João Batista Figueiredo registrou crescimento de 14,09%, com trânsito de 227.484 passageiros. De acordo com a Centro-Oeste Airports, concessionária do terminal, a alta se deve a melhorias implementadas como a requalificação do pavimento da pista de pouso e decolagem e das taxiways (pistas de táxi). Além de aumentar a durabilidade e a segurança das operações de pouso e decolagem no aeroporto, essas intervenções favoreceram o aprimoramento dos sistemas de escoamento de água, incluindo a implementação de declividade adequada a normas e regulamentos vigentes.



As outras quatro cidades com maior movimentação de passageiros aéreos no Centro-Oeste foram Brasília, Goiânia (GO), Várzea Grande (MT) e Campo Grande (MS). Na capital federal, o aumento foi de 10,13%, com fluxo de 8.173.860 viajantes no Aeroporto Internacional Presidente Juscelino Kubitschek. Na capital de Goiás, a movimentação no Santa Genoveva cresceu 9,47% com o trânsito de 1.913.579 viajantes. Em Várzea Grande, o Marechal Rondon registrou alta de 7,09% com 1.245.965 passageiros aéreos. Por fim, o Aeroporto de Campo Grande recebeu 3,15% a mais de viajantes, registrando 775.150 passageiros.



Para impulsionar ainda mais o crescimento contínuo de viajantes no Centro-Oeste, a partir deste ano e até 2027 serão investidos R\$ 91 milhões nos aeroportos da região. Os recursos foram anunciados em dezembro pelo Ministério de Portos e Aeroportos e integram a carteira pública de investimentos de aeroportos regionais.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 19/02/2026



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – A CORRIDA PELA SOBERANIA DO AMANHÃ

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

O anúncio de R\$ 200 milhões destinados pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e pela Finep - Financiadora de Estudos e Projetos (órgão ligado à pasta), para o desenvolvimento de minerais críticos e terras raras, não é apenas um fomento setorial; é uma declaração de intenções sobre o lugar que o Brasil pretende ocupar na nova ordem econômica global. Ao priorizar a pesquisa e a inovação em materiais que sustentam desde smartphones a turbinas eólicas e veículos elétricos, o Estado brasileiro ataca a raiz de uma vulnerabilidade histórica: a exportação de minérios brutos em troca da importação de tecnologia de ponta.

A importância de o Governo apoiar e financiar este setor reside na quebra da dependência tecnológica. O Brasil possui uma das maiores reservas de terras raras do mundo, mas a riqueza no subsolo é inútil sem a capacidade técnica de processá-la. Financiar a produção nacional de ímãs de terras raras e o desenvolvimento de mineração urbana é, na prática, investir na autonomia da nossa indústria de defesa, energia e tecnologia. Não se faz transição energética nem digital sem o domínio químico e industrial desses elementos. O edital da Finep, ao exigir a parceria entre empresas e Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs), garante que o conhecimento gerado nas universidades se transforme em nota fiscal e competitividade para a indústria brasileira.

A contundência desta iniciativa está no foco em sustentabilidade e descarbonização. A mineração do século XXI não admite mais o modelo predatório de outrora. Ao incentivar tecnologias sustentáveis e o reaproveitamento de materiais através da mineração urbana, o País sinaliza ao mercado internacional que pretende ser um fornecedor ético e ambientalmente responsável. Em um mundo que busca alternativas à hegemonia chinesa no setor de minerais críticos, o Brasil apresenta-se como o parceiro estratégico ideal, unindo recursos naturais a uma matriz energética limpa e agora, espera-se, a uma base tecnológica sólida.

É imperativo que o Poder Público mantenha e amplie esse fluxo de recursos. A inovação em materiais críticos é uma maratona, não uma prova de cem metros. O prazo de submissão de propostas até agosto deste ano deve ser apenas o marco de um ciclo perene de investimentos. A autonomia nacional e a industrialização sustentável defendidas pela ministra Luciana Santos só serão alcançadas se a pesquisa for tratada como política de Estado, protegida das oscilações orçamentárias.

O Brasil tem a oportunidade histórica de deixar de ser o “almoxarifado de minérios” do mundo, para se tornar um hub de inteligência mineral. O financiamento da Finep é o combustível necessário para essa decolagem. Afinal, a verdadeira riqueza de uma nação moderna não está apenas na abundância de sua terra, mas na capacidade de sua gente em transformar minerais brutos em futuro.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/02/2026

INSIGHT – PLANEJAMENTO – FERROVIAS: LESSONS LEARNED... AND TO LEARNED. AND TO LEARN



FREDERICO BUSSINGER

Consultor, engenheiro e economista. Ex-diretor da Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), ex-presidente da Docas de São Sebastião e ex-secetário-executivo do Ministério dos Transportes
opinioao@portalbenews.com.br

“Dê-me, Senhor, agudeza para entender, capacidade para reter, método e faculdade para aprender, sutileza para interpretar, graça e abundância para falar.
Dê-me, Senhor, acerto ao começar, direção ao progredir e perfeição ao concluir”

(São Tomás de Aquino)

O Brasil chegou a ter 38 mil quilômetros de ferrovias (1960), malhas originalmente implantadas e operadas por empresas privadas. Conectando suas diversas regiões, transportavam passageiros e cargas, tanto para trânsito e abastecimento doméstico, como para o comércio exterior. No Porto de Santos, por exemplo, as ferrovias chegaram a ser responsáveis por 85% dos fluxos nos anos anteriores à II Guerra Mundial.

A partir de então, dificuldades começaram a surgir, atribuídas ao boom rodoviário: redução de fluxos em alguns trechos, crescimento do número de acidentes e, reprisando o que já ocorrera no final do Século XIX, as empresas começaram a enfrentar dificuldades financeiras, o que passou a afetar manutenções e qualidade de serviços.

Antes que se invoque Nelson Rodrigues e seu “complexo de vira-lata”, importante registrar que tal debacle não ocorreu só no Brasil: a progressiva degradação do sistema ferroviário americano emergiu, sem retoques, nos anos 1970: falência de uma dezena de empresas ferroviárias privadas, índices elevados (e crescentes) de acidentes, descontinuidade operacional de alguns trechos, perda de um terço do mercado. “Quase chegou a um colapso total”, segundo avaliação da “American Short Line and Regional Railroad Association” – ASLRRA. Do outro lado do Atlântico, ainda que com especificidades, timing e em graus distintos, diversos sistemas ferroviários europeus também enfrentavam dificuldades.

No Brasil, na busca de soluções, o Governo Federal começou por encampar a SP Railway (Santos-Jundiaí) logo em 1946. Na sequência, como os déficits das empresas ferroviárias já representavam 14% das receitas tributárias da União, ele resolveu criar a Rede Ferroviária Federal SA (RFFSA, 1957), estatizando e fundindo 22 ferrovias. Na década de 1960/70, foi a vez das ferrovias paulistas: cinco operadoras, recém estatizadas, foram fundidas sob a Ferrovia Paulista SA (Fepasa) em 1971. E, em 1984, por meio de cisão parcial da RFFSA, nasce a Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) (1984), esta focada no transporte metropolitano de passageiros, pela qual o governo brasileiro injetou recursos expressivos e implementou diversos projetos de modernização, mais ou menos em paralelo com os metrô, então nascentes.

Não é que os USA seguem caminho similar? Seu governo federal reagiu: fez pesado esforço financeiro e institucional na tentativa de recuperar ativos e sistemas (bilhões de dólares!). Nesse processo, foi criada a Amtrak (1971) para operação específica do transporte de passageiros, gestora de uma fusão de 20 operadoras, recém estatizadas. Três anos mais tarde, constatada a insuficiência do primeiro conjunto de medidas, e mantido o cenário deficitário, foi a vez do transporte ferroviário de cargas: meia dúzia de empresas (algumas das quais resultantes de prévias fusões) foi também estatizada e fundida, dando lugar à Conrail (operacional em 1976).

Apesar de todo esforço e das radicais iniciativas, os resultados se mostraram ainda insuficientes. É nesse contexto que uma nova estratégia é buscada e concebida: após longos e acalorados debates



congressuais, o presidente Jimmy Carter sancionou, no último ano de seu mandato (14/out/1980), o “Staggers Rail Act”; um divisor de águas no setor ferroviário de cargas americano. Quase como AC/DC!

“Short Lines” são conhecidas desde o Século XIX. Mas foram essas reformas, um verdadeiro “renascimento” (na expressão do reconhecido especialista Robert Gallamore), que permitiram a elas deslanchar: hoje operam cerca de 50.000 milhas, mas eram apenas 8.000 quando da promulgação do novo marco regulatório. Hoje, são mais de 600 empresas, presentes em 48 dos 50 estados e que respondem por cerca de um terço da indústria ferroviária americana (mais de 50% em 15 estados).

Tanto a reforma americana como a brasileira viabilizaram/estimularam investimentos expressivos. E, se as malhas foram reduzidas em cerca de 40%, os indicadores de desempenho, dos trechos operacionais, indicam grandes progressos.

Experiências recentes

No último meio século, difícil ver-se um plano, federal ou estadual, que não tenha enunciado o aumento da participação ferroviária na matriz de transportes brasileira (aquaviária, também). De forma ainda mais enfática quando a sustentabilidade ganhou relevo nas pautas multilaterais. O Plano Nacional de Logística (PNL) vigente apresenta nove cenários: parte de 18% (2017) para alcançar entre 31% e 43% em 2035.

A dificuldade tem sido a viabilização deles, principalmente de projetos greenfield. Mesmo com as atenções especiais e instrumentos “desburocratizantes” previstos no Programa de Investimento em Logística (Pil) e no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Alguns caminhos já foram percorridos: a) Ferrovia Norte-Sul (FNS), Transnordestina, Ferrovia da Integração Oeste-Leste (Fiol): recursos e obras públicas e posterior concessão com infraestrutura parcialmente implantada; b) Ferronorte: concessão privada, acompanhada de compromissos de obras públicas (Ponte Rodoferroviária SP-MT), incentivos da Sudam (Superintendência do

Desenvolvimento da Amazônia) e financiamentos do BNDES; c) Ferrovia de Integração Centro-Oeste (Fico): investimentos cruzados decorrentes de renovações antecipadas; d) Autorizações. Alguns desses projetos, por razões diversas, acabaram sendo reduzidos (FNS, Transnordestina, Ferronorte). A maioria segue inconclusa décadas após o prazo inicialmente estabelecido.

O caso mais emblemático é o das autorizações, apresentadas (e aplaudidas!) quase que como panaceia (30/ago/21). Mas três anos depois, nenhuma das 45 autorizações do “Programa Pro-Trilhos” havia se convertido em obras (12.7 mil km e R\$ 225 bilhões em investimentos anunciados). Aliás, seguem em compasso de espera, daí porque passaram a ser mencionadas como “ferrovias de papel”. As duas que entraram em modo implantação são: uma estadual (MT - Rumo) e uma federal (MS – Arauco), esta outorgada há menos de um ano.

O próximo ciclo

O Governo vem de anunciar a realização de oito leilões (sete este ano), com investimentos previstos de R\$ 140 bilhões. A novidade fica por conta do novo modelo, parte de uma “Política Nacional de Concessões Ferroviárias”: nem obra pública nem autorização por conta e risco do setor privado. Nenhuma das duas experiências mais recentes, mas uma solução intermediária, rendição a lições mundiais aprendidas ao longo de quase dois séculos: só em situações excepcionais ferrovias são bancáveis apenas com receitas dos serviços!

A espinha dorsal do modelo é a possibilidade de “cobertura de gap de viabilidade dos projetos” por meio de “recursos provenientes de investimentos cruzados”. Para os não iniciados, na prática, trata-se de fomento, ou seja, aporte de recursos públicos, ou definidos/direcionados pelo poder público.

Por meio de redes sociais, entrevistas, painéis e artigos de seus secretários, inclusive na mídia especializada estrangeira, o Ministério dos Transportes (MT) faz questão de esclarecer aspectos não claros à primeira vista; p.ex: a) Não se trata de “concessão patrocinada”, apesar de haver aportes para

as implantações; b) Como “não há subvenção à operação, nem remuneração do concessionário, mas formação de um ativo público”, a concessão permanece sendo comum; c) Apesar de terem origem em outorgas que o poder público receberia, do ponto de vista fiscal os recursos são considerados privados (por serem investimentos cruzados, não “transitam” pelo Orçamento-geral da União (OGU); d) Apenas são elegíveis os projetos com bens reversíveis (“nos quais o ativo resultante não se incorpora ao patrimônio das empresas privadas”). Enfim, “uma sofisticação jurídica e econômica”, como conclui um dos artigos, o que para os não iniciados parece ser mesmo!

Uma vez concebido o modelo, agora sim é hora de se invocar Nelson Rodrigues, de se enfrentar “a vida como ela é!”, pelo que se sabe, por ora, o Governo Federal pode efetivamente contar com R\$ 15 bi. É muito dinheiro, um bom começo, mas apenas 10,7% dos R\$ 140 bi previstos. Pelas experiências pregressas, há de se imaginar que até os autorizatários procurarão brechas legais/normativas e/ou construir narrativas para tornar seus empreendimentos elegíveis. Mas, ainda se ficarmos só nos oito projetos já anunciados, a vida dos decisores não deverá ser fácil ante “argumentos” de governadores e prefeitos. Tampouco dos parlamentares... mormente em um ano eleitoral.

É de se supor que critérios objetivos contribuam para decisões mais consequentes. Como contribuição ao modelo e à política; uma sugestão instrumental e outra finalística.

Instrumental: o universo ferroviário brasileiro passou a dividir-se entre concessões e autorizações. Estas em geral tratadas como “shortlines” (traduzidas por “linha curta”), em contraposição àquelas que seriam longas e interestaduais. A compreensão fica embaraçada quando se constata que, no Brasil, há uma concessão de só 164 quilômetros (EF Teresa Cristina); enquanto que, no lote inicial de 27 autorizações, havia duas com mais de 1.000 quilômetros e algumas na faixa de 500 quilômetros; cruzando diversos estados. Nos USA, ainda mais: há várias SL de centenas de quilômetros, chegando uma a ter 1.900 quilômetros (Montana Rail).

Essa nebulosidade ocorre pela fluidez da conceituação: nem é a americana (três classes, segmentadas por faturamento, comportando especificações técnicas e critérios de regulação distintos), nem funcional, como adotado pelos órgãos rodoviários brasileiros. Por que não uma tipologia multicritérios, eventualmente até incorporada na regulamentação da lei? Como sugestão:

Ferrovias				
Tipologia Multicritério				
Fim/Vocação	Função	Regime	Regulação	Fomento
Abastecimento	Estruturante	Concessão	Convencional	Direto
Exportação	Alimentadora	Autorização	Básica	Indireto
	Dedicada			Por Conta e risco

Os diversos atributos caracterizam a malha ou trecho em relação a: a) Fim/ Vocação: Sua finalidade dominante (mercado interno ou exterior); b) Função: Sua relação com os demais trechos ou malhas. Ou seja, na rede/sistema ferroviário brasileira/o; c) Regime: Forma pela qual é outorgada pelo poder concedente; d) Regulação: Nível de normas e instrumentos aplicáveis; e) Fomento: Forma de eventual participação de instrumentos e/ou recursos públicos: direto, se elegível para recursos dos tesouros (Fonte-100); indireto, se para benefícios fiscais; ou “por conta e risco” (não elegível para instrumentos de fomento).

Finalístico: ferrovias são meios, aliás como é a logística em geral. Meios visando fins econômicos, geopolíticos, sociais, ambientais, etc. Nesse sentido, por que não se usar indicadores quantificadores dos diversos fins? P.ex, estimativas de geração de PIB (na área de influência do projeto), agregação ferroviária à matriz de transportes, redução de custos logísticos (agregado, setorial ou regional); ou combinações deles. Critérios ponderados, tipo maior agregação à matriz de transportes, ou redução de custos logísticos por reais investidos. Claro, também podem ser introduzidos, ponderadamente, indicadores de redução de emissões e/ou velocidade de transição energética.

Os estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental (EVTEAs) contêm muitos, ou a maioria desses dados, o que já é meio caminho andado. Enfim, a tipologia contribuiria para focar, filtrar e dar

consequência a definições de políticas públicas. E os indicadores, com variáveis finalísticas, a hierarquizar as alternativas em questão.

Frederico Bussinger escreve para o BE News quinzenalmente, com seus artigos publicados sempre às quintas-feiras

NO ÚLTIMO MEIO SÉCULO, DIFÍCIL VER-SE UM PLANO, FEDERAL OU ESTADUAL, QUE NÃO TENHA ENUNCIADO O AUMENTO DA PARTICIPAÇÃO FERROVIÁRIA NA MATRIZ DE TRANSPORTES BRASILEIRA (AQUAVIÁRIA, TAMBÉM). DE FORMA AINDA MAIS ENFÁTICA QUANDO A SUSTENTABILIDADE GANHOU RELEVÂNCIA NAS PAUTAS MULTILATERAIS

O GOVERNO VEM DE ANUNCIAR A REALIZAÇÃO DE OITO LEILÕES (SETE ESTE ANO), COM INVESTIMENTOS PREVISTOS DE R\$ 140 BILHÕES. A NOVIDADE FICA POR CONTA DO NOVO MODELO, PARTE DE UMA “POLÍTICA NACIONAL DE CONCESSÕES FERROVIÁRIAS”: NEM OBRA PÚBLICA NEM AUTORIZAÇÃO POR CONTA E RISCO DO SETOR PRIVADO

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/02/2026

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

O PETRÓLEO E O SUS

A Câmara dos Deputados analisa o Projeto de Lei 5542/25, que estabelece que 20% da participação governamental (royalties) provenientes da futura exploração de petróleo e gás natural na foz do rio Amazonas sejam destinados ao financiamento do Sistema Único de Saúde. Pelo texto, o montante arrecadado será dividido pela metade para a aquisição de insumos, equipamentos e medicamentos necessários ao funcionamento das unidades públicas de saúde; e a outra metade para políticas de valorização da enfermagem. Os recursos serão geridos pelo Fundo Nacional de Saúde.

CONVITE AOS MINISTROS DO SUPREMO

A CPI do Crime Organizado do Senado pretende votar, a partir da próxima semana, uma série de requerimentos relacionados ao Banco Master, entre eles, convite aos ministros do Supremo Tribunal Federal José Antonio Dias Toffoli e Alexandre de Moraes. A reunião deliberativa do colegiado está marcada para quarta-feira, dia 25. Antes de votar os pedidos, os senadores deverão ter a oitiva do ex-deputado estadual do Rio de Janeiro Thiego Raimundo dos Santos Silva, conhecido como TH Joias.

AOS PARENTES TAMBÉM

Os parlamentares ainda podem votar a convocação de parentes dos dos ministros Dias Toffoli e Alexandre de Moraes, entre eles a advogada Viviane Barci de Moraes, mulher de Moraes. E há requerimentos de convocação para dois irmãos de Dias Toffoli, José Eugênio e José Carlos, sócios do ministro em uma empresa que vendeu a fundos ligados ao Banco Master a participação em um resort no Paraná.

ORÇAMENTO

O Governo Federal publicou o Decreto de Programação Orçamentária e Financeira para o exercício de 2026. O texto estabelece o cronograma mensal de desembolsos e fixa os limites de empenho para os órgãos do Poder Executivo Federal. O objetivo do decreto é assegurar que a execução das despesas públicas ao longo do ano esteja alinhada às metas fiscais previstas na Lei Orçamentária Anual, sancionada em janeiro. Por enquanto, os limites de empenho seguem o Orçamento original aprovado pelo Congresso. Em 2025, o Governo criou uma restrição nos empenhos, chamada de faseamento. Dessa forma, a medida congelou um terço dos gastos discricionários, aqueles não-obrigatórios, programados para cada mês.

ADEQUAÇÃO AO ECA DIGITAL

Se encerrou o prazo para que 37 empresas de produtos de tecnologia da informação direcionados a crianças e a adolescentes encaminhassem, à Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD), as informações sobre as medidas que vêm sendo implementadas para a adequação ao Estatuto Digital

da Criança e do Adolescente, o ECA Digital. A Lei do Estatuto Digital da Criança e do Adolescente (15.211/2025) é voltada à proteção de crianças e adolescentes no ambiente digital, como redes sociais, aplicativos e jogos eletrônicos, serviços de vídeo e marketplaces. O prazo era apenas para o envio do relatório de adequação inicial. A lei só entrará em vigor em 18 de março. Até lá, as plataformas digitais já devem estar com todas as medidas em operação, e adaptadas sob risco de sanções.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/02/2026

POLÍTICA - LINDBERGH ACIONA TSE CONTRA EX-MINISTRO E FLÁVIO BOLSONARO

Deputado alega propaganda antecipada após Gilson Machado publicar vídeo em que indica que o Nordeste está com Flávio

Por Estadão Conteúdo



Segundo Lindbergh Farias, a mensagem veiculada não deixa dúvidas quanto à promoção da futura candidatura de Flávio

Ex-líder do Partido dos Trabalhadores (PT) na Câmara, o deputado federal Lindbergh Farias (RJ), protocolou nesta terça-feira, 18, representação no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) contra o ex-ministro do Turismo Gilson Machado Neto (Podemos-PE) e o senador Flávio

Bolsonaro (PL-RJ) por suposta prática de propaganda eleitoral antecipada.

Na ação, com pedido de liminar, o parlamentar cita vídeo publicado por Gilson nas redes sociais, no qual aparece afixando adesivos com a frase “O Nordeste está com Flávio Bolsonaro 2026” acompanhada da imagem do senador. Durante a gravação, segundo a representação, o ex-ministro afirma: “Vou eleger o homem. Nosso presidente”.

Ao divulgar o vídeo, o ex-ministro escreveu: “Onde ando sempre me pedem adesivos de @flaviobolsonaro”. “Fizeram fila para adesivar. Enquanto Lula pula nos blocos, eu faço o meu trabalho de formiguinha”, afirmou em publicação na rede social X. A publicação ocorreu na mesma noite em que a escola de samba Acadêmicos de Niterói levou à Marquês de Sapucaí, no Rio de Janeiro, um enredo em homenagem ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

“A mensagem veiculada não deixa margem a dúvida quanto ao seu objetivo: promover, perante o eleitorado, a futura candidatura do segundo representado à Presidência da República, associando seu nome, imagem e identidade política ao pleito eleitoral vindouro”, argumenta Lindbergh na peça.

O deputado ainda afirma que o ato “transcende esfera abstrata do debate político e materializa verdadeira ação de campanha eleitoral” por meio da distribuição de adesivos e da ampla divulgação nas redes. Procurados, Gilson Machado Neto e Flávio Bolsonaro não se manifestaram.

Remoção

O parlamentar pede ao TSE urgência para a remoção, em até 24 horas, de todo o conteúdo considerado irregular, a proibição de novas divulgações do material e a fixação de multa diária mínima de R\$ 10 mil em caso de descumprimento. No mérito, pede o reconhecimento da prática de propaganda antecipada, com aplicação de multa individual aos dois representados.

A representação também solicita o envio do caso ao Ministério Público Eleitoral (MPE) para apuração de eventual abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação. O deputado sustenta que, por se tratar de ex-ministro de Estado e aliado político direto do senador, a conduta teria potencial de influenciar o eleitorado e desequilibrar a disputa antes do período permitido para propaganda eleitoral.

Gilson Machado Neto oficializou na última sexta-feira, 13, sua filiação ao Podemos e fez críticas à antiga sigla, o Partido Liberal (PL). Segundo ele, recebeu “carta branca” do Podemos para apoiar a campanha de Flávio Bolsonaro à Presidência.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/02/2026

POLÍTICA - ANO ELEITORAL IMPEDIRÁ ANÁLISE DE VETOS DE ‘PENDURICALHOS’, DIZ PT

Líder do partido na Câmara dos Deputados acredita que o tema não será pautado em 2026, devido à impopularidade

Do Estadão Conteúdo



Ainda não há uma data definida para o Congresso Nacional analisar os vetos do presidente Lula

Líderes partidários da Câmara divergem sobre o futuro dos vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) a dispositivos com “penduricalhos” que elevariam os salários de servidores da Câmara dos Deputados para além do teto constitucional. O líder do PT na Casa, Pedro Uczai (SC), afirmou acreditar que os vetos nem sequer serão pautados em 2026, em razão da impopularidade do tema em ano eleitoral.

“Acredito que a Câmara não vai derrubar os vetos pelo desgaste público que vai ter. Esse é o primeiro ponto. Acredito que efetivamente no ano eleitoral não vai ter derrubada de veto. O segundo ponto é que o Supremo (Tribunal Federal) indicou ao Congresso regulamentar, legislar sobre essa matéria”, disse o deputado.

Uczai defende que, se pautados, os vetos sejam mantidos e que, a partir do ano que vem, o Congresso discuta regras mais claras sobre os “penduricalhos”. “Poderia ter o debate sobre o teto, não neste ano, mas discutir se o teto está defasado ou não e discutir o conjunto. Discutir efetivamente se o teto está de acordo com o valor de um salário de um ministro, de um presidente da República, do ministro da Fazenda. O presente para mim é manter o veto e manter o teto como está, nada acima do teto”, disse.

O líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ), afirmou que a votação dos vetos depende de articulação do presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB). Segundo ele, se pautada, a bancada do PL votará pela derrubada dos vetos de Lula.

“Como esse é um projeto da Mesa Diretora da Câmara, quem deve se manifestar sobre isso é o presidente Hugo Motta. Até o PT votou a favor. Se for do interesse do Hugo Motta, vamos ajudá-lo (a derrubar)”, declarou à reportagem.

O deputado acrescentou, porém, que a prioridade para a bancada do PL é a análise dos vetos ao projeto de dosimetria, que poderia reduzir as penas do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e de outros condenados pelos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023.

Além do teto

O presidente Lula sancionou o reajuste salarial das carreiras do Poder Legislativo, mas vetou dispositivos com “penduricalhos” que elevavam os salários de servidores da Câmara para além do teto constitucional. A decisão foi publicada nesta quarta-feira, 18, no Diário Oficial da União (DOU).

De autoria da Mesa Diretora da Câmara, o texto cria gratificação que concede um dia de licença a cada três dias de trabalho, com possibilidade de recebimento em dinheiro, em vez da licença. Com isso, o salário de altos funcionários da Câmara poderia chegar a aproximadamente R\$ 77 mil.



O teto constitucional, que deveria ser o limite de recebimento de um funcionário público, é o salário de um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF): hoje em R\$ 46.366,19.

Também foram vetados trechos que autorizavam pagamentos retroativos de despesas continuadas, por afronta ao art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição Federal, e regras que previam forma de cálculo semestral para aposentadorias e pensões, por incompatibilidade com a Emenda Constitucional nº 103/2019.

Cabe ao presidente do Congresso, Davi Alcolumbre (União-AP), convocar sessão conjunta entre deputados e senadores para votar vetos. Ainda não há data definida para a reunião.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/02/2026

POLÍTICA - OPOSIÇÃO CELEBRA REBAIXAMENTO DE ESCOLA DE SAMBA QUE HOMENAGEOU LULA

Acadêmicos de Niterói caiu para a Série Ouro, o segundo escalão do carnaval carioca

Do Estadão Conteúdo

Pré-candidato à Presidência, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) e políticos de oposição ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) celebraram nesta quarta-feira 18, o rebaixamento da escola de samba Acadêmicos de Niterói para a Série Ouro, segundo escalão do carnaval carioca. A agremiação entrou na mira de parlamentares da direita após o desfile em homenagem a Lula e a ala que ironizou a “família em conserva”, no domingo, 15.

“Dos projetos de Deus não se zomba. Lula é sempre uma ideia ruim seja para governar o País, seja para um samba-enredo. Nunca nos esqueçamos: família é algo sagrado. Depois dessa escola, o próximo rebaixamento vai ser do Lula e do PT”, escreveu o senador nas redes sociais.

Outros políticos alinhados à oposição também comemoraram o resultado. Aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro associaram o desempenho da escola à disputa presidencial e, assim como Flávio afirmaram que pretendem “rebaixar” Lula nas eleições de outubro.

Pré-candidato ao Senado por Santa Catarina, o ex-vereador Carlos Bolsonaro (PL) afirmou que a escola “desagradou a maioria”, “usou a máquina pública” e saiu do desfile com uma “derrota humilhante”.

O deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG) disse que o rebaixamento da agremiação mostra que Lula está “afundando o Brasil”. “Isto sim foi uma homenagem muito bem adequada”, declarou. Já o deputado Zé Trovão (PL-SC) escreveu: “A escola de samba já foi; em outubro será a vez de rebaixarmos o Lula”

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/02/2026

TRANSPORTES - PORTOS - STJ BARRA COBRANÇA DE OGMO CALCULADA POR TONELAGEM DE CARGA

Ministros consideram que contribuição baseada em volume de mercadorias caracteriza tarifa portuária e extrapola competências do órgão

Por MARIANA NEROME redacao.jornal@redebeneews.com.br

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu contra a prática do Órgão Gestor de Mão de Obra (Ogmo) de cobrar taxas com base no volume e no tipo de carga que empresas movimentam nos portos brasileiros. Os ministros entendem que usar a tonelada como base de cálculo caracteriza tarifa portuária, e o Ogmo não tem competência para isso.



O órgão gestor existe para organizar e escalar trabalhadores portuários avulsos, aqueles profissionais que prestam serviços sem vínculo empregatício direto com as empresas

O órgão gestor existe para organizar e escalar trabalhadores portuários avulsos, aqueles profissionais que prestam serviços sem vínculo empregatício direto com as empresas. A função principal envolve registro, treinamento e distribuição dessa mão de obra entre os operadores portuários. A cobrança por tonelagem, porém, vai além dessas atribuições.

O ministro Moura Ribeiro, que relatou o caso, explica que uma contribuição calculada sobre tonelagem, quando uma entidade associativa a impõe, causa problemas no mercado. Os custos logísticos dos operadores sobem, e as empresas transferem esse aumento para os preços finais. O consumidor acaba pagando mais caro. Além disso, o porto perde competitividade, o que afeta o interesse público e interfere na regulação econômica do setor.

O processo começou quando uma empresa portuária contestou uma cobrança de R\$ 169 mil feita pelo Órgão de Gestão de Mão de Obra do Trabalho Portuário Avulso do Porto de Itaquí. A empresa relatou que precisou assinar uma confissão de dívida sob pressão, pois o Ogmo ameaçou suspender as operações caso não houvesse pagamento.

O juiz de primeira instância decidiu ir contra a empresa. O argumento foi que ela faz parte do Ogmo como associada e participou da assembleia que aprovou a contribuição. Quem participa das decisões deve arcar com elas, entendeu o magistrado.

O Tribunal de Justiça do Maranhão, no entanto, mudou esse entendimento. Os desembargadores afirmaram que apenas a autoridade portuária de Itaquí pode cobrar pela movimentação de cargas, e isso depende de aprovação prévia da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). Essa distinção se mostra importante porque cada órgão tem sua função específica no sistema portuário.

No modelo portuário brasileiro, a autoridade portuária é responsável pela administração da infraestrutura do porto organizado e pela cobrança das tarifas relacionadas ao uso dessa estrutura, enquanto a Antaq exerce a função de regular e fiscalizar o setor aquaviário, inclusive aprovando estruturas tarifárias. Já o Ogmo atua exclusivamente na gestão da mão de obra avulsa, sem atribuição para instituir tarifas vinculadas à movimentação de cargas.

O Ogmo não aceitou a decisão e levou o caso ao STJ. A defesa apontou a Lei 12.815/2013 e a Lei 10.233/2001, que garantem autonomia aos órgãos gestores para fixar contribuições necessárias ao funcionamento. Segundo o órgão, não há necessidade de autorização da Antaq para essas cobranças.

Jurídico

As leis citadas pelo Ogmo realmente permitem que o órgão arrecade verbas para custear as atividades. Porém, segundo o ministro, o ponto central da discussão está na natureza dessas despesas.

Ele ainda esclarece que os custos legítimos se referem a aluguel, manutenção de instalações, salários administrativos e outros gastos fixos relacionados à gestão da mão de obra. Esses valores não se vinculam ao volume ou peso de mercadorias que os associados movimentam.

Quando a contribuição varia conforme o volume de operação, ela deixa de ser um simples rateio de despesas administrativas. Na prática, vira uma tarifa sobre a operação portuária e funciona como um

peso sobre a produtividade do operador. Quanto mais o operador trabalha, mais paga, independentemente de usar mais ou menos os serviços do Ogmo.

Moura Ribeiro também lembrou que, de acordo com parecer técnico emitido pela Antaq, o Ogmo já cobra de seus associados valores fixos para a manutenção dos custos operacionais. “Assim, a cobrança de valores adicionais desatende ao caráter não lucrativo daquela entidade, permitindo, em tese, que a arrecadação exceda substancialmente suas despesas, gerando enriquecimento indevido em detrimento dos operadores portuários e do mercado”, finalizou.

A reportagem entrou em contato com a assessoria de imprensa do Ogmo do Porto do Itaquí, mas até o fechamento desta edição, não obteve retorno. A decisão, no entanto, é nacional.

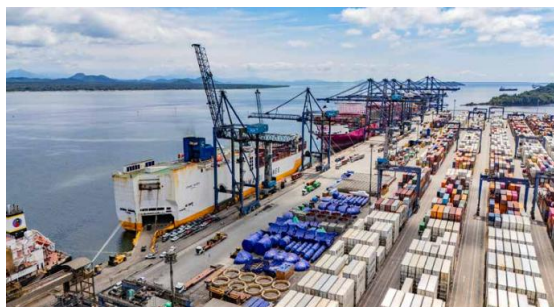
Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/02/2026

TRANSPORTES – PORTOS - PORTOS DO PARANÁ CONCENTRAM QUASE METADE DAS EXPORTAÇÕES DE FRANGO

Com 47,6% de participação em janeiro de 2026, Porto de Paranaguá lidera embarques e sustenta recordes em proteínas e grãos

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



Em janeiro deste ano foram enviadas dos portos paranaenses 199 mil toneladas de carne de frango congelada. Os principais destinos foram Emirados Árabes, África do Sul e China

Os portos paranaenses foram responsáveis pela movimentação de 47,6% de toda a carne de frango exportada pelo Brasil em janeiro deste ano. O volume reforça o título de maior corredor de exportação do produto no mundo. Ao longo de 2025, somente o Porto de Paranaguá exportou mais de 2,8 milhões de toneladas de frango congelado.

De acordo com dados atualizados do Comex Stat, no primeiro mês de 2026 foram enviadas 199 mil toneladas de carne de frango congelada, que totalizaram US\$ 365 milhões em valor FOB (Free on Board — valor da carga no momento do embarque). Os principais destinos foram Emirados Árabes Unidos, África do Sul e China.

O Paraná é o maior produtor nacional de frango, com um parque industrial composto por 36 frigoríficos de abate e beneficiamento. “Nossa inteligência logística e a posição estratégica para o escoamento de cargas das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, além de países vizinhos, são fundamentais para atender à elevada produtividade brasileira”, afirmou o diretor-presidente da Portos do Paraná, Luiz Fernando Garcia.

A estrutura portuária é outro diferencial oferecido aos frigoríficos. As carnes congeladas são transportadas em contêineres refrigerados (reefers), que exigem conexão contínua à energia elétrica para manutenção da temperatura. O Terminal de Contêineres de Paranaguá (TCP) possui o maior parque de armazenagem de contêineres refrigerados da América do Sul, com 5.268 tomadas.

“Os exportadores preferem enviar seus produtos pelo do Porto de Paranaguá pela confiabilidade da infraestrutura, alta capacidade de armazenagem com tomadas para os contêineres, além de possuir um calado operacional adequado”, declarou o diretor de Operações Portuárias da Portos do Paraná, Gabriel Vieira.

A carne bovina exportada pelos portos paranaenses também apresentou desempenho relevante no cenário nacional, alcançando o segundo lugar, com 27,7% de participação em janeiro. Foram 122 mil

toneladas enviadas, principalmente para China, Estados Unidos e Emirados Árabes Unidos, movimentando US\$ 690 milhões em valor FOB.

Os resultados positivos nas exportações de frango e carne bovina consolidam o Porto de Paranaguá como principal canal de exportação de proteínas do Brasil. Em janeiro, foram movimentadas 272 mil toneladas, representando 37,9% do volume nacional e US\$ 728 milhões em valor FOB.

A movimentação geral de cargas nos portos paranaenses em janeiro somou 5.288.747 toneladas, configurando o melhor janeiro da história da Portos do Paraná. O recorde anterior havia sido registrado no ano passado, com 4.708.203 toneladas — crescimento de 12,3%.

Foram embarcadas 811,9 mil toneladas de soja em grão, aumento de 98% em relação a janeiro de 2025. O milho registrou crescimento de 12%, com o envio de 387 mil toneladas.

Janeiro também apresentou aumento de 199% na movimentação de açúcar ensacado, totalizando 397 mil toneladas. No ano anterior, as exportações haviam sido impactadas pela quebra da safra de cana, pela elevada oferta internacional e pela formação de estoques elevados em países asiáticos.

Paranaguá iniciou 2026 mantendo a liderança nas exportações de óleos vegetais, com crescimento de 52% em relação ao mesmo período do ano anterior, superando 123,9 mil toneladas embarcadas.

O Porto de Paranaguá recebeu 882 mil toneladas de fertilizantes em janeiro, crescimento de 9% em comparação com janeiro de 2025.

Outros produtos também registraram avanços expressivos, como malte e cevada, com aumentos de 383% e 364%, respectivamente.

Os portos paranaenses mantêm trajetória de crescimento consistente. Em 2025, registraram o maior crescimento percentual em volume de cargas entre os portos brasileiros, com alta de 10,1% em relação ao ano anterior. A movimentação passou de 66,7 milhões de toneladas, em 2024, para 73,5 milhões de toneladas, considerando exportações e importações.

A produtividade no cais também impactou o Pátio Público de Triagem do Porto de Paranaguá, que bateu recorde em 2025 ao receber 507.915 caminhões — aumento de 29,5% em relação a 2024 (392.214). O espaço, com 330 mil metros quadrados e mil vagas de estacionamento, é responsável pela organização, classificação e direcionamento dos grãos sólidos vegetais.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/02/2026

TRANSPORTES – PORTOS - NAVIO QUE BATEU EM BALSAS DEIXA O PORTO DE SANTOS APÓS OPERAÇÃO

Porta-contêineres Seaspán Empire seguiu viagem para o Porto de Rio Grande, no Rio Grande do Sul
Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br



A Autoridade Portuária de Santos (APS) e a Praticagem informaram que, após o acidente, o navio atracou no terminal da DP World às 3h da manhã na madrugada de terça-feira (17)

O navio Seaspán Empire, que se envolveu em um acidente com duas balsas que fazem a travessia Santos- -Guarujá (SP), na noite da última segunda-feira (16), deixou o Porto de Santos (SP) na madrugada de quarta-feira (18). Agora, o porta- -contêineres segue viagem para o Porto do Rio Grande, no Rio Grande do Sul, onde deve atracar nesta quinta- -feira (19).

A embarcação estava no terminal da DP World, na margem esquerda do complexo santista. A companhia, no entanto, não informou se o navio realizou operação de embarque ou desembarque de cargas, nem o número de contêineres movimentados no terminal. A Praticagem havia informado que o navio estava carregado com 3 mil contêineres, mas sem especificar o tipo de carga.

Sob bandeira de Singapura, o Seaspán Empire foi construído em 2010 e tem pouco mais de 294 metros de comprimento, 32 metros de largura e 50 metros de altura.

Imagens de satélite mostraram que o navio, após receber autorização para adentrar o canal do Porto de Santos, partiu em direção ao terminal da DP World, mas retornou devido à falta de espaço no berço de atracação.

Ao voltar para a área de fundeio, houve a colisão com as balsas FB-14 e FB-15, que estavam fora de operação no momento. Tripulantes que estavam na embarcação FB-15 pularam no mar, e nadaram até a margem esquerda, em Guarujá. Ninguém ficou ferido.

A Autoridade Portuária de Santos (APS) e a Praticagem informaram que o navio recebeu nova autorização e atracou no terminal da DP World às 3h da manhã na madrugada de terça- -feira (17).

A Marinha do Brasil, através da Capitania dos Portos de São Paulo (CPSP), instaurou um inquérito administrativo para apurar as causas e possíveis responsáveis pela colisão, mas ainda não há previsão de quando a investigação será concluída.

As duas balsas estão fora de operação, aguardando a determinação da CPSP. A travessia, no entanto, continua em operação normal com as outras embarcações que operam o serviço, segundo o Departamento Hidroviário de São Paulo.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/02/2026

TRANSPORTES -| PORTOS - PROGRAMA DO MPOR LEVA ATENDIMENTO MÉDICO A 7 MIL TRABALHADORES

Iniciativa do Ministério de Portos e Aeroportos, em parceria com o Sest/Senat, percorreu sete terminais brasileiros e ofertou mais de 40 especialidades médicas

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



Realizada entre outubro e dezembro, a ação contabilizou 6.901 atendimentos em mais de 40 especialidades e serviços de saúde, passando por sete portos estratégicos do país

Em 2025, o Programa Saúde nos Portos levou atendimento médico, orientação preventiva e serviços de promoção à qualidade de vida a quase 7 mil trabalhadores portuários em diferentes regiões do Brasil.

A iniciativa é resultado de parceria entre a Secretaria Nacional de Portos do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) e o Serviço Social do Transporte e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Sest-Senat), por meio de Acordo de Cooperação Técnica.

Realizada entre outubro e dezembro, a ação contabilizou 6.901 atendimentos em mais de 40 especialidades e serviços de saúde, passando por sete portos estratégicos do país: Vila do Conde (PA), Suape (PE), Itaguaí (RJ), São Francisco do Sul (SC), Paranaguá (PR), Itaquí (MA) e São Sebastião (SP).

Durante as atividades, foram ofertados atendimentos médicos e de enfermagem, aferição de pressão arterial, testes de glicemia e oxigenação, exames de visão, consultas fisioterápicas, odontológicas,

psicológicas e nutricionais, além de vacinação e orientações preventivas. O objetivo é ampliar o acesso à saúde e contribuir para melhores condições de trabalho, segurança e bem-estar dos profissionais que atuam diariamente na operação portuária.

Diante dos resultados positivos, o MPor e o Sest- -Senat já iniciaram o planejamento das ações para 2026, com a expectativa de ampliar o alcance da iniciativa e levar os serviços a novos portos brasileiros.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/02/2026

TRANSPORTES - AVIAÇÃO - AZUL GARANTE US\$ 300 MILHÕES E REFORÇA CAPITAL PARA SAÍDA DO CHAPTER 11

Acordos com American Airlines e United Airlines preveem aportes de US\$ 200 milhões, além de US\$ 100 milhões de credores, dentro do plano de reorganização da companhia

Por Estadão Conteúdo



De acordo com a Azul, o aporte da United será realizado no contexto da oferta pública de ações divulgada ao mercado em 3 de fevereiro e com liquidação prevista para o dia 20

A Azul anunciou nesta quarta-feira, 18, que fechou acordos de investimento com a American Airlines e a United Airlines. Segundo comunicado enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), as companhias norte-americanas se comprometeram individualmente a realizar investimentos que

apoiarão a capitalização da Azul na saída do Chapter 11, equivalente à recuperação judicial nos Estados Unidos, e estão integrados ao plano de reorganização da companhia.

“Nos termos dos EIAs (aditamentos aos acordos de investimento ou equity investment agreements, em inglês) aplicáveis e das condições precedentes nele estabelecidas, cada investidor se comprometeu, separada mente, a aportar US\$ 100 milhões, totalizando US\$ 200 milhões em novos recursos, reforçando a estrutura de capital da Azul e apoiando a execução do plano e as operações da companhia após a saída do processo de Chapter 11”, diz a Azul.

Segundo a companhia, o aporte da United será realizado no contexto da oferta pública de ações divulgada ao mercado em 3 de fevereiro e com liquidação prevista para o dia 20 (ERO).

Já o investimento da American espera-se que seja realizado mediante a emissão de bônus de subscrição, nos termos e condições previstos em um contrato de subscrição de warrants (derivativos).

“O efetivo exercício integral dos warrants pela American, nos termos do Warrant Subscription Agreement, incluindo o recebimento de todas as ações subjacentes e de quaisquer direitos econômicos ou políticos a elas vinculados, está sujeito ao cumprimento de determinadas condições precedentes ali estabelecidas, incluindo a aprovação prévia pelas autoridades concorrenciais brasileiras (Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade)”, ressaltou a Azul.

A empresa informou, ainda, que fechou um Acordo de Investimento Adicional com determinados credores existentes, o qual prevê aportes adicionais de capital na companhia no montante de US\$ 100 milhões, a serem realizados no contexto do ERO.

“Para a preparação para a sua saída do processo de Chapter 11, a empresa também celebrou acordos autônomos de subscrição de warrants com United e com as Partes do Investimento Adicional, conjuntamente, um instrumento prevendo a emissão de bônus de subscrição adicionais, que caso exercidos, poderão incrementar os investimentos tanto da United, quanto das Partes do Investimento Adicional, de forma agregada, em até aproximadamente US\$ 15 milhões para a United e US\$ 10 milhões para as Partes do Investimento Adicional”, disse a Azul.

Segundo a Azul, a consumação dos investimentos previstos está sujeita ao cumprimento de determinadas condições precedentes típicas para esse tipo de investimento, incluindo, mas não se limitando a abertura e o encerramento do prazo para exercício de direito de preferência pelos atuais acionistas da companhia em função da emissão dos bônus de subscrição, a ocorrência da data de eficácia do plano, a conclusão do ERO e a obtenção de quaisquer aprovações regulatórias eventualmente necessárias.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/02/2026

TRANSPORTES - AVIAÇÃO - AMEAÇA DE ARTEFATO EXPLOSIVO ACIONA EQUIPES ESPECIAIS EM GUARULHOS

Ligação anônima sobre voo internacional mobiliza GATE e Polícia Federal; autor da chamada é identificado e levado para depoimento

Do Estadão Conteúdo



A GRU Airport, concessionária que administra o aeroporto, afirmou que a Polícia Federal foi acionada imediatamente e foram ativados os protocolos para eventos desta natureza

O Grupo de Ações Táticas Especiais (GATE) foi acionado após uma denúncia de possível artefato explosivo no Terminal 2 do Aeroporto Internacional de São Paulo, em Guarulhos, por volta das 15h desta quarta-feira, dia 18.

A GRU Airport, concessionária que administra o aeroporto, afirmou que a Polícia Federal foi acionada imediatamente e foram ativados os protocolos para eventos desta natureza. Ainda de acordo com a empresa, as operações seguiram normalmente.

Segundo informou a Polícia Militar, uma funcionária do aeroporto recebeu uma ligação telefônica informando haver um artefato explosivo em um voo da companhia Air Europa. A chamada foi encerrada logo em seguida.

Foi quando equipes especializadas do GATE e também o policiamento de área foram acionadas e, durante as diligências, identificaram o responsável pela ligação - um rapaz de 20 anos. Em entrevista preliminar, o indivíduo afirmou que se tratava de uma "brincadeira". Ele foi conduzido a prestar depoimento a Polícia Federal.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/02/2026

LOGÍSTICA - AVANÇO DA BYD PRESSIONA MERCADO DE GALPÕES NA BAHIA

Expectativa de 50% de conteúdo local na fábrica em Camaçari amplia demanda por empreendimentos A e A+ e reduz vacância a 2,2% na região de Salvador

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



O avanço da nacionalização de componentes na cadeia automotiva tende a estimular a instalação de novos fornecedores e operadores logísticos próximos à planta industrial

A expectativa de que a montadora chinesa BYD eleve para 50% o conteúdo local dos veículos produzidos em sua fábrica na Bahia deve ampliar a pressão sobre o mercado de galpões logísticos e industriais no entorno de Salvador, Camaçari e



Simões Filho. A avaliação é da consultoria imobiliária Binswanger Brazil, que monitora a dinâmica de oferta e demanda na região.

Segundo a empresa, o avanço da nacionalização de componentes na cadeia automotiva tende a estimular a instalação de novos fornecedores e operadores logísticos próximos à planta industrial. Esse movimento aumenta a busca por áreas bem localizadas e por empreendimentos com padrão construtivo mais elevado, especialmente galpões classificados como A e A+, voltados a operações de maior complexidade técnica.

De acordo com Simone Santos, sócia-diretora da Binswanger Brazil, o projeto da montadora alterou o ritmo do mercado local. “A BYD ressuscitou Camaçari: a demanda por terrenos para desenvolvimento de condomínios logísticos e industriais quadruplicou”, afirmou. Para a consultoria, a retomada do polo industrial da região, agora impulsionada por um empreendimento de grande escala e com maior integração local, reforça uma tendência de expansão da procura por imóveis logísticos.

Os dados mais recentes indicam que, ao final de 2025, a taxa de vacância de galpões logísticos e industriais na área analisada atingiu 2,2%, o menor patamar histórico, ante 11,6% registrados ao final de 2024. No mesmo período, o preço médio pedido por metro quadrado chegou a R\$ 25, refletindo o descompasso entre oferta e demanda.

Em 2025, o novo estoque entregue ao mercado somou 101.936 metros quadrados, enquanto a absorção líquida alcançou 165.868 metros quadrados. O volume ocupado superou, portanto, a quantidade de áreas disponibilizadas no período. Atualmente, o estoque total de galpões padrões A e A+ na região de Salvador, Camaçari e Simões Filho é de 806.690 metros quadrados. Segundo a Binswanger, o ritmo de ocupação permanece superior à capacidade de reposição imediata por novos empreendimentos.

Entre os principais ocupantes desses galpões estão empresas de comércio eletrônico e logística, como Mercado Livre, B2W Digital, Americanas, Shopee e Amazon Mundial Logistic, que concentram as maiores áreas locadas, conforme levantamento da consultoria.

Por segmento, os empreendimentos são majoritariamente ocupados por companhias de comércio e varejo, seguidas por operadores de logística e transporte. Também há presença de indústrias, empresas de tecnologia da informação e telecomunicações, além de organizações do setor de saúde. Nesse contexto, a perspectiva de ampliação do conteúdo local na produção da BYD adiciona um novo vetor de demanda ao mercado imobiliário logístico da Bahia, que já opera com oferta restrita e elevada absorção.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/02/2026

LOGÍSTICA - CEVA LOGISTICS CONQUISTA SELO TOP EMPLOYER AMÉRICA LATINA

Empresa é certificada pela primeira vez na região e mantém reconhecimento no Brasil, Argentina, Colômbia e Peru em 2026

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br

A CEVA Logistics alcançou um marco inédito ao ser certificada, pela primeira vez, como Top Employer 2026 na América Latina. Além do reconhecimento regional, a empresa também recebeu a certificação Top Employer 2026 no Brasil, Argentina, Colômbia e Peru, ampliando sua presença entre as organizações reconhecidas por excelência em gestão de pessoas. O reconhecimento é concedido pelo Top Employers Institute e reforça a consistência das práticas de recursos humanos da companhia em diferentes mercados da região.

A certificação regional ocorre após quatro anos consecutivos de reconhecimento no Brasil e no Peru, evidenciando a evolução e a padronização das políticas de pessoas da CEVA Logistics na América Latina. A empresa receberá o prêmio oficialmente durante a cerimônia do Top Employer, marcada para o próximo dia 26, em São Paulo.

O Top Employers Institute é uma autoridade global na avaliação de práticas de recursos humanos. O processo de certificação envolve uma análise rigorosa baseada na Pesquisa de Melhores Práticas de RH, que avalia seis domínios fundamentais e cerca de 20 temas, incluindo estratégia de pessoas, ambiente de trabalho, aquisição e desenvolvimento de talentos, diversidade, equidade e inclusão, além de bem-estar e engajamento dos colaboradores.

Nesse contexto, a CEVA Logistics obteve a certificação Top Employer pelo quarto ano consecutivo no Brasil e no Peru e, simultaneamente, conquistou pela primeira vez o selo regional para a América Latina.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/02/2026

INDÚSTRIA - YANMAR ANUNCIA FÁBRICA PARA TESTES DE MOTORES MARÍTIMOS A HIDROGÊNIO

Unidade em Amagasaki deve iniciar operações em 2029 e integrará plano de expansão da produção de motores marítimos e terrestres

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



O projeto da Yanmar, que provisoriamente recebe o nome de Amagasaki Coastal Factory, prevê uma área construída de aproximadamente 8.000 m² em um terreno de 33.898,27 m²

A Yanmar Power Solutions, subsidiária da Yanmar Holdings, fabricante japonesa de motores a diesel e máquinas industriais, anunciou planos para construir uma nova fábrica voltada a testes de motores marítimos movidos a hidrogênio.

A empresa adquiriu um terreno no complexo industrial Phoenix, na cidade de Amagasaki, onde pretende instalar a unidade. O espaço será destinado, entre outras atividades, à operação de testes de motores marítimos a hidrogênio.

De acordo com a companhia, a decisão está relacionada à expectativa de aumento na produção de motores marítimos e terrestres nos próximos anos. A nova estrutura deverá apoiar essa expansão e integrar o planejamento industrial da empresa.

O projeto, que provisoriamente recebe o nome de Amagasaki Coastal Factory, prevê uma área construída de aproximadamente 8.000 metros quadrados em um terreno de 33.898,27 metros quadrados. A previsão é que as operações tenham início por volta de março de 2029.

Segundo a Yanmar, a iniciativa também contempla a reorganização e o fortalecimento do sistema de produção, incluindo a integração com as fábricas já existentes. A empresa informou que pretende aproveitar sua experiência no desenvolvimento e na fabricação de motores para avançar em sistemas de propulsão compatíveis com combustíveis de nova geração, como hidrogênio, metanol e amônia, além de estruturar os respectivos sistemas produtivos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/02/2026

MINERAÇÃO - FINEP DESTINA R\$ 200 MILHÕES A PROJETOS DE INOVAÇÃO MINERAL

Segunda rodada do programa Mais Inovação Brasil contempla minerais críticos, terras raras e descarbonização, em parceria com o Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação

Do Estadão Conteúdo

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) anunciaram a destinação de R\$ 200 milhões para apoiar projetos voltados ao desenvolvimento de

minerais críticos, mineração urbana, produção de ímãs de terras raras, tecnologias sustentáveis para a atividade mineral e descarbonização da transformação mineral. Os recursos integram a segunda rodada do programa Finep Mais Inovação Brasil.



A iniciativa faz parte dos programas mobilizadores do MCTI voltados à industrialização em bases sustentáveis

O edital prevê o apoio a iniciativas de pesquisa, desenvolvimento e inovação conduzidas por empresas brasileiras em parceria com Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs). De acordo com o MCTI, a chamada busca fortalecer cadeias produtivas consideradas estratégicas, ampliar a autonomia tecnológica nacional e contribuir para a transição energética.

A ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, afirmou que o edital integra a política de estímulo à indústria nacional. “A chamada é estratégica para o fortalecimento da indústria nacional. Estamos destinando R\$ 200 milhões para apoiar projetos inovadores que agregam valor às nossas cadeias minerais, ampliam a autonomia tecnológica do Brasil e impulsionam a transição energética. Enfim, estamos promovendo uma nova etapa de industrialização sustentável”, declarou.

A iniciativa faz parte dos programas mobilizadores do MCTI voltados à industrialização em bases sustentáveis. Segundo a pasta, as ações contemplam áreas relacionadas à saúde, segurança sanitária, transformação digital, transição energética e defesa nacional.

O edital está estruturado em cinco linhas temáticas: minerais e materiais críticos; mineração urbana; ímãs de terras raras; tecnologias sustentáveis para mineração; e descarbonização da transformação mineral.

Para participar, as empresas interessadas devem realizar cadastro prévio na plataforma da Finep. Após o registro, é necessário preencher a proposta no sistema de financiamento e anexar a documentação exigida no edital. O prazo para submissão termina em 31 de agosto de 2026, às 18h (horário de Brasília), e o envio deve ser feito exclusivamente por meio digital.

Encerrado o período de inscrições, as propostas passarão por duas etapas de avaliação. A primeira consiste na fase de habilitação, destinada à verificação do cumprimento dos requisitos formais e das regras estabelecidas na chamada pública. Na sequência, será realizada a análise de mérito, com avaliação técnica dos projetos segundo critérios como consistência, grau de inovação e relevância estratégica.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 19/02/2026

MINERAÇÃO - OURO SOBE MAIS DE 2% ANTES DA ATA DO FED

Metal encerra a US\$ 5.009,50 na Comex, em recuperação após queda anterior, com mercado atento à trajetória dos juros nos EUA

Do Estadão Conteúdo

O ouro fechou em alta de mais de 2% na quarta-feira, 18, em recuperação da queda expressiva registrada na última sessão e com expectativas de investidores para a divulgação, na sequência do período da tarde, da ata da última reunião de política monetária do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano), que pode dar mais clareza sobre a trajetória das taxas de juros a ser seguida nos Estados Unidos. A escalada das tensões geopolíticas também contribuíra para o movimento.

Na Comex, divisão de metais da bolsa de Nova York (Nymex), o ouro para abril encerrou em alta de 2,11%, a US\$ 5.009,50 por onça-troy.

Já a prata para março subiu 5,52%, a US\$ 77,598 por onça-troy.

Pouco antes da ata do Fed ser divulgada, a ferramenta de monitoramento do CME Group apontava que a principal aposta para a reunião de março de política monetária é de manutenção dos juros. A expectativa até o fim do ano, entretanto, é de corte acumulado de 50 pontos-base (pb).

Corte nos juros costumam ampliar a atratividade do ouro. Nesta quarta, o diretor do Conselho Econômico Nacional dos Estados Unidos, Kevin Hassett, defendeu que o Fed possui “bastante espaço” para flexibilizar a política monetária.

Diante do cenário, o MUFG avalia que, no curto prazo, as expectativas em torno de cortes nas taxas de juros continuam sendo cruciais para negociações como o ouro, enquanto, no longo prazo, há expectativa para novos ganhos do ouro por tensões geopolíticas persistentes, preocupações com a independência do Fed e a diversificação dos investimentos, que estão se afastando de títulos soberanos e moedas estrangeiras.

Para a StoneX, no entanto, é possível que o mercado acompanhe volatilidade nos preços do ouro, oscilando entre US\$ 4.800 por onça-troy e US\$ 5.100 por onça-troy

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/02/2026

COMÉRCIO EXTERIOR - JANEIRO REGISTRA CRESCIMENTO DE 10% NAS EXPORTAÇÕES AOS PAÍSES ÁRABES

Emirados Árabes Unidos lideram ranking com US\$ 600,1 milhões em compras, seguidos por Arábia Saudita e Egito entre os principais destinos

Por MARIANA NEROME redacao.jornal@redebeneews.com.br



Os Emirados Árabes Unidos compraram US\$ 600,1 milhões em produtos brasileiros durante o mês de janeiro, representando uma expansão de 110% sobre o resultado de 2025

O Brasil registrou uma receita de US\$ 1,985 bilhão com exportações para países árabes em janeiro, segundo os dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) organizados pela Câmara de

Comércio Árabe Brasileira. O montante representa o crescimento de 10% em relação ao mesmo mês de 2025, sinalizando o início do ano com desempenho positivo nas vendas para a região.

Por outro lado, as importações de produtos árabes recuaram 25,1% e totalizaram US\$ 668,9 milhões no período. A diferença entre vendas e compras gerou um superávit comercial de US\$ 1,3 bilhão para o Brasil, valor 44,4% superior ao registrado em janeiro do ano anterior.

A corrente de comércio entre o Brasil e os países da Liga Árabe somou US\$ 2,6 bilhões, com queda de 1,6% na comparação anual.

Os Emirados Árabes Unidos compraram US\$600,1 milhões em produtos brasileiros durante o mês de janeiro, com expansão de 110% sobre o resultado de 2025. A Arábia Saudita aparece como segundo destino, com importações de US\$ 245,13 milhões e alta de 9%.

O Egito ocupa a terceira posição, com US\$ 233,5 milhões, mas apresenta retração de 42,3% em relação a janeiro de 2025. A queda nas compras egípcias reflete as dificuldades econômicas enfrentadas pelo país, que afetam o poder de compra e a capacidade de importação de produtos.

No fluxo inverso, a Arábia Saudita vendeu US\$205,8 milhões ao Brasil, com recuo de 47,6% na comparação anual. A redução nas vendas sauditas está relacionada principalmente à diminuição nas



exportações de petróleo e derivados. Os Emirados Árabes Unidos embarcaram US\$ 141,6 milhões em mercadorias para o país, com salto de 497%.

O Egito completou os três maiores fornecedores árabes, com vendas de US\$128,5 milhões e crescimento de 19,8%.

Produtos

O açúcar encabeça a lista de produtos exportados pelo Brasil aos países árabes em janeiro. O produto responde por parcela significativa das vendas, aproveitando a demanda regional por commodities alimentares. A pauta inclui ainda milho, carne de frango, minério de ferro, gado, petróleo bruto e carne bovina congelada como itens de destaque nas vendas.

Entre as importações brasileiras, o petróleo refinado aparece como principal produto comprado dos países árabes no primeiro mês do ano. A lista segue com fertilizantes nitrogenados, petróleo bruto e fertilizantes fosfatados, itens essenciais para a agricultura brasileira e para o funcionamento da economia nacional.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/02/2026

COMÉRCIO EXTERIOR - PORTO SECO DE FOZ DO IGUAÇU MOVIMENTA US\$ 9,7 BILHÕES EM 2025

Paraguai lidera fluxo com 77,5% dos 215.070 caminhões liberados, seguido pela Argentina com 22,5% do movimento registrado no ano

Por MARIANA NEROME redacao.jornal@redebeneews.com.br

O Porto Seco de Foz do Iguaçu (PR) movimentou US\$ 9,79 bilhões em 2025, com um crescimento de 13,86% na corrente de comércio em relação a 2024. O recinto alfandegado, que trabalha na Tríplice Fronteira e man tem embarques noturnos de grãos a granel, processou 5,16 milhões de toneladas de carga durante o ano.

As exportações somaram US\$ 5,05 bilhões, com 1,69 milhão de toneladas despachadas, já as importações alcançaram US\$ 4,74 bilhões e movimentaram 3,46 milhões de toneladas.

O volume de carga recuou 5,31% entre 2024 e 2025, passando de 5,45 milhões de toneladas para 5,16 milhões. Apesar da queda no peso, o valor financeiro registrou aumento de 13,86%.

A divergência entre os indicadores reflete a participação crescente de produtos com valor agregado. O setor agroindustrial intensificou o fluxo de insumos e maquinários, itens que apresentam valor superior por tonelada em comparação aos grãos a granel.

O comércio de eletrônicos, componentes industrializados e bens de consumo duráveis provenientes do Paraguai e da Argentina também contribuiu para a elevação do valor médio das operações.

O Porto Seco liberou 215.070 caminhões em 2025, com expansão de 11,65% sobre 2024. O Paraguai responde por 77,50% do movimento, com 166.661 veículos processados, desse total, 77.739 caminhões saíram com exportações e 88.922 entraram com importações.

A Argentina representa 22,50% do fluxo, totalizando 48.409 caminhões. O país vizinho enviou 36.706 veículos com cargas importadas pelo Brasil e recebeu 11.703 caminhões com produtos brasileiros.

Entre os produtos processados, as exportações brasileiras incluem itens industrializados e insumos para o setor produtivo. As importações destacam commodities, recursos energéticos, farinha de trigo, frutas, alho e vinhos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/02/2026

FINANÇAS - BC DECRETA LIQUIDAÇÃO DO BANCO PLENO E DE SUA DISTRIBUIDORA

Medida foi motivada pelo comprometimento da situação econômico-financeira da instituição, presidida por ex-sócio do Master

Da Agência Brasil



O Banco Pleno integrava o conglomerado financeiro do Banco Master, de Daniel Vercaro, alvo da Operação Compliance Zero

O Banco Central decretou a liquidação extrajudicial do Banco Pleno. Anunciada nesta quarta-feira (18), em Brasília, a medida inclui nesse regime especial a Pleno Distribuidora Títulos e Valores Mobiliários – integrante do conglomerado prudencial Pleno.

Segundo a autoridade monetária, trata-se de conglomerado de porte pequeno, enquadrado no segmento S4 da regulação prudencial, tendo como instituição líder o Banco Pleno. Este conglomerado detém, de acordo com o BC, 0,04% do ativo total e 0,05% das captações totais do Sistema Financeiro Nacional.

Anteriormente conhecido como Banco Voiter, o Banco Pleno integrava, até meados de 2025, o conglomerado financeiro do Banco Master, do banqueiro Daniel Vercaro, alvo da Operação Compliance Zero.

A operação investiga a concessão de créditos falsos pelo Banco Master, incluindo a tentativa de compra da instituição financeira pelo Banco de Brasília (BRB), banco público ligado ao Governo do Distrito Federal. Segundo as investigações, as fraudes podem chegar a R\$ 17 bilhões.

O Banco Pleno é comandado por Augusto Ferreira Lima, ex-CEO e ex-sócio do Banco Master.

“A liquidação extrajudicial [do Banco Pleno e de sua distribuidora] foi motivada pelo comprometimento da situação econômico-financeira da instituição, com deterioração da situação de liquidez, bem como por infringência às normas que disciplinam a sua atividade e inobservância das determinações do Banco Central do Brasil”, justificou, em nota, o BC.

Outras medidas podem ser tomadas pela autoridade monetária para apurar as responsabilidades nos termos de suas competências legais. Caso as suspeitas de irregularidades se confirmem, serão adotadas medidas sancionadoras de caráter administrativo e a comunicação às autoridades competentes.

Entre as medidas previstas está a indisponibilidade dos bens de controladores e administradores do conglomerado prudencial Pleno.

Credores

Em comunicado ao mercado, o Banco Pleno informou ter uma “base estimada de 160 mil credores com depósitos elegíveis ao pagamento da garantia, que somam R\$ 4,9 bilhões”, e que efetuará os pagamentos conforme regulamentado pelo Fundo Garantidor de Crédito (FGC).

“Todos os créditos enquadrados no Regulamento do FGC terão o processo de pagamento iniciado tão logo o levantamento dos dados dos credores seja concluído e disponibilizado”, diz o comunicado.

Acrescenta que mais informações sobre o pagamento da garantia ordinária - limitada a R\$ 250 mil - estão disponíveis no site.



“Solicitamos aos credores que utilizem o Aplicativo FGC, desenvolvido para simplificar o processo de pagamento de garantias, de forma ágil e totalmente online”, indicou o banco, referindo-se ao aplicativo disponibilizado na Apple Store ou no Google Play.

“Em etapa posterior, assim que o FGC receber a relação dos credores do liquidante, será possível realizar a solicitação da garantia, com a identificação do beneficiário e a indicação da conta de sua titularidade, onde o valor da garantia será depositado”, acrescentou.

Por fim, o banco alega que não faz parte do conglomerado Master, o que reconfiguraria limite à regulamentação.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/02/2026

FINANÇAS - FGC JÁ PAGOU R\$ 37,2 BILHÕES EM GARANTIAS A CREDITORES DO MASTER

Aproximadamente 653 mil investidores receberam valores devidos. O fundo também vai pagar credores do Will Bank

Do Estadão Conteúdo

O Fundo Garantidor de Crédito (FGC) já pagou 92% do volume total das garantias destinadas a credores do Master. Segundo comunica do divulgado nesta quarta- -feira, até as 10 horas deste dia 18 de fevereiro, o Fundo já havia desembolsado R\$ 37,2 bilhões a aproximadamente 653 mil investidores.

Com isso, 84% dos beneficiários elegíveis já receberam os valores devidos.

O FGC também será responsável por conduzir o pagamento de R\$ 6,3 bilhões em garantias a credores do Will Bank, que fazia parte do conglomerado, mas teve liquidação extrajudicial decretada apenas em janeiro.

Na última sexta-feira, o Fundo anunciou a antecipação do reembolso a clientes do banco digital com até R\$ 1 mil a receber. Até agora, R\$ 53 milhões foram pagos a 380 mil clientes. A cifra corresponde a 27% do montante estimado em R\$ 200 milhões que deve ser transferido a 6 milhões de pessoas elegíveis à antecipação.

O processo de pagamento aos credores Banco Master, Banco Master de Investimentos e Letsbank está sendo feito pelo aplicativo do FGC.

Já a antecipação referente ao Will Bank ocorre pela plataforma do próprio banco, onde também estão sendo estornados os depósitos em moeda eletrônica.

Nesta quarta-feira pela manhã, o BC também decretou a liquidação do Banco Pleno, que não integrava mais o conglomerado Master.

O FGC estima que, neste caso, ressarcirá R\$ 4,9 bilhões a cerca de 160 mil pessoas com depósitos cobertos pelo limite de até R\$ 250 mil.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/02/2026

FINANÇAS - IBOVESPA EMENDA 3ª PERDA, MAS DEFENDE A LINHA DOS 186 MIL

Índice fecha em baixa moderada de 0,24%, aos 186.016,31 pontos, após sair de abertura aos 186.464,00 pontos Ibovespa emenda 3ª perda, mas defende a linha dos 186 mil Apesar de o índice da B3 se manter em baixa nas três últimas sessões, o ganho acumulado do mês chega a 2,57% t B3

Da Agência Brasil



Apesar de o índice da B3 se manter em baixa nas três últimas sessões, o ganho acumulado do mês chega a 2,57%

Em dia de vencimento de opções sobre o índice, e com sessão abreviada na Quarta-feira, 18, de Cinzas, o Ibovespa operou em modo cautela, em separado dos ganhos vistos em Nova York neste meio de semana mais curta na B3.

Após uma abertura sólida que o colocou logo aos 187.656,93 pontos, na máxima do dia, o Ibovespa perdeu força ainda na primeira meia hora, passando a oscilar em direção a perdas na sessão, acentuadas ao longo da tarde, em especial um pouco antes e durante a divulgação da ata do Federal Reserve, destaque da agenda externa.

Na mínima, tocou os 185.000,96 pontos e, ao fim, marcava baixa moderada de 0,24%, aos 186.016,31 pontos, tendo saído de abertura aos 186.464,00 pontos. Com o vencimento de opções sobre o Ibovespa, o giro financeiro foi muito reforçado, a 89,4 bilhões na sessão. No mês, o Ibovespa sobe 2,57%, elevando o agregado no ano a 15,45%, apesar de o índice da B3 se manter em baixa nas três últimas sessões.

Nesta retomada dos negócios após a pausa de dois dias para a folia, Petrobras mostrou ganhos, de 1,11% na ON e de 0,81% na PN no fechamento, impulso insuficiente para se contrapor à queda de 3,57% em Vale ON, a ação de maior peso no Ibovespa, que cedeu terreno assim como os demais nomes do setor metálico. A ausência do mercado chinês, devido ao feriado do Ano- -Novo Lunar até o dia 24, deixa as ações ligadas ao minério de ferro negociado em Dalian, referência para esses papéis, sem norte, dando espaço para realização de lucros em alguns casos.

Em 2026, Vale sobe 16,62%, considerando a correção desta quarta-feira - no mês, virou para o negativo (-0,47%). Em Cingapura, o minério caiu 0,25%. "É a ausência de China que pesa", diz um operador de renda variável. Apesar de a China ter crescido 5% em 2025, coincidindo com a meta oficial, há incertezas à frente sobre demanda interna e preocupações quanto a riscos comerciais.

Na B3, os bancos mostraram comportamento dividido, com Bradesco se inclinando ao negativo na ON (-0,61%) e PN (-0,29%). Destaque para Santander (Unit +1,86%, na máxima do dia no fechamento). Na ponta ganhadora do Ibovespa na sessão, Raízen (+6,35%), PetroReconcavo (+3,59%) e Cosan (+2,94%). No lado oposto, além de Vale, apareceram Pão de Açúcar (-4,55%) e IRB (-3,03%).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 19/02/2026

FINANÇAS - EM PREGÃO DE LIQUIDEZ REDUZIDA, DÓLAR VAI A R\$ 5,24 COM EXTERIOR

Moeda americana terminou a quarta-feira de Cinzas em alta de 0,20%. No mês, porém, há um recuo de 0,13%

Do Estadão Conteúdo

O dólar encerrou a sessão reduzida desta quarta-feira, 18, na volta dos negócios após o Carnaval, em leve alta, na casa de R\$ 5,24. Com a agenda doméstica esvaziada, o mercado local de câmbio replicou o comportamento da moeda americana no exterior, na esteira de indicadores fortes de atividade nos EUA e do tom levemente mais duro da ata do Federal Reserve.

O real até ensaiou uma valorização pontual na abertura dos negócios no início da tarde, com o dólar negociado abaixo da linha de R\$ 5,20, mas perdeu fôlego à medida que a divisa americana avançava



lá fora. Operadores atribuíram a queda momentânea do dólar por aqui a um movimento natural de correção, com desmonte de posições defensivas assumidas na sexta-feira, 13, véspera do Carnaval.

Com mínima de R\$5,1940 e máxima de R\$5,2496, o dólar à vista terminou o pregão desta quarta-feira de Cinzas em alta de 0,20%, a R\$5,2406. A divisa agora apresenta variação de -0,13% em fevereiro, após recuo de 4,40% em janeiro - maior queda mensal desde junho de 2025 (4,99%). No ano, as perdas são de 4,53%.

O gerente de câmbio da Treviso Corretora, Reginaldo Galhardo, ressalta que o dia foi atípico, com liquidez muito reduzida, o que deixou a formação da taxa de câmbio mais suscetível a operações pontuais. "Houve um posicionamento mais defensivo na sexta-feira que foi parcialmente desfeito na abertura desta quarta. Mas logo em seguida o mercado local se alinhou o exterior", afirma Galhardo, ressaltando que dados fortes da economia norte-americana levaram o dólar a ganhar ímpeto.

Pela manhã, o Fed informou que a produção industrial dos EUA subiu 0,7% em janeiro em relação a fevereiro, acima do esperado por analistas (0,4%). Já as construções de moradias iniciadas avançaram 6,2% em dezembro ante novembro. Do lado negativo, as encomendas de bens duráveis recuaram 1,4% em dezembro, contrariando a expectativa de alta de 1,6%.

Divulgada às 16h, a ata do Fed provocou uma aceleração dos ganhos da moeda americana no exterior. O documento revelou que dirigentes do BC americano não viram aumento dos riscos de deterioração do mercado de trabalho e ponderaram que novos cortes da taxa de juros podem indicar diminuição do compromisso com a busca pela meta de inflação.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/02/2026

FINANÇAS - MERCADO REDUZ PREVISÃO DA INFLAÇÃO PARA 3,95% ESTE ANO

Pela sexta semana seguida, a previsão para a inflação de 2026 foi reduzida e está dentro do intervalo ***Da Agência Brasil***



Para 2027, a projeção da inflação se manteve em 3,8%. Para 2028 e 2029, as previsões são de 3,5% para os dois anos

A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - referência oficial da inflação no país - passou de 3,97% para 3,95% em 2026. A estimativa está no boletim Focus desta quarta-feira (18), pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC) com a expectativa de instituições financeiras para os principais indicadores econômicos.

Para 2027, a projeção da inflação se manteve em 3,8%. Para 2028 e 2029, as previsões são de 3,5% para os dois anos.

Pela sexta semana seguida, a previsão para a inflação de 2026 foi reduzida e está dentro do intervalo da meta para a variação de preços que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5%, e o superior, 4,5%.

Em janeiro, a alta dos preços da conta de luz e da gasolina fizeram a inflação oficial do mês fechar em 0,33%, mesmo patamar de dezembro. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o resultado fez o IPCA acumular alta de 4,44% em 2025, dentro da meta do CMN.

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros (Taxa Selic), definida atualmente em 15% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do BC. Apesar do recuo da inflação e do dólar, o colegiado não mexeu nos juros pela quinta vez seguida na última reunião, no fim de janeiro.



A taxa está no maior nível desde julho de 2006, quando estava em 15,25% ao ano. Em comunicado, o Copom confirmou que começará a reduzir os juros na reunião de março, caso a inflação se mantenha sob controle e não haja surpresas no cenário econômico.

A estimativa dos analistas de mercado é que a taxa básica caia para 12,25% ao ano até o final de 2026, a mesma previsão do boletim Focus da semana passada. Para 2027 e 2028, a previsão é que a Selic seja reduzida novamente para 10,5% ao ano e 10% ao ano, respectivamente. Em 2029, a taxa deve chegar a 9,5% ao ano.

Quando o Copom aumenta a Selic, a finalidade é conter a demanda aquecida; isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Assim, taxas mais altas também podem dificultar a expansão da economia. Os bancos ainda consideram outros fatores na hora de definir os juros cobrados dos consumidores, como risco de inadimplência, lucro e despesas administrativas.

Quando a Taxa Selic é reduzida a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, diminuindo o controle sobre a inflação e estimulando a atividade econômica.

PIB e câmbio

Nesta edição do boletim Focus, a estimativa das instituições financeiras para o crescimento da economia brasileira este ano permanece em 1,8%. Para 2027, a projeção para o Produto Interno Bruto (PIB, a soma dos bens e serviços produzidos no país) também ficou em 1,8%. Para 2028 e 2029, o mercado financeiro estima expansão do PIB em 2% para os dois anos.

Puxada pelas expansões da indústria e da agropecuária, no terceiro trimestre de 2025, a economia brasileira cresceu 0,1%, o que é considerado pelo IBGE como estabilidade. A divulgação do PIB consolidado de 2025 está agendada para 3 de março.

Em 2024, o PIB fechou com alta de 3,4%. O resultado representa o quarto ano seguido de crescimento, sendo a maior expansão desde 2021, quando o PIB alcançou 4,8%.

A previsão da cotação do dólar está em R\$ 5,50 para o fim deste ano. No fim de 2027, estima-se que a moeda norte-americana fique nesse mesmo patamar.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/02/2026

FINANÇAS - PROJEÇÃO PARA DÉFICIT PRIMÁRIO DO SETOR PÚBLICO CAI PARA 0,50% DO PIB

Do Estadão Conteúdo

A mediana das estimativas do mercado financeiro no relatório Focus do Banco Central para o déficit primário do setor público consolidado em 2026 diminuiu de 0,52% do Produto Interno Bruto (PIB) para 0,50% do PIB.

Há um mês, era de 0,53%. A meta fiscal deste ano é de um superávit primário de 0,25% do PIB nas contas do Governo Central, com tolerância de 0,25 ponto percentual do PIB para mais ou para menos. Para 2027, a mediana para o déficit aumentou de 0,40% do PIB para 0,41%. Há um mês, era de 0,30%. O alvo do próximo ano é um superávit de 0,50% do PIB, também com intervalo tolerância de 0,25 ponto percentual.

As projeções de fiscal do Focus costumam indicar déficits maiores do que a meta do governo por duas razões. Elas se referem ao setor público consolidado (Governo Central, Estados, municípios e empresas estatais, exceto Petrobras e Eletrobras), enquanto o alvo vale apenas para o governo central. Além disso, vários gastos não são contabilizados na meta fiscal, como o pagamento de precatórios.

A estimativa intermediária para o déficit nominal de 2026 permaneceu em 8,60% do PIB, pela 4ª leitura seguida. A mediana para o rombo nominal de 2027 permaneceu em 8,01% do PIB. Quatro semanas atrás, era de 7,80%.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 19/02/2026

COMUNICAÇÃO & MARKETING - OPINIÃO - COMO RETOMAR O CONTROLE DA “SUA HISTÓRIA” COM A TÉCNICA DO BRIDGE



JOÃO FORTUNATO

Consultor especialista em Media Training
e Gestão de Crise e professor universitário

opinioao@portalbenews.com.br

Em situações de entrevista, coletiva de imprensa ou pronunciamento público, o porta-voz raramente enfrenta apenas perguntas neutras. Na maioria das vezes, ele é confrontado com questionamentos difíceis, provocações, tentativas de indução ou temas que podem desviar a conversa para pontos desfavoráveis à organização. Nesse contexto, uma das ferramentas mais eficazes do media training é a técnica do bridge.

Bridge, em inglês, significa “ponte”. No treinamento de porta-vozes, ele se refere à capacidade de construir uma transição estratégica entre uma pergunta, muitas vezes hostil ou limitada, e a mensagem central que precisa ser comunicada.

Em outras palavras, o bridge permite que o porta-voz responda sem ficar prisioneiro da agenda do repórter. É importante esclarecer: bridge não é evasão, nem fuga, nem manipulação. Trata-se de uma técnica legítima de comunicação, usada para manter o foco, proteger a reputação institucional e garantir que informações essenciais sejam transmitidas ao público.

O porta-voz deve usar o bridge especialmente quando a pergunta contém armadilhas, simplificações ou pressupostos incorretos. Por exemplo, perguntas como “A empresa falhou?”, “Quem será demitido?” ou “Vocês vão admitir culpa?” podem carregar julgamento embutido. Responder diretamente, sem contexto, pode gerar manchetes distorcidas. O bridge permite reposicionar a resposta: o porta-voz reconhece a pergunta, mas conduz a fala para um terreno mais preciso e responsável.

Outra situação típica é quando o entrevistador insiste em detalhes que ainda não podem ser divulgados, seja por questões legais, investigação em curso ou sigilo corporativo. Nesses casos, o bridge ajuda a responder com transparência sem comprometer a estratégia. O porta-voz pode dizer que não há informações confirmadas naquele momento e, em seguida, levar a conversa para o que já está sendo feito: ações concretas, medidas de contenção, compromisso institucional.

O bridge também é fundamental em crises. Durante uma crise corporativa, o risco maior não é apenas o evento em si, mas a narrativa pública que se forma rapidamente. A imprensa busca culpados, causas, responsabilidades e consequências. Se o portavoz não domina a técnica de transição, ele pode ser arrastado para respostas defensivas, negativas ou incompletas. Com o bridge, ele consegue manter o controle emocional e discursivo, reforçando mensagens-chave como: preocupação com vítimas, colaboração com autoridades, providências imediatas e compromisso com correção. Expressões típicas de bridge incluem: “O que é importante esclarecer é que...”; “Antes de mais nada, precisamos lembrar que...”; “O ponto central aqui é...”; “Mais do que isso, o que estamos fazendo agora é...”; “Eu entendo sua pergunta, mas o essencial é...”

Essas pontes não anulam a pergunta, mas reorganizam o fluxo da comunicação. O objetivo é simples: garantir que a entrevista não seja apenas um interrogatório conduzido pelo jornalista, mas uma oportunidade de posicionamento institucional.

Porta-vozes bem-preparados entendem que entrevistas não são conversas informais. São arenas públicas onde reputações são construídas ou destruídas em poucos segundos. O bridge é, portanto, uma técnica de sobrevivência comunicacional: ele protege a mensagem, reduz riscos e aumenta a clareza.

Bridge deve ser usado sempre que o porta-voz precisar retomar o foco, neutralizar armadilhas, evitar especulações e conduzir o público àquilo que realmente importa.

DURANTE UMA CRISE CORPORATIVA, O RISCO MAIOR NÃO É APENAS O EVENTO EM SI, MAS A NARRATIVA PÚBLICA QUE SE FORMA RAPIDAMENTE. A IMPRENSA BUSCA CULPADOS, CAUSAS, RESPONSABILIDADES E CONSEQUÊNCIAS. SE O PORTA-VOZ NÃO DOMINA A TÉCNICA DE TRANSIÇÃO, ELE PODE SER ARRASTADO PARA RESPOSTAS DEFENSIVAS, NEGATIVAS OU INCOMPLETAS

João Fortunato escreve para o BE News semanalmente, com seus artigos publicados sempre às quintas-feiras.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/02/2026

JUSTIÇA - MORAES ARQUIVA INQUÉRITO CONTRA CARLA ZAMBELLI

Segundo o Ministro do STF, ameaça da ex-deputada de interferir no julgamento de Bolsonaro ficou no “campo da retórica”

Do Estadão Conteúdo



O inquérito havia sido instaurado para apurar declarações públicas de Zambelli, antes de ela ser presa na Itália

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou o arquivamento do inquérito que investigava a ex-deputada Carla Zambelli, presa na Itália, por suposta tentativa de interferência no julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro. A

decisão foi proferida na última sexta-feira, 13, e publicada nesta quarta-feira, 18.

O inquérito havia sido instaurado para apurar declarações públicas de Zambelli. Ela insinuava a intenção de convencer autoridades estrangeiras a influenciar o processo judicial de Bolsonaro. Também foram analisados repasses financeiros recebidos via Pix após sua saída do País.

Segundo relatório final da Polícia Federal (PF), embora tenha havido intenção manifestada, o comportamento da investigada “não ultrapassou o campo da retórica”, inexistindo prova de adoção de medidas concretas aptas a comprometer o andamento da ação.

“Embora a intenção de frustrar a aplicação da lei penal tenha sido verbalizada, o comportamento de CARLA ZAMBELLI, salvo melhor juízo, não ultrapassou o campo da retórica, inexistindo prova de efetivo êxito na adoção de expedientes, contatos, articulações ou providências aptos a comprometer o regular andamento de ação penal”, argumentou a PF.

A Procuradoria-Geral da República (PGR) acompanhou essa conclusão. O órgão também destacou que os valores recebidos por Pix teriam origem em apoiadores, motivados por campanha de arrecadação divulgada pela própria parlamentar.

A PGR citou publicações de Zambelli favoráveis ao tarifaço do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. Na ocasião, o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) reconheceu que a possibilidade



dos Estados Unidos impor tarifas comerciais ao Brasil foi discutida em reuniões que eles tiveram com autoridades do governo americano.

Em julho do ano passado, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, enviou uma carta ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) anunciando o tarifaço e criticou o “tratamento” contra Bolsonaro, réu por tentativa de golpe no STF, pedindo o encerramento do processo penal contra ele. Eduardo usou a decisão do presidente americano Donald Trump de taxar os produtos brasileiros em 50% para cobrar do Congresso Nacional a aprovação de uma anistia para o seu pai.

“Ao contrário, as condutas identificadas restringiram-se a publicações em redes sociais e manifestações de caráter opinativo, notadamente em tom de aprovação à política de taxação norte-americana, sem qualquer repercussão prática sobre o curso de ações penais em trâmite no Brasil”, argumentou a PGR.

Diante do pedido da PGR e da ausência de novos elementos, Moraes acolheu a manifestação, ressalvada a possibilidade de reabertura do caso em caso de surgimento de novas provas.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/02/2026

JUSTIÇA - PRESA NA ITÁLIA, EX-DEPUTADA AGUARDA RESULTADO DO JULGAMENTO DE EXTRADIÇÃO

A Justiça italiana concluiu na última quinta-feira, 12, o julgamento sobre a extradição de Carla Zambelli. A análise do caso ocorreu na Corte de Apelação de Roma. O resultado sairá nas próximas semanas.

O julgamento não encerra o processo. Após a divulgação do resultado, a defesa de Zambelli ainda poderá recorrer à Corte de Cassação, instância mais alta do Judiciário italiano.

Após essa fase, o Ministério da Justiça da Itália decidirá se autoriza a extradição.

Condenada pelo STF em outros dois processos, Zambelli teve sua extradição pedida à Itália após ter deixado o Brasil, o que levou à sua prisão pela polícia italiana. Agora, porém, cabe às autoridades judiciais do país europeu abrir e concluir o procedimento que definirá se a extradição será ou não autorizada, especialmente porque a ex-parlamentar também possui cidadania italiana.

Segundo apuração do Estadão junto a investigadores, Zambelli foi localizada pelo adido da Polícia Federal em Roma, que atua na embaixada brasileira, em conjunto com autoridades italianas.

Na primeira condenação, a ex-deputada recebeu pena de dez anos de prisão por invasão de sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e falsidade ideológica, em conluio com o hacker Walter Delgatti Neto. Ele afirmou ter sido contratado por ela para inserir documentos falsos no sistema do CNJ, incluindo um falso mandado de prisão contra o ministro Alexandre de Moraes.

Após essa condenação, Zambelli deixou o País e acabou presa na Itália em operação conjunta da Polícia Federal com autoridades locais.

Após a fuga, o STF tornou definitiva outra condenação, por perseguir, armada, um homem em São Paulo. Ela foi condenada a cinco anos e três meses de prisão pelos crimes de porte ilegal de arma e constrangimento ilegal com uso de arma de fogo.

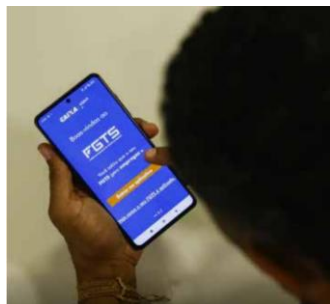
Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/02/2026

JUSTIÇA - STF REAFIRMA CORREÇÃO DO FGTS PELO IPCA

Com a decisão, o fundo deixa de usar a Taxa Referencial para ser corrigido pelo principal indicador da inflação no país

Da Agência Brasil



O STF proibiu a correção para valores retroativos que estavam depositados nas contas em junho de 2024

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu reafirmar que as contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) devem ser corrigidas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), principal indicador da inflação no país. A decisão foi tomada em sessão do plenário virtual da Corte.

O plenário confirmou o entendimento de 2024, quando os ministros vetaram a correção das contas do FGTS pela Taxa Referencial (TR), que sempre foi utilizada para corrigir os depósitos e que tem valor próximo de zero.

Além disso, também ficou mantida a parte da decisão que validou a correção pelo IPCA somente a novos depósitos e proibiu a correção para valores retroativos que estavam depositados nas contas em junho de 2024, quando a Corte reconheceu o direito dos correntistas à correção pelo índice de inflação.

A Corte julgou um recurso de um correntista contra decisão da Justiça Federal da Paraíba que não reconheceu a correção retroativa do saldo pelo IPCA.

Pela deliberação dos ministros, fica mantido o atual cálculo que determina a correção com juros de 3% ao ano, o acréscimo de distribuição de lucros do fundo, além da correção pela TR. A soma deve garantir a correção pelo IPCA.

Contudo, se o cálculo atual não alcançar o IPCA, caberá ao Conselho Curador do FGTS estabelecer a forma de compensação.

Durante a tramitação do processo, a proposta de cálculo foi sugerida ao STF pela Advocacia-Geral da União (AGU), órgão que representa o governo federal, após conciliação com centrais sindicais durante a tramitação do processo.

O caso começou a ser julgado pelo Supremo a partir de uma ação protocolada em 2014 pelo partido Solidariedade. A legenda sustentou que a correção pela TR, com rendimento próximo de zero, por ano, não remunera adequadamente os correntistas, perdendo para a inflação real.

Proteção

Criado em 1966 para substituir a garantia de estabilidade no emprego, o fundo funciona como uma poupança compulsória e proteção financeira contra o desemprego. No caso de dispensa sem justa causa, o empregado recebe o saldo do FGTS, mais multa de 40% sobre o montante.

Após a entrada da ação no STF, leis começaram a vigorar, e as contas passaram a ser corrigidas com juros de 3% ao ano, o acréscimo de distribuição de lucros do fundo, além da correção pela TR. No entanto, a correção continuou abaixo da inflação.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/02/2026

JUSTIÇA - MINISTRO DO STJ ACUSADO DE ASSÉDIO RECEBE ALTA APÓS INTERNAÇÃO

Marco Buzzi estava internado desde o início do mês, após o início das investigações de duas mulheres

Do Estadão Conteúdo

O ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Marco Buzzi recebeu alta do Hospital DF Star, em Brasília, nesta quarta-feira, 18. Ele estava internado desde 5 de fevereiro e não há informações oficiais sobre seu estado de saúde. A internação ocorreu depois do início das investigações contra o magistrado por denúncias de assédio e importunação sexual.

O pedido de licença médica foi apresentado um dia depois de o STJ decidir instaurar sindicância para apurar a primeira acusação, envolvendo uma jovem de 18 anos. Segundo o relato, o episódio teria ocorrido na casa de praia do ministro, em Santa Catarina. O magistrado nega.

Em 10 de fevereiro, ainda internado, Buzzi solicitou afastamento do cargo por 90 dias, alegando problemas cardíacos.

A primeira acusação ocorreu quando a família de uma jovem de 18 anos procurou ministros da Corte. Buzzi teria tentado agarrar a jovem à força.

Outra mulher que trabalhou com o ministro relatou fatos similares aos do primeiro caso. Os dois processos estão sob sigilo no CNJ.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/02/2026

JUSTIÇA - OPINIÃO – DIREITO - CONGESTIONAMENTO PORTUÁRIO E SEUS EFEITOS JURÍDICOS NO TRANSPORTE MARÍTIMO



RUBIANE NASCIMENTO MASSA

Advogada associada do escritório Cristina Wadner e Advogadas Associadas.
Pós-graduada em Direito Marítimo e Direito Processual Civil

opinioao@portalbenews.com.br

O crescimento contínuo da movimentação de cargas nos portos brasileiros tem evidenciado, de forma cada vez mais clara, a relevância estratégica da infraestrutura portuária para o comércio exterior e para a economia nacional. Paralelamente, fatores operacionais e limitações de capacidade ao longo da cadeia portuária, somados à demora na condução de leilões e novos arrendamentos, a exemplo dos sucessivos adiamentos do leilão do Tecon Santos 10 (mega terminal de contêineres em Santos), cujos efeitos não se limitam à operação portuária, alcançam diretamente a segurança jurídica dos contratos de transporte marítimo.

Do ponto de vista do armador, o congestionamento portuário representa um fator externo relevante, que compromete o cumprimento regular das escalas, interfere na rotação das embarcações e afeta o equilíbrio econômico do transporte. Filas prolongadas para atracação, indisponibilidade de berços e limitações operacionais dos terminais geram atrasos que não decorrem da atuação do transportador, mas da própria capacidade estrutural do porto, circunstância que deve ser considerada na análise das responsabilidades contratuais.

Episódios como este, envolvendo retenção prolongada de contêineres e alterações frequentes de escalas, acarretam o aumento dos custos operacionais suportados pelos armadores, especialmente em razão da extensão do tempo de permanência das embarcações nos portos.

A cobrança de demurrage e detention, nesse contexto, não se apresenta como penalidade, mas como mecanismo contratual legítimo destinado a recompor perdas decorrentes da indisponibilidade dos equipamentos e do descumprimento dos prazos originalmente pactuados.

Sob a ótica jurídica, o congestionamento portuário impõe uma reflexão aprofundada sobre a adequada alocação de riscos nos contratos de transporte marítimo. Atribuir ao armador a integralidade dos ônus decorrentes de atrasos estruturais do porto distorce a lógica contratual e desconsidera fatores operacionais alheios à sua esfera de controle, cuja previsibilidade decorre do processo de exportação e importação como um todo, diga-se: de todos os players.



Nesse cenário, ganha relevo a interpretação criteriosa das cláusulas contratuais relativas a prazos operacionais, responsabilidade por atrasos e hipóteses de excludentes de responsabilidade, tudo como forma de se evitar a ampliação potencial de litígios entre armadores, operadores logísticos e usuários do sistema portuário.

Importante destacar que esse desafio não se limita ao contexto brasileiro. Portos internacionais também enfrentam congestionamentos, impulsionados por fatores globais como crescimento do comércio, eventos climáticos extremos e conflitos geopolíticos. A diferença, contudo, está na resposta estrutural e regulatória adotada, permitindo que portos estrangeiros realizem investimentos contínuos em ampliação de berços, automação e gestão de tráfego marítimo, buscando reduzir o impacto dos atrasos e aumentar a previsibilidade operacional, elemento essencial para a estabilidade contratual, reduzindo a exposição do armador a atrasos sistemáticos e litígios contratuais.

Enquanto isso, no contexto brasileiro, o aumento recorde da movimentação portuária convive com limitações históricas de acesso, armazenagem e integração logística. Esse descompasso reforça a necessidade de investimentos em infraestrutura como instrumento não apenas de eficiência econômica, mas também de redução de riscos jurídicos. Portos mais eficientes tendem a gerar menos disputas contratuais, menor incidência de custos extraordinários e maior previsibilidade nas relações comerciais.

Diante desse cenário, o planejamento contratual e a gestão jurídica preventiva assumem papel central. Cláusulas claras sobre prazos, responsabilidades e repartição de custos são essenciais para mitigar disputas. Além disso, é fundamental que importadores e exportadores, plenamente cientes da realidade operacional dos portos brasileiros, adotem postura diligente em sua logística, antecipando etapas, cumprindo prazos com margens de segurança adequadas e envidando seus melhores esforços para atender tempestivamente às obrigações contratuais, de modo a não transferir um risco que é de toda cadeia, já que se trata de efeitos decorrentes do congestionamento portuário.

Concomitantemente, importante retomar a tramitação do projeto de lei voltado a reformular a legislação portuária brasileira, propondo um novo marco regulatório para modernizar o setor, o que sem dúvida fortalecerá a segurança jurídica do transporte marítimo.

Como se vê, a discussão sobre congestionamento portuário revela que infraestrutura e Direito caminham de forma indissociável, não apenas para a fluidez logística, mas para a previsibilidade e a estabilidade dos contratos de transporte marítimo. Eficiência operacional e segurança jurídica são, portanto, faces indissociáveis de um sistema portuário capaz de sustentar o comércio internacional de forma equilibrada e sustentável.

Rubiane Nascimento Massa e outros profissionais do escritório Cristina Wadner e Advogadas Associadas escrevem para o BE News quinzenalmente, com seus artigos publicados sempre às quintas-feiras

O FILAS PROLONGADAS PARA ATRACAÇÃO, INDISPONIBILIDADE DE BERÇOS E LIMITAÇÕES OPERACIONAIS DOS TERMINAIS GERAM ATRASOS QUE NÃO DECORREM DA ATUAÇÃO DO TRANSPORTADOR, MAS DA PRÓPRIA CAPACIDADE ESTRUTURAL DO PORTO, CIRCUNSTÂNCIA QUE DEVE SER CONSIDERADA NA ANÁLISE DAS RESPONSABILIDADES CONTRATUAIS

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 19/02/2026

INTERNACIONAL - RÚSSIA X UCRÂNIA: CONVERSAS TERMINAM SEM AVANÇO

Negociações organizadas pelos EUA para dar um fim à guerra não evoluíram. Conflito vai completar 4 anos

Do Estadão Conteúdo



O presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, descreveu as discussões como “difíceis” e reclamou da postura da Rússia

As mais recentes negociações mediadas pelos Estados Unidos entre enviados de Moscou e Kiev sobre a invasão total da Ucrânia pela Rússia terminaram nesta quarta-feira (18) sem sinais de avanço e com ambos os lados dizendo que as conversas foram “difíceis”, a poucos dias do quarto aniversário da guerra, na próxima semana.

As negociações na Suíça foram a terceira rodada de conversas diretas organizadas pelos EUA, após reuniões mais cedo neste ano em Abu Dabi que oficiais descreveram como construtivas, mas que também não geraram grandes progressos.

O chefe da delegação russa, o conselheiro do presidente Vladimir Putin, Vladimir Medinsky, disse aos repórteres que as conversas dos últimos dois dias em Genebra “foram difíceis, mas objetivas”. Ele acrescentou que outra rodada de conversas será realizada “em um futuro próximo.”

O presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, também descreveu as discussões como “difíceis” e acusou a Rússia de “tentar arrastar as negociações que já poderiam ter chegado ao estágio final.”

O enviado do presidente dos EUA, Donald Trump, Steve Witkoff, disse nas redes sociais que o esforço de Washington pela paz na Ucrânia ao longo do último ano “trouxe progressos significativos”, sem dar detalhes.

Os dois exércitos permanecem travados em batalha na linha de frente de aproximadamente 1.250 quilômetros, enquanto a Rússia bombardeia diariamente áreas civis da Ucrânia.

Horas após o fim do primeiro dia de conversas, na terça-feira (17), drones russos mataram uma mulher e feriram uma menina de 6 anos e um bebê de 18 meses na cidade de Zaporizhzhia, no sul da Ucrânia, segundo autoridades.

Durante a noite, a Rússia lançou um míssil balístico e 126 drones de longo alcance contra a Ucrânia, de acordo com a força aérea ucraniana.

O porta-voz do Kremlin, Dmitry Peskov, disse aos repórteres que é “cedo demais” para falar sobre o resultado. Putin tem recebido relatórios sobre o progresso das conversas, disse ele.

Diferenças

O chefe da delegação ucraniana na Suíça, Rustem Umerov, disse que os oficiais estão tentando reconciliar suas diferenças políticas e militares.

“Consultas estão acontecendo em grupos de trabalho por áreas dentro das trilhas políticas e militares”, escreveu o chefe da delegação ucraniana, Rustem Umerov, em inglês no X. “Estamos trabalhando nos esclarecimentos dos parâmetros e mecanismos das decisões discutidas ontem.”

Zelensky disse que as delegações também deveriam discutir mais trocas de prisioneiros de guerra e a liberação de prisioneiros civis.

Ele revelou que os enviados ucranianos e americanos em Genebra se encontraram com representantes do Reino Unido, França, Alemanha, Itália e Suíça. A participação da Europa no processo é “indispensável”, disse o presidente ucraniano.

Líderes europeus, atentos às ambições mais amplas de Putin, dizem que sua própria segurança está em jogo na Ucrânia e insistiram em ser consultados nos esforços de paz.

Rússia e Ucrânia parecem ainda estar longe de um acordo em suas demandas por um acordo.

Zelensky ofereceu um cessar-fogo e um encontro cara a cara com Putin. Mas Moscou quer um acordo abrangente antes de se comprometer com uma trégua.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/02/2026

INTERNACIONAL - RUSSOS RECEBEM CHANCELER CUBANO E PEDEM BOM SENSO AOS EUA

Ministro das Relações Exteriores da Rússia, Sergey Lavrov, solicitou que os americanos não imponham bloqueio a Cuba

Do Estadão Conteúdo

O ministro das Relações Exteriores de Cuba, Bruno Rodríguez, visitou Moscou nesta quarta-feira (18) em meio a apagões e grave escassez de combustível na ilha, quadro agravado por restrições dos Estados Unidos às exportações de petróleo para o país.

Rodríguez se reuniu com seu homólogo da Rússia, Sergey Lavrov, e tinha um encontro previsto com o presidente Vladimir Putin. Durante as conversas, Lavrov pediu que Washington “demonstre bom senso” e desista de planos de bloqueio marítimo, após o presidente dos EUA, Donald Trump, ameaçar impor tarifas a países que vendam petróleo a Cuba.

Lavrov afirmou que Moscou continuará apoiando Cuba na defesa de sua soberania e segurança. O porta-voz do Kremlin, Dmitry Peskov reforçou que a Rússia se opõe ao bloqueio da ilha e pretende aprofundar as relações bilaterais, inclusive “em tempos difíceis”, com assistência adequada.

Questionado se o envio de combustível poderia prejudicar a recente aproximação com Washington, Peskov disse que os temas não estão ligados. Putin tem elogiado os esforços de Trump para mediar o fim da guerra na Ucrânia, e os dois países discutem a retomada de laços econômicos.

Cuba perdeu neste ano importantes fornecedores de petróleo. A Venezuela suspendeu as vendas em janeiro após a captura de Nicolás Maduro pelos EUA, e o México também interrompeu embarques após ameaças tarifárias de Trump. A falta de combustível já levou empresas russas a suspender pacotes turísticos, depois que Havana anunciou que não abastecerá aviões na ilha.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/02/2026

INTERNACIONAL - IRÃ, CHINA E RÚSSIA INICIAM EXERCÍCIO NAVAL CONJUNTO

Iniciativa no Mar de Omã e no norte do Oceano Índico ocorre enquanto os EUA reforçam sua presença militar próxima ao Irã

Do Estadão Conteúdo



Segundo a agência estatal IRNA, o exercício será sediado pela Primeira Região Naval do Irã, em Bandar Abbas

Irã, China e Rússia iniciam nesta quinta-feira, 18, exercício naval conjunto no Mar de Omã e no norte do Oceano Índico, em meio à escalada de tensões entre Teerã e Washington. A manobra, batizada de “Cinturão de Segurança Marítima 2026”, reunirá unidades das marinhas iraniana, russa e chinesa, além da Marinha da Guarda Revolucionária Islâmica

(IRGC), grupo paramilitar do país persa.

Segundo a agência estatal IRNA, o exercício será sediado pela Primeira Região Naval do Irã, em Bandar Abbas. Um porta-helicópteros da Rússia já atracou na base iraniana para participar das operações. O contra-almirante Hassan Maqsoudlou, porta-voz da manobra, afirmou que o objetivo central é “promover a segurança marítima e interações navais sustentáveis” na região.

De acordo com ele, a agenda inclui coordenação para proteção de navios comerciais e petroleiros, além de ações contra o terrorismo marítimo. O comandante da flotilha russa, capitão de primeira classe Alexey Sergeev, disse que o nível atual de cooperação demonstra a capacidade dos dois países de “gerenciar e resolver desafios marítimos e costeiros”.

Em Moscou, o assessor presidencial Nikolai Patrushev informou que embarcações dos três países também foram enviadas ao Estreito de Ormuz para o exercício, realizado pela primeira vez em 2018 e já incorporado ao calendário regular de treinamentos conjuntos, acrescentou a agência ISNA.

A iniciativa ocorre enquanto os Estados Unidos reforçam sua presença militar próxima ao Irã. O presidente Donald Trump afirmou que o deslocamento busca pressionar Teerã a negociar, advertindo que, sem acordo, poderá haver um ataque “muito pior” que o realizado contra instalações nucleares iranianas em junho de 2025.

Teerã rejeita “ameaças e coerção” e sustenta que a diplomacia só pode avançar com “respeito mútuo”. A porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da Rússia, Maria Zakharova, afirmou que “chantagem não ajuda no sucesso das negociações”. Ontem, EUA e Irã discutiram em Genebra um marco estruturado para dar sequência ao diálogo nuclear.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/02/2026

INTERNACIONAL - CASA BRANCA PRIORIZA DIPLOMACIA, MAS VÊ ARGUMENTOS A FAVOR DE ATAQUE

Os EUA veem o diálogo como primeira opção, mas não descartam o uso da força militar contra o Irã
Do Estadão Conteúdo

A secretária de Imprensa da Casa Branca, Karoline Leavitt, afirmou que o presidente dos EUA, Donald Trump, mantém a diplomacia como prioridade na condução das tratativas com o Irã, mas reconheceu que há pressão interna por uma ação mais dura. “Trump já deixou claro que diplomacia é sempre sua primeira opção”, disse. Ao mesmo tempo, ponderou que “há muitos argumentos a favor de um ataque contra o Irã”.

Durante coletiva de imprensa nesta quarta-feira, 18, Leavitt disse que houve apenas um “pequeno progresso” nas negociações da véspera entre Washington e Teerã.

Ela avaliou que “seria muito sensato se o Irã fizesse um acordo com Trump para evitar um ataque” e acrescentou esperar que os iranianos “entrem em contato nas próximas semanas conosco de novo com novos detalhes”.

As declarações vêm após o governo iraniano apontar avanços em rodada indireta realizada em Genebra, com acerto parcial de princípios para um possível entendimento.

Sobre a guerra na Ucrânia, Leavitt informou que ocorreu nova rodada de negociações entre EUA, Rússia e Ucrânia e afirmou que “progressos significativos foram alcançados” nas discussões. Uma nova rodada será realizada, pontuou, mas ainda sem data definida.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/02/2026



JORNAL O GLOBO – RJ

MESMO COM TARIFAÇÃO DE TRUMP, DÉFICIT COMERCIAL DOS EUA SOMA US\$ 901 BI EM 2025, UM DOS MAIORES DA HISTÓRIA

Em dezembro, balança comercial dos EUA teve saldo negativo de US\$ 70,3 bi. Por país, déficit com a China diminuiu acentuadamente, chegando a cerca de US\$ 202 bi, o menor em mais de 20 anos

Por Bloomberg — Washington



EUA registram um dos maiores déficits comerciais anuais desde 1960 — Foto: Bloomberg

O déficit comercial dos Estados Unidos aumentou em dezembro de 2025, encerrando um ano turbulento marcado pela política tarifária do presidente Donald Trump. O déficit de bens e serviços se ampliou em relação ao mês anterior, chegando a US\$ 70,3 bilhões, mostraram dados do Departamento de Comércio divulgados nesta quinta-feira.

O resultado culminou em um déficit anual de US\$ 901,5 bilhões no comércio exterior dos EUA, ainda um dos maiores da série histórica iniciada em 1960, mesmo com a política protecionista adotada pelo republicano.

Ao mesmo tempo, a China, principal alvo da guerra comercial de Trump, terminou o ano passado com um recorde no seu superávit comercial, superando US\$ 1 trilhão com a melhor marca que um país já alcançou na História. Os números são um indicativo de que o país liderado por Xi Jinping, cujas vendas para os EUA caíram muito, encontrou rotas de escoamento de sua produção para a maior economia do mundo por meio de outros mercados asiáticos, driblando as tarifas de Trump.

“Depois de todas as manchetes sobre tarifas e das oscilações nos dados, o déficit comercial praticamente não se alterou em 2025”, afirmou Oren Klachkin, economista de mercados financeiros da Nationwide, em nota. “Com o impacto máximo das tarifas provavelmente já tendo ficado para trás, esperamos que o comércio entre em um ritmo mais previsível”.

Os dados comerciais foram particularmente voláteis em 2025, mês a mês, à medida que importadores dos EUA reagiam a um persistente bombardeio de anúncios de tarifas pelo presidente Trump. As importações de ouro e de produtos farmacêuticos foram especialmente instáveis, enquanto as empresas corriam para antecipar-se a tarifas mais elevadas.

O déficit de dezembro — mais amplo do que todas as estimativas, exceto uma, em pesquisa da Bloomberg com economistas — refletiu um aumento de 3,6% no valor das importações, incluindo ganhos em acessórios de informática e veículos automotores. As exportações de bens e serviços recuaram 1,7%, refletindo em grande parte menores embarques de ouro para o exterior.

Antes da divulgação dos números, a projeção GDPNow, do Federal Reserve Bank de Atlanta, indicava que as exportações líquidas adicionariam cerca de 0,6 ponto percentual ao crescimento do quarto trimestre, agora estimado em 3,6%. Mas, após o relatório, vários economistas passaram a prever um impulso menor do comércio — ou até mesmo um efeito negativo — antes do relatório de sexta-feira sobre o Produto Interno Bruto (PIB) do quarto trimestre.

Após o ajuste pelas variações de preços, que entram no cálculo do PIB real, o déficit comercial de mercadorias aumentou para US\$ 97,1 bilhões em dezembro, o maior desde julho. O comércio de ouro,

salvo quando destinado a usos industriais, como na produção de joias, é excluído do cálculo do PIB pelo governo.

“Com o relatório comercial de dezembro em mãos, podemos estimar que as exportações líquidas contribuíram pouco para o crescimento real do PIB no quarto trimestre. Em linha com outros dados recentes, as importações de bens de capital — lideradas por produtos relacionados à IA — continuaram a sinalizar um forte investimento doméstico no fim do ano”, diz, em nota, Troy Durie, analista da Bloomberg Economics.

Trump tem recorrido às tarifas como parte de sua estratégia para reduzir a dependência de bens estrangeiros, incentivar o investimento doméstico e reverter décadas de queda no emprego industrial. Ele e sua equipe econômica têm criticado pesquisas que concluem que os americanos arcaram com os custos das tarifas.

Uma das maiores incógnitas para o comércio é se a Suprema Corte confirmará a autoridade de Trump para impor tarifas abrangentes por meio de uma lei de emergência. Uma decisão pode sair já na sexta-feira, embora o tribunal nunca anuncie com antecedência quais decisões serão divulgadas.

No ano passado, as empresas dos EUA importaram quase US\$ 145 bilhões a mais em computadores e acessórios do que em 2024. A aceleração da demanda refletiu o maciço investimento em curso em inteligência artificial.

Por país, o déficit com a China diminuiu acentuadamente — chegando a cerca de US\$ 202 bilhões, o menor em mais de 20 anos e reflexo das tarifas mais altas que Trump impôs às importações chinesas. O comércio, por sua vez, foi em grande parte redirecionado por meio de outros países, como México e Vietnã, onde os déficits atingiram níveis recordes.

Enquanto isso, o déficit com Taiwan no ano passado aumentou para um recorde de US\$ 146,8 bilhões, enquanto o saldo negativo anual com o Canadá diminuiu.

Dados separados divulgados nesta quinta-feira mostraram que os pedidos iniciais de auxílio-desemprego nos EUA caíram na semana passada, na maior queda desde novembro.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 19/02/2026

EM RECADO AO CONGRESSO, DINO DIZ QUE CABERÁ APENAS AO STF REGULAR PENDURICALHOS CASO LEI NÃO SEJA APROVADA

Ministro deu novo despacho reforçando decisão que suspendeu penduricalhos nos Três Poderes
Por Mariana Muniz — Brasília



O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal — Foto: Gustavo Moreno/STF

Em nova decisão proferida nesta quinta-feira, o ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), enviou um sinal claro ao Congresso Nacional sobre a urgência da regulamentação do teto remuneratório no serviço público. O magistrado afirmou que, caso o Legislativo não cumpra seu dever de editar a lei nacional prevista pela emenda do teto de gastos, caberá exclusivamente à Suprema Corte estabelecer um regime transitório para a questão.

“No plano jurisdicional, caberá exclusivamente ao STF examinar a fixação de regime transitório, caso o Congresso Nacional não cumpra o seu dever de legislar e mantenha a omissão inconstitucional. Renova-se o já formulado apelo ao legislador”, escreveu Dino.

A declaração consta na decisão que complementa a liminar do último dia 5 de fevereiro, na qual Dino suspendeu o pagamento de verbas que ultrapassam o teto constitucional sem respaldo legal específico.

O ministro reforçou que a atual situação de "mixórdia" remuneratória — onde diferentes entes da federação adotam critérios próprios e, por vezes, "absurdos" para criar verbas indenizatórias — não é compatível com a autoridade das decisões do STF.

Para evitar que a questão constitucional seja embaraçada por novas manobras administrativas, o ministro proibiu a aplicação de qualquer legislação nova que crie parcelas acima do teto, exceto a futura lei nacional. Também vetou o reconhecimento de novos "direitos pretéritos" que não estivessem sendo pagos até a data da primeira liminar.

A decisão de hoje será submetida ao referendo do Plenário do STF no dia 25 de fevereiro. Até lá, os amigos da corte, que incluem diversas associações de magistrados e membros do Ministério Público, podem apresentar estudos e pareceres técnicos para subsidiar o julgamento final.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 19/02/2026

DINO DÁ NÓ TÁTICO NOS LOBBIES DO FUNCIONALISMO E AMPLIA ALCANCE DE DECISÃO SOBRE PENDURICALHOS

Despacho mostra que, ao longo das últimas décadas, STF tem discutido milhares de demandas sobre o teto constitucional e que falta ainda uma ação mais definitiva sobre o tema

Por Fabio Graner — Brasília



Ministro Flávio Dino na abertura do ano do Judiciário do STF — Foto: Brenno Carvalho / Agência O Globo

Ao decidir por não autorizar novas leis que permitam pagamentos de parcelas remuneratórias acima do teto salarial do serviço público, o ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), deu um nó tático nos lobbies do funcionalismo. E corrige um dos defeitos de sua decisão original, que não impedia novas leis consolidando as rendas extra teto.

Na liminar do último dia 5, Dino impediu o pagamento dos “penduricalhos” não previstos em lei. A isso se seguiu um movimento massivo de contestações à sua decisão, sobretudo de carreiras da magistratura.

É evidente que, dado o teor da sua primeira decisão e as chances razoáveis de ser referendada pelo plenário da Corte, os defensores dos privilégios iriam transferir seu locus de atuação para o parlamento. E, como ficou demonstrado pelo Congresso nesse mês, com a aprovação de benefícios em lei para servidores do Legislativo - incluindo uma inexplicável folga indenizável monetariamente a cada três dias trabalhados -, não se pode esperar uma barreira de contenção efetiva entre os parlamentares, sobretudo em ano eleitoral.

Dino mostra que o tema das remunerações acima do limite da renda de um ministro do STF, o teto constitucional, parece um daqueles seriados de fim de mundo com zumbis, parece algo morto, mas está vivo e se espalha sem controle, demandando constante atuação para conter seu avanço.

“Lembro que desde o ano de 2000 o STF já decidiu, pelo menos, 12.925 casos sobre o Teto no Serviço Público, conforme informações da Assessoria da Corte. Não é razoável desejar que o Tribunal continue a arbitrar indefinidamente controvérsias (novas ou não), a cada vez que um órgão interpretar - às vezes de modo absurdo - a legislação para criar uma nova modalidade de verba remuneratória ou indenizatória acima do Teto. Este método “caso a caso” não é condizente com a autoridade do STF e

com a eficácia vinculante das suas decisões, tampouco com o respeito à determinação constitucional de que haja um Teto remuneratório a ser observado por todos os agentes público”, salienta Flavio Dino em sua decisão.

No despacho da liminar, ele demonstra claro incômodo com contracheques de R\$ 200 mil mensais, uma epidemia que atinge curiosamente as carreiras mais bem remuneradas e poderosas não só do Judiciário, mas do Legislativo e do Executivo. Casos como os honorários advocatícios das carreiras jurídicas da União (AGU e PGFN), ainda que em boa parte estejam submetidos ao teto, parte dos recursos são tratados de forma indenizatória, driblando o limite.

O ministro também manda um recado ao Congresso destacando que ao STF caberá definir um regime transitório para o tema, caso os parlamentares “não cumpram o seu dever de legislar” e mantenham “a omissão inconstitucional”. A história recente não autoriza muita esperança de que o Legislativo aperte o cerco contra o funcionalismo, em especial o Judiciário.

Com a decisão de hoje, Dino aperta o cerco contra a estrutura de privilégios que drena os recursos públicos. Ainda que dado o tamanho do Orçamento o volume não seja definidor sobre a trajetória fiscal do país, colocar ordem nisso é necessário e justo. O primeiro movimento do ministro parecia mais midiático do que efetivo, pois atingia um universo infralegal. Agora a imagem ganha contornos mais efetivos.

Falta, contudo, não só ele como o STF de forma geral, uma ação mais definitiva sobre o tema, reforçando a inconstitucionalidade de qualquer norma e lei fura teto. A liminar de Dino será tratada em plenário dia 25, é uma boa oportunidade para dar uma mensagem mais efetiva de que é legítimo ganhar acima do teto constitucional, mas no setor privado. Para um Supremo tão desgastado com a opinião pública, é uma chance que não deveria ser desperdiçada.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 19/02/2026

FLÁVIO DINO TOMA DECISÃO PARA FECHAR AS BRECHAS AO FIM DOS PENDURICALHOS

Por Míriam Leitão



Ministro Flávio Dino cerca sua decisão que põe fim a penduricalhos que ultrapassem teto salarial do serviço público — Foto: Brenno Carvalho / Agência O Globo

A decisão de hoje do ministro Flávio Dino funcionou como um freio de arrumação, impedindo que se contorne sua determinação de extinguir, em 60 dias, os penduricalhos que extrapolam o teto constitucional de remuneração do serviço público pelos três Poderes.

É preciso entender ponto a ponto o que ele diz nessa decisão:

O primeiro ponto é que o ministro aceita a entrada de amicus curiae, já que várias entidades, associações e instituições pediram para participar do processo nessa condição.

Em segundo lugar, ele proibiu a edição de novas leis regulamentando os penduricalhos até que o Congresso balize a questão em âmbito nacional. Havia o risco de, nesse intervalo, os parlamentares aprovarem alguma nova regra nesse sentido. Vale lembrar que o governo Lula propôs uma lei para regulamentar o que diz a Constituição - que estabelece um teto de remuneração e determina que eventuais exceções devem ser definidas por lei - mas o Congresso não votou o texto.

O terceiro ponto da decisão é a proibição do pagamento de novas parcelas de penduricalhos, mesmo que retroativas. Se não foram pagas até a concessão da cautelar, não poderão mais ser.

Em quarto lugar, ele cobra do Congresso a edição da lei, argumentando que só assim essa controvérsia poderá ser definitivamente resolvida, com uma norma que estabeleça o que pode e o que não pode ser pago acima do teto. E o que não pode, evidentemente, é a existência de uma lei com 32 exceções, como vem sendo discutido.

O quinto ponto é a determinação de que todos os agravos impetrados — e foram muitos — só poderão ser analisados após a votação pelo plenário. Isso porque a liminar concedida pelo ministro precisa ser referendada pelos demais integrantes da Corte. Caso não seja referendada, o agravo perde objeto.

O que Flávio Dino fez foi fechar todas as brechas para que sua determinação não seja desrespeitada.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 19/02/2026

PRESIDENTE DA UNAFISCO DIZ QUE DECISÃO DE MORAES É ‘DESPROPORCIONAL’ E INTIMIDAÇÃO À RECEITA: ‘ERA PARA CRIAR DISCURSO DE QUE STF FOI ATACADO’

Ministro ordenou operação da PF para apurar vazamentos de dados fiscais de integrantes do STF e de seus familiares

Por Thaís Barcellos — Brasília



PF apura vazamentos de dados da Receita — Foto: Maria Isabel Oliveira / Agência O Globo

medidas impostas a eles têm caráter intimidatório.

O presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco), Kléber Cabral, avalia como "desproporcional" a operação da Polícia Federal que mirou em quatro servidores do órgão suspeitos de acessar irregularmente dados fiscais de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e familiares. Para ele, as

Os quatro servidores foram alvo de buscas e apreensões na manhã de terça-feira, durante o feriado de carnaval. Por ordem do ministro Alexandre de Moraes, do STF, foram afastados dos seus cargos, passaram a utilizar tornozeleira eletrônica, tiveram seus passaportes cancelados e estão proibidos de sair de casa no período noturno.

De acordo com o presidente da Unafisco, essa intimidação tende a limitar investigações sobre pessoas politicamente expostas na Receita.

— A nossa leitura é que tem um certo método, era para dar um falso positivo, criar um discurso de vítima de que o STF foi atacado — disse. — A nossa percepção é que o objetivo é intimidatório porque as medidas foram muito desproporcionais.

Moraes determinou a apuração de um possível vazamento de dados dos ministros da Corte e de familiares, totalizando uma lista de cerca de 100 pessoas. A solicitação foi feita em janeiro, no âmbito do inquérito das fake news, e em meio aos desdobramentos do caso do Banco Master.

O caso teve troca de relatoria no STF na semana passada, após vir à tona notícia de que uma empresa da qual o ministro Dias Toffoli é sócio fez negócios com um fundo ligado ao cunhado de Daniel Vercaro, dono do banco.

Costa critica a exposição dos nomes desses servidores e afirma que a própria Receita tem como investigar esses acessos irregulares e descobrir suas motivações. Um dos funcionários apontados

como responsáveis pelo acesso, por exemplo, alegou que teria acessado por "curiosidade" dados de Maria Carolina Feitosa, enteada do ministro Gilmar Mendes. Em depoimento à Polícia Federal, outra servidora alegou que estava em atendimento presencial a outra pessoa no momento em que foi apontado o acesso às informações de Viviane Barci de Moraes, mulher de Moraes.

— Os sistemas da Receita mostram tudo que a pessoa fez. Não dá para ter dúvida se olhou, se printou, se mandou imprimir, quantos segundos ficou em cada tela, tudo isso a Receita guarda e registra para uma futura apuração. Mas existe algum dado vazado dessa pessoa (Maria Carolina)? Não. Então não tem nada a ver com essa história — defendeu Cabral.

O presidente da Unafisco também criticou que a Receita tenha repassado informações sobre os servidores para o STF mesmo com as investigações ainda em fase preliminar. Em nota, a Receita disse que a auditoria está em andamento, mas que os “desvios já detectados foram preliminarmente informados ao relator no STF”.

— A atividade de maior risco na Receita é investigar altas autoridades, ninguém está fazendo isso. Porque é um risco de retaliação gigantesco — disse Cabral.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 19/02/2026

EM NOVA DECISÃO, DINO PROÍBE EDIÇÃO DE LEIS QUE CRIEM 'PENDURICALHOS'

Ao julgar recurso apresentado por procuradores de SP, ministro disse que norma visa a coibir descumprimento 'massivo e generalizado' de jurisprudência sobre teto constitucional

Por Mariana Muniz — Brasília



O ministro Flávio Dino deu 60 dias de prazo para todos os órgãos detalhem pagamentos acima do teto constitucional — Foto: Antonio Augusto/STF

O ministro do Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou nesta quinta-feira a manutenção de uma série de medidas que miram os chamados "penduricalhos" no serviço público — verbas remuneratórias ou indenizatórias que, na prática, têm sido usadas para turbinar salários e ultrapassar o teto constitucional de R\$ 46,3 mil. Além disso, Dino proibiu a criação de novas leis ou atos que instituem benefícios que ultrapassem o teto, estendendo a determinação a todos os poderes e órgãos constitucionalmente autônomos.

A decisão monocrática reforça a liminar concedida por ele em 5 de fevereiro que exige que os Três Poderes, em todos os níveis da Federação, publiquem em até 60 dias a lista detalhada de todas as parcelas pagas acima do teto, com indicação expressa da base legal de cada uma.

Somente aquelas previstas em lei estrita, aprovada pelo respectivo parlamento, poderiam ser mantidas; verbas criadas por atos administrativos sem respaldo legal devem ser suspensas. E, agora, com a nova decisão, ficam proibidas também novas leis ou atos que criem penduricalhos.

Na avaliação do ministro, caso o Congresso Nacional não cumpra seu dever de editar uma norma que regule de forma clara os critérios para a concessão de verbas indenizatórias, caberá ao STF definir um regime transitório para disciplinar o tema.

No próximo dia 25, o plenário do Supremo vai julgar a decisão de Dino dada no dia 5 de fevereiro. A análise foi pautada pelo presidente da Corte, Edson Fachin.

A determinação foi dada no julgamento de embargos de declaração em uma reclamação apresentada por associação de procuradores municipais de São Paulo, mas o ministro ampliou os efeitos da

decisão diante do que classificou como um descumprimento “massivo e generalizado” da jurisprudência do STF sobre o teto constitucional.

Ao analisar o caso, Dino afirmou que houve, ao longo dos últimos anos, uma “multiplicação anômala” de verbas classificadas como indenizatórias, usadas para driblar o limite constitucional de remuneração no serviço público.

Associações que representam magistrados, promotores, defensores públicos e membros de tribunais de contas pediram ao STF para participar do processo na condição de “amigos da Corte”, argumentando que muitos dos pagamentos questionados estão previstos em regras internas ou normas editadas pelos próprios conselhos da magistratura e, portanto, não se enquadrariam na definição de ilegalidade.

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) também apresentou recurso ao Supremo buscando anular a suspensão das parcelas sem base legal, alegando que a suspensão generalizada pode gerar insegurança jurídica, assimetria federativa e comprometer a administração da justiça.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 19/02/2026

GREVE GERAL CONTRA REFORMA DE MILEI AFETA VOOS NO BRASIL; NA ARGENTINA, TRENS E METRÔ ESTÃO PARADOS

Aerolíneas diz que 255 voos serão cancelados no país, e Gol afirma que operações estão “impossibilitadas”. Projeto que muda lei para os trabalhadores será votado hoje na Câmara

Por La Nacion — Buenos Aires e Rio de Janeiro



Vista da estação ferroviária de Moreno sem atividade — Foto: Nicolás Suárez / La Nacion

Começou às 0h desta quinta-feira, na Argentina, a greve nacional convocada pela Confederação Geral do Trabalho (CGT) em resposta à reforma trabalhista que o governo de Javier Milei quer implementar no país. O projeto será votado hoje à tarde na Câmara dos Deputados. A paralisação, que durará 24 horas, tem adesão de todos os sindicatos de transporte, trabalhadores do setor público e empregados do comércio, entre outros. Ao todo, 13 sindicatos aderiram ao movimento. No Brasil, ao menos 29 voos com destino à Argentina foram cancelados.

Desde a meia-noite não há trens ou metrô e voos foram cancelados. A maioria dos táxis não está operando, e bancos também estão fechados. No entanto, diferentemente da greve geral anterior, de 10 de abril do ano passado, a empresa DOTA, de ônibus, não aderiu e algumas linhas estão funcionando.



Vista do porto de Buenos Aires — Foto: Martín Cossarini / La Nacion

A quarta greve contra a gestão do presidente Milei foi anunciada dias atrás, após a aprovação do projeto no Senado. Os senadores aprovaram a proposta por 42 a 30. Entre as mudanças que constam no texto estão a flexibilização das regras de contratação, a alteração do sistema de férias e a extensão da jornada de trabalho padrão de oito para 12 horas, além do pagamento de salários em moeda estrangeira.

Gol e Latam oferecem remarcação sem custo

Um dos setores mais impactados pela paralisação foi o de aviação. A Aerolíneas Argentinas informou que mais de 31 mil passageiros serão afetados pelo cancelamento de 255 voos. A medida terá um impacto econômico estimado em US\$ 3 milhões, disse a companhia.

No Brasil, ao menos 14 voos foram cancelados no aeroporto de Guarulhos, segundo a concessionária que administra o terminal paulistano. No Rio de Janeiro, a RIOgaleão, que administra o aeroporto internacional fluminense, informou que há 15 partidas para o país canceladas, além de 16 chegadas de voos vindos da Argentina nesta quinta-feira.

A Gol disse que a paralisação "impossibilitará todas operações aeroportuárias nas cidades de Buenos Aires, Córdoba, Mendoza e Rosário nesta quinta-feira". Por isso, alguns voos de e para a Argentina que estavam programados foram cancelados. A companhia não informou quantos.



O aeroporto Aeroparque está paralisado; todos os voos foram suspensos — Foto: Martín Cossarini / La Nacion

A Gol disse ainda que os passageiros estão sendo comunicados via e-mail e que podem remarcar seus voos sem custo ou solicitar reembolso em créditos no site da empresa. Mais informações podem ser obtidas com a Central de Relacionamento da companhia no 0300 115 2121.

A Latam também informou que precisou alterar sua operação no país. "Diante disso, alguns voos poderão operar com alteração de horário e/ou data, sem necessariamente serem cancelados", disse a empresa em nota. A companhia recomenda que os passageiros verifiquem o status de seus voos antes de se dirigir ao aeroporto.

Caso haja cancelamento de voos, os passageiros poderão remarcar o voo sem custo para uma nova data dentro de um ano a partir da data original da decolagem. Também é possível o reembolso integral da reserva. Mais informações estão disponíveis na seção Minhas Viagens no aplicativo da Latam ou no site (latam.com).

A Azul não tem voos regulares para a Argentina. A companhia oferece apenas voos sazonais, entre os meses de julho e agosto, para Bariloche e Mendoza.

Já a Flybondi informou que vai transferir sua operação do Aeroparque para o Aeroporto de Ezeiza para manter ao menos parte de seus serviços. O plano é realizar cerca de cem voos, com estimativa de mais de 16 mil passageiros transportados.

No setor bancário, a Associação Bancária assegurou que não haverá atendimento presencial em bancos públicos nem privados em todo o país, mas o serviço de home banking funcionará normalmente. Outras quatro associações do setor informaram que "intensificarão seus esforços para garantir a continuidade dos serviços financeiros presenciais e digitais".

Fonte: O Globo - RJ
Data: 19/02/2026

MASTER: REAÇÕES DE TOFFOLI E ALEXANDRE DE MORAES EXPÕEM O FOSSO ENTRE O STF E A SOCIEDADE

Por Malu Gaspar

A maior parte do Brasil passou o carnaval pensando no que fazer na folga, na programação dos blocos de sua cidade ou na classificação das escolas de samba na Sapucaí. No Supremo Tribunal Federal (STF), foram dias de tensão sem trégua. Os ministros ainda nem tinham digerido o trauma provocado pela reunião secreta em que obrigaram Dias Toffoli a deixar a relatoria do caso Master quando Alexandre de Moraes mandou que a Polícia Federal (PF) batesse à porta de quatro servidores da Receita e do Serpro em plena Terça-feira Gorda, numa operação para combater o "possível

vazamento indevido de dados sigilosos de Ministros do Supremo Tribunal Federal, do procurador-geral da República e de seus familiares”.



Alexandre de Moraes e Dias Toffoli em sessão plenária no STF — Foto: Brenno Carvalho / Agência O Globo

Em tese, Moraes defendeu o tribunal, portanto era de esperar que a operação fosse bem recebida por seus pares. Na prática, não foi bem assim. Mesmo os que costumam apoiar suas investidas se incomodaram por não terem sido avisados de que ele mandara a Receita averiguar se houve acessos ilegais aos dados de mais de cem pessoas, entre ministros e seus parentes. Se havia suspeita de violação, por que Moraes não os avisou?

Os mais arredios passaram a suspeitar que o ministro incluía toda essa gente na apuração para disfarçar seu objetivo real — descobrir se alguém havia aberto a declaração de imposto de renda de sua mulher, Viviane, e vazado a informação a jornalistas. Ou pior: que buscasse informações para se proteger do avanço das investigações. Afinal, não se sabe ao certo o que o celular de Daniel Vercaro ainda guarda sobre ele, e Moraes até agora não explicou para que, afinal, serviu o contrato de R\$ 130 milhões do Master com o escritório de Viviane.

Toda essa reação demonstra não só o tamanho do buraco em que o caso Master jogou o Supremo, mas também quão profundo se tornou o fosso entre o tribunal e a sociedade. As falas dos ministros na reunião secreta em que se decidiu pelo afastamento de Toffoli são sintomáticas.

Em vez de discutir a essência do problema que os colocou naquela situação — a descoberta de uma pilha de indícios de que Toffoli e Vercaro tinham uma relação promíscua e uma negociação mal explicada de R\$ 35 milhões —, os ministros passaram a maior parte do tempo espinafando a PF e especulando sobre as razões por que o diretor Andrei Rodrigues havia apresentado um relatório sobre o assunto ao STF. Pelo jeito, para os supremos, seguir o que manda a lei e comunicar a descoberta de indícios de crime a quem de direito não é motivo suficiente.

Numa das falas mais enfáticas, Flávio Dino classificou o documento da PF como “lixo jurídico”:

— Este problema é político. O ministro pegou uma causa bilionária de R\$ 55 bilhões e um negócio dele lá com um fundo de R\$ 16 milhões é o problema do país? É óbvio que esse não é o problema do país. Isso é para encobrir os interesses dos grandes empresários.

Tanta convicção sobre eventuais motivações extra-autos revela muito mais sobre o STF que sobre um relatório que ninguém, nem Toffoli, contestou publicamente. O mesmo se pode dizer sobre a descrição da reunião publicada pelo site Poder 360 ter sido tão precisa que os ministros passaram a suspeitar de que tinham sido gravados — e pelo próprio Toffoli.

Em tese, gravar uma reunião secreta do Supremo e vazá-la à imprensa também configura violação do sigilo funcional, tanto quanto surrupiar uma declaração de imposto de renda para entregar a jornalistas. Mas essa suspeita nenhum dos ministros fez questão de transformar em investigação.

Nesse contexto, não deveria ser surpresa Alexandre de Moraes recorrer ao inquérito das fake news para apurar mais um fato em que ele é ao mesmo tempo vítima, investigador e juiz. Aberto em 2019 por Toffoli para apurar outra suspeita de violação de sigilo, desta vez de suas mulheres advogadas, o inquérito já poderia ter sido encerrado quando o próprio Moraes concluiu não haver mais motivo para continuar a investigação e mandou reintegrar os servidores investigados.

Ou, ainda, quando a então procuradora-geral da República pediu seu arquivamento, por entender que Moraes desrespeitara “o devido processo legal” ao tocar a apuração para apurar a disseminação de fake news sem consultar o Ministério Público.

No fundo, a razão por que o inquérito das fake news continua aberto e é usado por Moraes para fazer o que bem entende é a mesma por que Tofolli julgou não haver problema em continuar comandando o caso Master. Pouco importa que a população esteja contra o Supremo, como disse Cármen Lúcia, ou que alguns de seus atos possam ser questionados à luz da Constituição. Ao que parece, conta mesmo só aquilo que Dino definiu na tal reunião vazada como “STF Futebol Clube”. O resto é confete.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 19/02/2026

OFENSIVA DE MORAES SOBRE RECEITA DEIXA SERVIDORES 'ASSUSTADOS' E TRAZ CONSEQUÊNCIAS 'SEVERAS', DIZEM AUDITORES

Medidas autorizadas após suspeita de acessos ilegais a dados de ministros do STF provocam reação de funcionário do Fisco

Por Mariana Muniz e Thaís Barcellos — Brasília



Ministro Alexandre de Moraes em Sessão Plenária no STF — Foto: Brenno Carvalho / Agência O Globo

A decisão do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), de autorizar uma operação contra servidores da Receita Federal, afastá-los e quebrar seus sigilos produziu um clima descrito por auditores como de “choque” e “medo” dentro do órgão.

As medidas foram determinadas durante investigação sobre acessos considerados ilícitos a dados fiscais de ministros da Corte e de seus familiares, no inquérito das fake news. Segundo nota divulgada pelo STF, houve consultas sem justificativa funcional identificável — o que levantou a suspeita de uso indevido das informações e possível vazamento.

Nos bastidores da Receita, a avaliação é de que a reação do Supremo foi “máxima” em um momento ainda preliminar da apuração.

Auditores ouvidos sob reserva pelo GLOBO afirmam que o temor sinaliza que investigar ou sequer acessar dados de autoridades pode trazer consequências pessoais severas antes mesmo da conclusão de um processo administrativo.

Do lado do STF, ministros sustentam que o caso ultrapassa a esfera administrativa e toca na imagem da Corte. A leitura é de que o acesso injustificado a dados fiscais de magistrados e parentes pode ser usado como instrumento de pressão ou constrangimento, especialmente em um ambiente político polarizado.

Reservadamente, integrantes do tribunal afirmam que a resposta precisava ser “rápida e exemplar” para evitar a normalização de consultas indevidas a informações protegidas por sigilo fiscal.

Sigilo e STF: tensão recorrente

O STF já enfrentou outros momentos de tensão envolvendo dados sigilosos. Em 2019, a atuação do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) passou ser questionada pela Corte.

Na época, Moraes determinou a suspensão de uma série de investigações fiscais da Receita que atingiam ministros da Corte e outras autoridades, citando “indícios de desvio de finalidade” no direcionamento das apurações, e afastou temporariamente dois servidores por suspeita de quebra indevida de sigilo.

A percepção de parte dos auditores é que a ofensiva de Moraes cria um precedente delicado, com a possibilidade de que o acesso a dados de figuras públicas, ainda que dentro de rotinas internas, seja interpretado como ameaça.

Quatro servidores são investigados na operação deflagrada pela Polícia Federal a partir da apuração da Receita Federal:

- Ricardo Mansano de Moraes;
- Luiz Antônio Martins Nunes;
- Luciano Pery Santos;
- e Ruth Machado dos Santos.

Como mostrou a coluna de Fábio Graner, no site do GLOBO, o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco) criticou a divulgação de nomes de servidores públicos investigados no caso.

“Causa profunda preocupação a forma como a apuração tem sido conduzida, em especial no que tange à divulgação seletiva de informações de uma investigação ainda em curso. A exposição pública dos nomes de servidores, antes de qualquer conclusão sobre os fatos ou da comprovação de dolo em suas condutas, representa uma grave violação de garantias constitucionais fundamentais, como a presunção de inocência e o direito à privacidade”, disse a entidade em nota.

Ao GLOBO, o presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco), Kléber Cabral, confirmou que o auditor Ricardo Mansano admitiu ter acessado os dados da enteada do ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Maria Carolina Feitosa é filha de Guiomar Feitosa, que era casada com o magistrado.

Para Cabral, no entanto, Mansano “caiu de gaiato em navio furado” e as medidas determinadas pelo ministro Alexandre de Moraes, do STF, são “desproporcionais” e têm “objetivo intimidatório”.

Ricardo Mansano foi um dos alvos da operação da Polícia Federal contra quatro servidores públicos por suposto vazamento de dados sigilosos de ministros do Supremo e de familiares. A operação da PF foi deflagrada após uma investigação da Receita apontar indícios de que informações fiscais dos magistrados e de seus familiares foram acessadas irregularmente. O GLOBO tentou contato com o servidor, mas não se manifestou.

Segundo Cabral, Mansano admite o acesso irregular e que a atitude foi uma “burrice” e uma “ideia cretina”, mas o presidente da Unafisco argumenta que foi um “acidente do destino”, porque não há registros de vazamento de dados de Maria Carolina.

Ou seja, o caso de Mansano, apesar de passível de punição, não teria relação com os vazamentos de dados que o STF quer investigar.

O servidor da Receita, lotado em Presidente Prudente (SP), alegou, de acordo com o presidente da Unafisco, que teria feito a pesquisa para descobrir se Maria Carolina, citada em uma reportagem, era esposa de um ex-colega de Cuiabá. A busca teria sido feita em novembro do ano passado, mas teria atingido documentos antigos, de 2008, e não teria ultrapassado a tela inicial.

— Os sistemas da Receita mostram tudo que a pessoa fez. Não dá para ter dúvida se olhou, se printou, se mandou imprimir, quantos segundos ficou em cada tela, tudo isso a Receita guarda e registra para uma futura apuração. Mas existe algum dado vazado dessa pessoa (Maria Carolina)? Não. Então não tem nada a ver com essa história — defendeu Cabral. — Ricardo caiu de gaiato nesse navio furado aí, infelizmente.

Para o presidente da Unafisco, o problema está na determinação inicial de Moraes à Receita, segundo ele atípica. Moraes determinou a apuração de um possível vazamento de dados dos ministros da Corte e de familiares, totalizando uma lista de cerca de 100 pessoas.

A solicitação foi feita, em janeiro, no âmbito do inquérito das fake news, do qual Moraes é relator, e em meio aos desdobramentos do caso do Banco Master. O caso teve troca de relatoria no STF na semana passada, após vir à tona notícia de que uma empresa da qual o ministro Dias Toffoli é sócio fez negócios com um fundo ligado ao cunhado de Daniel Vorcaro, dono do banco.

Em dezembro, os colunistas do GLOBO Lauro Jardim e Malu Gaspar revelaram que o escritório de advocacia da mulher de Moraes, Viviane Barci, havia fechado contrato para representar o Master por cerca de R\$ 130 milhões ao longo de três anos. Viviane é uma das pessoas que teve os dados acessados indevidamente no sistema da Receita, segundo fontes.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 19/02/2026

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

LINHA 6-LARANJA DE METRÔ: TRECHO BRASILÂNDIA-PERDIZES SERÁ ENTREGUE EM OUTUBRO, DIZ CEO DA ACCIONA

Operação do novo ramal metroviário começará com oito estações; ligação completa até São Joaquim ficará para o final de 2027

Por Dante Grecco



Entrevista com

André De Angelo - CEO da Acciona no Brasil

Neste ano, os paulistanos devem ganhar duas novas linhas de transporte sobre trilhos. Uma delas é a 17-Ouro, monotrilho que irá ligar a estação Morumbi, da Linha 9-Esmeralda, ao aeroporto de Congonhas, na zona sul de São Paulo. A outra é a Linha 6-Laranja do metrô, que irá unir, quando finalizada, a região da Brasilândia, na zona norte, à estação São Joaquim, na Linha 1-Azul, na região central.

Essa linha ficou parada vários anos devido a problemas que atingiram os consórcios inicialmente responsáveis por sua construção até ser assumida em outubro de 2020 pela empresa espanhola Acciona.

“Quando começamos, havia apenas cerca de 2% da obra finalizados. Eram só alguns poços escavados e canteiros”, afirma André De Angelo, CEO da Acciona no Brasil. “Atualmente, temos mais de 11 mil funcionários trabalhando em três turnos para manter o cronograma e iniciar a operação ainda este ano.”

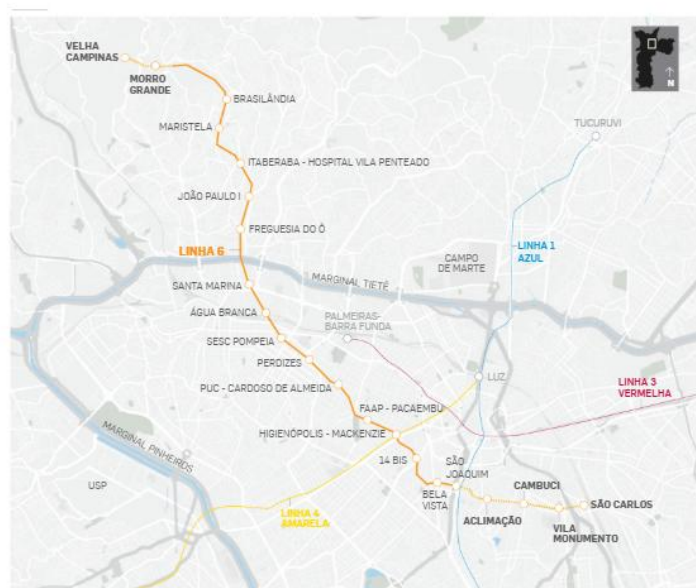
Com investimento total de R\$ 19,1 bilhões, o projeto da Linha 6-Laranja é uma parceria público-privada (PPP) do governo do Estado com a concessionária Linha Universidade (Linha Uni). Quando pronta, a Linha 6 terá 15,3 km de extensão, 15 estações e estimativa de transportar 633 mil passageiros por dia. **Confira mais detalhes na entrevista a seguir.**

Quando a primeira fase da Linha 6-Laranja será entregue?

Mais de 77% da obra toda está finalizada. Devemos iniciar a operação do tramo sul da linha em outubro. Essa primeira fase está com 87,56% das obras finalizadas. Esse primeiro trecho inclui a entrega de oito estações: Brasilândia, Itaberaba-Hospital Vila Penteado, João Paulo I, Freguesia do Ó, Santa Marina, Água Branca, Sesc-Pompeia e Perdizes. A estação Maristela, entre Brasilândia e Itaberaba, porém, ficará para o final de 2027. Ali encontramos alguns problemas com relação à geologia que atrasaram o cronograma de entrega.

Expansão

Proposta adiciona 7 km de extensão a linha em obras



Fonte: LINHA UNIGEOSAMPA

ESTADÃO

O que a Acciona tem feito para manter esse cronograma de entrega?

Atualmente, temos mais de 11 mil funcionários trabalhando nas obras. É muita gente. Uma das providências é intensificar o trabalho nas oito estações com a inclusão do terceiro turno. Isso, aliás, já aconteceu outras vezes também como forma de manter o cronograma da obra. De noite, procuramos evitar movimentos externos que tragam muitos ruídos e incomodem a vizinhança. Nesse período, procuramos focar em obras relacionadas ao acabamento interno das estações. Mas tudo é muito dinâmico e também há outras atividades a fazer. Os trens, por exemplo, só podem ser testados durante a noite. É justamente nesse horário que é possível energizar a linha para fazer os testes necessários. Depois de tudo feito, é preciso desenergizar a via. São, no mínimo, 6 horas de trabalho. Depois, mais duas para

desenergizar tudo - que é preciso fazer para segurança dos operários. E tudo isso a cerca de 30, 40 metros de profundidade ou mais, dependendo do local.

O que os usuários irão encontrar de novidade em relação às demais linhas de metrô de São Paulo?

É bom lembrar que o projeto inicial dessa linha é de 2013, 2014. Mas o que foi possível adaptar, dentro dos limites da licitação havia sido feita, foi atualizado e modernizado. Assim, os passageiros irão encontrar tudo o que há de mais moderno e atual em termos de mobilidade urbana. As estações são amplas, têm excelente acessibilidade e já serão entregues com portas nas plataformas, o que dará mais segurança aos usuários. Muito diferente do que acontece com algumas linhas atuais que tiveram que adaptar as portas em estações antigas. Também haverá muitos espaços para comércio, o que irá oferecer mais conforto aos usuários. Os trens são supermodernos, confortáveis e com condução 100% autônoma, como nas linhas 4 e 5.

A estação Sesc-Pompeia, que será entregue nesta primeira fase, foi construída em uma região atingida por enchentes constantes. Basta chover forte que o cruzamento da Rua Venâncio Aires com a Avenida Pompeia, exatamente onde fica a estação, alaga. A estação vai alagar?

Não é para isso acontecer. Nós também sofremos muito durante as obras com os alagamentos ocorridos ali. Soube que a prefeitura está retomando o projeto de drenagem para acabar com as enchentes na região. De qualquer forma, para evitar que ocorra qualquer interrupção na operação da Linha 6 fizemos a estação Sesc-Pompeia numa cota 2,49 cm acima do nível da calçada.

[Sobre o tema, a assessoria de comunicação da Prefeitura de São Paulo respondeu por meio de nota que: "A SPObras informa que está em fase de elaboração o material licitatório para a contratação das obras de drenagem complementares das bacias dos córregos Água Preta e Sumaré, no âmbito da Operação Urbana Água Branca". Segundo a nota, "o projeto prevê a implantação de novas galerias de águas pluviais, além da ampliação da seção da galeria existente, com o objetivo de aumentar a capacidade de escoamento e mitigar pontos de alagamento na região. A Prefeitura está em tratativas com o Governo do Estado para compatibilização dos projetos de drenagem para a região. A publicação do edital de licitação está prevista para o primeiro semestre deste ano. Após o término da licitação, as obras poderão ser contratadas e iniciadas".]

E o segundo trecho da Linha 6, de Perdizes a São Joaquim, quando entrará em operação?

O tramo sul, que está com 60,58% das obras concluídas, deverá entrar em operação no final de 2027. Essa é nossa expectativa. Quando a linha estiver finalizada, o usuário levará apenas 23 minutos para ir da Brasilândia a São Joaquim. Atualmente, de ônibus, esse trajeto leva cerca de uma hora e meia. Importante lembrar que a linha vai passar ao lado de várias universidades importantes, como a PUC, a Faap e o Mackenzie, entre outras. E, com isso, facilitar a vida de milhares de universitários, principalmente aqueles que estudam à noite.

Qual é a previsão do total de passageiros por dia na linha?

A estimativa é de transportar 633 mil pessoas por dia. Quando a linha estiver completa prevemos que o grande fluxo de passageiros virá da estação São Joaquim, assim como na estação Mackenzie-Higienópolis, devido à conexão com a Linha 4- Amarela. A estação Água Branca também deverá trazer muitos usuários, já que ali passam atualmente os trens da Linha 7-Rubi com destino à estação Barra Funda. Futuramente, há projetos de a estação se torne um importante hub do transporte sobre trilhos com a chegada da linha de trem que ligará São Paulo a Campinas, entre outros projetos em estudo.



Ilustração mostra a entrada da estação Santa Marina, da Linha 6-Laranja, que está com 95,6% das obras finalizadas Foto: Acciona

Com relação às entregas da segunda fase da linha, prevista para 2027, qual é a situação da estação 14-Bis- Saracura?

O ritmo de escavação está mais reduzido do que era esperado. Isso porque estamos seguindo todas as orientações dadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Dessa forma, nossa expectativa é que ainda nesse primeiro semestre de 2026, talvez entre março e abril, a gente consiga concluir toda parte de arqueologia e dar o ritmo adequado nas escavações. Será um desafio muito grande colocá-la em operação em 2027 junto com as demais estações.

Quais foram os principais desafios encontrados durante a obra?

Esta linha é a maior obra de mobilidade urbana no Brasil. Construir uma nova linha de metrô é muito complexo. Quando se tem uma obra com 15 km de extensão, 15 estações, 18 poços de ventilação e um pátio, se espera desafios. Tenta-se prever o mais que se pode com estudos de engenharia prévios. Além disso, tivemos um grande desafio para formar equipes de trabalho. Vamos lembrar que durante uns cinco anos o mercado de engenharia do Brasil ficou bastante abatido. Durante a execução da obra houve um problema sério com o emissário da Sabesp na Marginal Tietê. Também tudo que é associado à geologia gera novos desafios. Não podemos esquecer que essa é a linha de metrô mais profunda de São Paulo. Apesar de vários ensaios de engenharia e geologia feitos anteriormente, quando as equipes chegam com os equipamentos verifica-se que, por exemplo, o solo não é aquele que estava previsto nos ensaios originais. É o que aconteceu na estação Higienópolis-Mackenzie, por exemplo, que foi um caso bastante complexo. Ali foi preciso refazer toda a parte de contenção, pois o solo apresentava pouca resistência e muita água. Com isso, a velocidade de escavação teve que ser reduzida e foi preciso fazer injeções de concreto para reforçar as paredes. Nada disso estava previsto. O que se previa era a escavação com a tuneladora ("tatuzão"), máquina que, enquanto perfura o solo, instala o revestimento estrutural. Por tudo isso foi necessário fazer uma nova engenharia para que se pudesse construir uma estação ali.

E quanto à profundidade da linha?



Algumas das nossas estações são bastante profundas. A maior delas é Itaberaba, com 66,91 metros de profundidade. A segunda é Higienópolis-Mackenzie, com 65,06 metros. Além disso, a linha passa 11,5 metros abaixo da calha do Rio Tietê. Também existe um desnível de aproximadamente 105 metros entre o ponto mais alto (Pátio Morro Grande) e o mais baixo (Estação Água Branca). Essas características fazem com que a linha se torne muito complexa.

Com quantos composições (trens) a linha começará a operar?

A operação terá início com 22 composições com seis carros cada. Uma composição pode transportar até 2.044 passageiros. Os trens são fabricados pela Alstom em Taubaté (SP). Para atender os usuários nas horas de maior pico, foram construídos dois estacionamentos para os trens no meio da linha. Um sob a Marginal Tietê e outro sob o estacionamento do Pacaembu. Isso agilizará o atendimento dos passageiros. Com a futura extensão da linha, quando haverá seis novas estações, já estão previstos mais 11 trens, totalizando 33 composições.

A Acciona tem interesse na construção da futura Linha 16-Violeta, que ligará a região da Oscar Freire à zona leste?

Sim. Demonstramos interesse no segundo semestre de 2024. O governo do Estado de São Paulo autorizou que a empresa avançasse para os estudos de viabilidade, que foram apresentados em maio do ano passado. Agora, estamos aguardando a decisão do governo. É provável que saia uma nova PPP ali.

O sr. poderia citar alguns outros projetos nos quais a Acciona atua?

No Brasil, a empresa atua no setor de água e saneamento no Paraná e no Espírito Santo. Além disso, desenvolveu o Terminal 2, do Porto de Açu, no Rio de Janeiro, e a transformação da histórica Estação Júlio Prestes, em São Paulo, em uma sala de concertos de nível internacional. Na América Latina, entre outros projetos, há o metrô de Quito, no Equador, com 20 km de trilhos, já em operação. Também há a planta de tratamento de água da Cidade do México, considerada uma das maiores do mundo. No Chile há grandes obras na área de mineração, principalmente de cobre.

A Linha 6-Laranja em números

- Mais de 11 mil funcionários
- Quando finalizada, o ramal terá 15,3 km de extensão e 15 estações
- 630 mil passageiros devem usar a linha por dia
- Primeira fase será entregue em outubro deste ano com 8 estações: Brasilândia, Itaberaba, João Paulo I, Freguesia do Ó, Santa Marina, Água Branca, Sesc-Pompeia e Perdizes
- A estação Maristela (entre Brasilândia e Itaberaba) ficará para 2027
- Segunda fase será entregue no final de 2027 com 6 estações: PUC-Cardoso de Almeida, Faap-Pacaembu, Higienópolis-Mackenzie, 14 Bis-Saracura, Bela Vista e São Joaquim
- 66,91 metros é profundidade da estação Itaberaba, a maior da linha
- R\$ 19,1 bilhões é o total de investimento previsto

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 19/02/2026

COMÉRCIO DE MERCADORIAS DOS EUA ATINGIU DÉFICIT RECORDE EM 2025, SOB AS TARIFAS DE TRUMP

O déficit comercial geral diminuiu, graças ao superávit crescente no setor de serviços, mas o relativo a bens foi o maior já registrado, mostram dados oficiais divulgados nesta quinta-feira, 19

Por Ben Casselman (The New York Times) e Ana Swanson (The New York Times)

O presidente americano, Donald Trump, prometeu repetidamente que suas altas tarifas reduziriam as importações americanas, diminuiriam o déficit comercial e levariam a uma revitalização da indústria manufatureira americana.

Até agora, ocorreu o contrário.

As importações americanas cresceram no ano passado, e o déficit comercial de bens atingiu um recorde histórico, segundo dados divulgados nesta quinta-feira, 19. As políticas do presidente Trump desestabilizaram o comércio, mas não o interromperam completamente.

Isso está em consonância com outros dados que sugerem que as empresas redirecionaram pedidos e reformularam as cadeias de suprimentos para contornar as tarifas, mas até o momento não trouxeram a produção de volta aos Estados Unidos de forma massiva. Os fabricantes americanos cortaram mais de 80 mil empregos no último ano.



As importações americanas cresceram no ano passado (na foto, o Porto de Seattle) Foto: Ruth Fremson/NYT

Altas tarifas e políticas imprevisíveis provocaram grandes oscilações no comércio no ano passado. As empresas estocaram produtos antes da entrada em vigor das tarifas e, em seguida, interromperam as importações. Investidores americanos compraram e venderam grandes quantidades de ouro estrangeiro como proteção contra a volatilidade dos mercados.

Mas, embora as altas tarifas tenham diminuído um pouco as compras de carros importados, eletrodomésticos e outros bens, o comércio dos Estados Unidos com o mundo permaneceu relativamente robusto.

Do chip ao remédio para emagrecer, importações saltam

Os Estados Unidos importaram chips para abastecer novos centros de dados de inteligência artificial, e os americanos compraram medicamentos estrangeiros para emagrecer, contribuindo para impulsionar o comércio internacional.

O déficit comercial total, incluindo o comércio de bens e serviços, diminuiu ligeiramente no ano passado, com o crescimento das exportações superando por pouco o crescimento das importações. Mas isso se deveu inteiramente ao aumento do superávit comercial no setor de serviços.

O déficit comercial de bens físicos, foco de Trump em sua tentativa de usar tarifas para revitalizar o setor manufatureiro americano, na verdade aumentou. Em 2025, as importações totais de bens e serviços aumentaram 4,7%, atingindo US\$ 4,3 trilhões, enquanto as exportações cresceram 6,2%, para US\$ 3,4 trilhões. O déficit comercial — a diferença entre as importações e as exportações — foi de US\$ 901 bilhões, ante US\$ 903 bilhões em 2024.

O déficit comercial cresceu acentuadamente no final do ano, aumentando 32,6% em dezembro, com o aumento das importações e a queda das exportações.

As tarifas levaram a mudanças drásticas nos países com os quais os Estados Unidos comercializam. As importações de bens da China caíram quase 30%, atingindo o nível mais baixo desde 2009, à medida que as empresas passaram a produzir em fábricas em outras partes do mundo.

Mas as exportações americanas para a China caíram quase na mesma proporção, já que o país — diferentemente de muitos outros parceiros comerciais dos EUA — retaliou contra as políticas de Trump. O déficit comercial de bens com a China diminuiu para US\$ 202 bilhões em 2025, o menor em mais de duas décadas e, pela primeira vez na história, menor do que o déficit com a União Europeia.

Mas, à medida que os americanos compravam menos da China, compravam mais do resto do mundo. Os déficits comerciais com o Vietnã, o México, a Índia e outros países foram os maiores já registrados.

Os dados suscitaram dúvidas sobre se a política comercial de Trump está reestruturando os Estados Unidos para torná-los menos dependentes de importações, ou se, na verdade, está apenas redistribuindo o comércio.



Trump afirmou que tarifas elevadas e novos acordos comerciais impulsionarão a produção industrial americana, tornando o país menos dependente de produtos estrangeiros. Muitos importadores reagiram às tarifas e à ameaça delas ajustando o cronograma de entregas e os países de onde compram, a um custo e inconveniente consideráveis .

O impacto no bolso do consumidor americano

As tarifas também aumentaram os preços para os consumidores americanos, embora em menor grau do que alguns economistas inicialmente temiam. Um estudo deste mês, realizado por economistas do Fed (o Banco Central americano) em Nova York, constatou que as empresas e os consumidores americanos arcaram com a maior parte do custo das tarifas.

Os exportadores americanos, principalmente os agricultores, também foram afetados pelas guerras comerciais de Trump. As exportações de soja dos EUA caíram drasticamente no ano passado, já que a China boicotou a cultura e, em vez disso, comprou do Brasil e de outros países como retaliação às tarifas de Trump. Os produtores americanos de soja exportaram apenas US\$ 17,5 bilhões de seu produto em 2025, uma queda em relação aos US\$ 25,8 bilhões de 2024.

A China interrompeu as compras de produtos agrícolas americanos durante a maior parte do ano passado, até que autoridades dos EUA e da China concordaram com uma trégua comercial no final de outubro.

Como parte desse acordo, a China se comprometeu a comprar 12 milhões de toneladas de soja no ano passado e 25 milhões de toneladas em cada um dos próximos três anos. As 25 milhões de toneladas estão em linha com o que a China tem comprado nos últimos anos.

Para ajudar os agricultores a lidar com as consequências da guerra comercial, o governo Trump forneceu a eles US\$ 12 bilhões em ajuda federal.

Mas, se essas políticas levarão a menores importações, maiores exportações e um déficit comercial menor a longo prazo, ainda parece uma questão em aberto.

Bernard Yaros, economista-chefe da Oxford Economics, afirmou que “ainda é cedo demais para dizer quais serão os impactos duradouros das políticas comerciais de Trump”.

Ele afirmou que as importações americanas agora estão abaixo da tendência da década anterior ao segundo mandato de Trump. Parte disso se deve ao aumento expressivo das importações no início do ano passado; e parte, ao impacto das tarifas sobre o preço relativo das importações.

“Ainda precisamos ver como as importações se estabilizarão depois que o ‘efeito de estoque’ resultante da formação maciça de reservas no início de 2025 se dissipar”, acrescentou.

Após a eleição de Trump, as empresas correram para trazer mercadorias para o país antes que as tarifas entrassem em vigor, fazendo com que as importações e o déficit comercial disparassem.

As importações começaram a recuar depois que Trump anunciou tarifas globais em abril, incluindo taxas draconianas sobre a China. O presidente suspendeu temporariamente a maioria dessas tarifas para permitir negociações comerciais, mas as reimpôs em níveis mais baixos em agosto.

Média tarifária mais alta em 94 anos

Em 19 de janeiro, os consumidores americanos enfrentavam uma taxa tarifária média geral de 16,9%, a mais alta desde 1932, de acordo com cálculos do Yale Budget Lab.

O déficit comercial sofreu uma queda acentuada em outubro e atingiu o menor valor mensal desde junho de 2009. No entanto, grande parte dessa queda parece ter sido resultado de flutuações temporárias no comércio, particularmente no mercado de ouro. O déficit comercial apresentou uma leve recuperação em novembro, antes de voltar a crescer em dezembro.

O presidente americano há muito tempo considera os déficits comerciais como um sinal de uma economia americana fraca e argumenta que altas tarifas incentivariam uma maior produção industrial nos EUA, reduzindo o déficit comercial. Muitos economistas discordam dessa visão exclusiva, afirmando que o déficit comercial pode diminuir por diversos motivos, nem todos positivos.



O déficit comercial do país de Trump com a China, de Xi Jinping, diminuiu Foto: Mark Schiefelbein/AP

As tarifas também alteraram as relações comerciais dos EUA com diversos países. Em particular, o déficit comercial com a China diminuiu, uma vez que as empresas reestruturaram suas cadeias de suprimentos em antecipação a tarifas mais altas sobre o país.

Mas Brad Setser, economista do Conselho de Relações Exteriores, afirmou que as tarifas americanas sobre as exportações chinesas não acabaram sendo muito mais altas do que as tarifas sobre produtos de outras partes da Ásia, o que levanta a questão de se as empresas continuarão transferindo suas cadeias de suprimentos para fora da China.

Setser afirmou que os Estados Unidos simplesmente começaram a importar mais de outros países da Ásia. A queda no déficit comercial dos EUA com a China foi praticamente compensada por um grande aumento no déficit comercial dos EUA com o Vietnã, outros países do Sudeste Asiático, Índia e Taiwan no ano passado.

Em alguns casos, as remessas para os Estados Unidos vindas de outros países da Ásia ainda provêm de empresas chinesas. Empresas chinesas instalaram novas fábricas fora da China para poderem exportar para os Estados Unidos sem pagar as tarifas mais elevadas. As estatísticas comerciais da China mostram que, embora seu superávit comercial com os Estados Unidos tenha diminuído, seu superávit comercial com o resto do mundo aumentou consideravelmente, afirmou Setser.

“O governo está tentando se apropriar demais do crédito por reorganizar um pouco as importações e caminhar para um mundo onde o conteúdo chinês chega aos EUA em voos com apenas uma escala, em vez de voos diretos”, disse ele. “As mercadorias que chegam pelo Sudeste Asiático têm quantidades extremamente significativas de conteúdo chinês.”

O comércio com a Ásia se manteve forte, em parte porque Trump optou por isentar os produtos eletrônicos das tarifas impostas no ano passado. A região continuou a fornecer aos americanos eletrônicos isentos de impostos, bem como semicondutores e outros equipamentos necessários para centros de dados.

O governo também não conseguiu impor tarifas significativas sobre produtos farmacêuticos estrangeiros, e as importações de medicamentos contribuíram para aumentar o déficit comercial.

As tarifas podem sofrer mais alterações nas próximas semanas. Espera-se que a Suprema Corte se pronuncie, possivelmente já nesta sexta-feira, 20, sobre a legalidade de muitas das tarifas que Trump impôs usando uma lei de emergência da década de 1970. Autoridades do governo Trump afirmaram que, caso essas tarifas sejam anuladas, usarão outras prerrogativas para impor novas taxas em substituição a elas.

c.2026 The New York Times Company
Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 19/02/2026

PETROBRAS PASSA A REMUNERAR PRESIDENTE E DIRETORES DO ALTO ESCALÃO COM BASE EM METAS DE DIVERSIDADE

Companhia é signatária do 'Pacto pela Diversidade nas Estatais', e possui maioria de mulheres em sua diretoria executiva desde 2025

Por Shagaly Ferreira

A Petrobras passou a considerar desde o início do ano metas de diversidade na remuneração variável dos membros da sua diretoria executiva. Ao todo, devem ser impactados nove membros no alto escalão do colegiado executivo, que conta, desde julho de 2025, com maioria feminina em sua composição: cinco executivas, incluindo a presidente da estatal, Magda Chambriard, e quatro executivos.

“A partir de 2026, a remuneração variável dos membros da diretoria executiva (presidente e diretores) da Petrobras, em suas metas específicas, passou a incluir metas relativas à diversidade, compondo o conjunto de indicadores que influenciam o cálculo final”, afirmou a companhia, em nota ao Estadão.

A empresa disse que a iniciativa está em linha com a “Política de Remuneração da Petrobras” e alinhada às melhores práticas de governança corporativa. “Todas essas metas (foram) aprovadas no conselho de administração da companhia.”



Petrobras irá adotar metas de diversidade em remuneração variável Foto: Pedro Kirilos/Estadão

Além disso, a estatal reforçou que será observado nas metas o desempenho da companhia no avanço na representatividade de mulheres e de pessoas negras em posições de liderança, entre outros pontos, e isso deve “impactar efetivamente” a remuneração variável da alta administração.

Publicidade

Não foram confirmadas as porcentagens perseguidas para a variação da remuneração. No entanto, segundo dados públicos da empresa, o seu plano estratégico estabelece como meta que 25% das posições de liderança sejam ocupadas por mulheres e 25% por pessoas negras até 2030.

Segundo informações públicas da companhia, a remuneração fixa mensal da presidente no exercício de abril de 2025 a março de 2026 é de R\$ 139.580,69. Quanto aos diretores executivos, o honorário fixo mensal é de R\$ 132.933,98. Não foram informados à reportagem os cálculos que serão utilizados para bonificação condicionada ao alcance de metas de diversidade.

A adesão ao formato de remuneração já havia sido mencionada em dezembro de 2025 pela executiva Tiana Ellwanger, gerente de Cultura, Clima e Diversidade da petroleira, durante o seminário “Democracia e Direitos Humanos: Empresas juntas por um Brasil mais igualitário”, realizado na sede do BNDES, no Rio de Janeiro.

“A DEI (diversidade, equidade e inclusão) foi a maior revolução cultural da Petrobras dos últimos anos”, disse a gerente durante sua participação no evento, ao comentar sobre a agenda de políticas de diversidade na companhia.

Como funciona a remuneração

Segundo a sócia consultora de Remuneração Executiva da consultoria Korn Ferry, Vanessa Gomes, a remuneração de executivos, em geral, costuma ser composta por salário fixo e por incentivos variáveis vinculados ao atingimento de metas e indicadores definidos previamente. Esses incentivos variáveis podem ser de curto prazo, como bônus anuais, e de longo prazo, como bonificações com prazo superior a um ano.

No caso da inclusão de metas de diversidade na remuneração variável, isso frequentemente ocorre nos incentivos de curto prazo e está diretamente conectada ao pilar Social da agenda ESG, afirma a especialista.

“Essas metas podem envolver, entre outras, avanços na representatividade de determinados grupos, equidade salarial, práticas de contratação, promoção, retenção ou o fortalecimento de políticas internas de inclusão. Em geral, esses indicadores compõem o conjunto de metas corporativas de forma complementar, mas não substituem os objetivos financeiros que dominam as metas dos programas de incentivo”, explica.



Mulheres da diretoria da Petrobras. Da esquerda para a direita: Clarice Coppetti, Angélica Laureano, Renata Baruzzi, Magda Chambriard e Sylvia Anjos Foto: Divulgação/Petrobras

Gomes diz ainda que, ao vincular parte da remuneração de executivos ao avanço em indicadores de diversidade, equidade ou inclusão, as empresas transformam compromissos ESG em objetivos que podem ser medidos e acompanhados pela liderança. Isso ajuda a fortalecer a governança dos temas ESG, pois cria mecanismos de responsabilização.

Caso as metas de diversidade não sejam cumpridas, é esperada uma redução parcial do pagamento da remuneração variável, de acordo com o peso dessa meta e o seu nível de atingimento.

“Para que metas de diversidade e outros indicadores ESG tenham impacto real na gestão, é fundamental que elas tenham peso representativo dentro da remuneração variável. Em estruturas de incentivos, o comportamento executivo tende a se concentrar nos indicadores que efetivamente influenciam a sua remuneração, e metas com peso muito reduzido podem acabar tendo caráter apenas simbólico”, salienta a analista.

Compromissos públicos

Segundo informações da Petrobras, a decisão de adotar metas de diversidade na remuneração representa uma forma de materializar a “Política de Diversidade, Equidade e Inclusão” da empresa, que indica diversos compromissos públicos da petroleira com a agenda.



Lançamento do Pacto pela Diversidade, Equidade e Inclusão nas Empresas Estatais Federais na sede da Petrobras, em Brasília Foto: Adalberto Marques/MGI

A companhia destaca que considera a diversidade, a equidade e a inclusão como elementos fundamentais em seu planejamento estratégico, projetos, processos e operações.

Segundo a estatal, a iniciativa busca estabelecer que a alta administração e as demais lideranças da companhia “sejam as principais protagonistas e possuam responsabilidade diferenciada com a efetividade das ações de diversidade, equidade e inclusão, exercendo uma liderança inclusiva, de forma a servirem de exemplo e inspiração dos comportamentos esperados, mantendo a contínua evolução das iniciativas como uma das prioridades da companhia”.

A empresa é uma das signatárias do “Pacto pela Diversidade, Equidade e Inclusão nas Empresas Estatais Federais”, firmado em setembro de 2024 pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), em parceria com pouco mais de 30 empresas públicas.

A petroleira também precisa cumprir práticas propostas pela Lei 15.177/2025, que prevê reserva de 30% das cadeiras em conselhos de administração de empresas estatais para mulheres no Brasil. Atualmente, o conselho de administração da Petrobras ainda não atingiu a porcentagem, sendo formado por nove homens e duas mulheres, dentre elas a presidente da companhia.

“Ambientes diversos e psicologicamente seguros são elementos essenciais para a geração da inovação, como apontado em diversas pesquisas. E inovação é um dos fatores críticos de sucesso para superação dos desafios e alcance dos resultados empresariais”, afirmou a companhia. “Diversidade é sobre pessoas e, também, estratégia e resultados”, reforçou./Colaborou Juliana Garçon

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 19/02/2026

SEIS ESTADOS E DF COMEÇAM O ANO SEM DINHEIRO EM CAIXA PARA QUITAR DÍVIDAS E ASSUMIR NOVAS DESPESAS

Governadores estão no ‘cheque especial’ e precisam regularizar contas no último ano de mandato para não deixar dívida a sucessores

Por Daniel Weterman

BRASÍLIA — Seis Estados e o Distrito Federal começaram o ano no “cheque especial”, sem dinheiro em caixa para quitar despesas do passado e assumir novos compromissos em 2026.

A situação acende um alerta para os governadores, pois no último ano de mandato é proibido fazer novos gastos sem recursos disponíveis e deixar dívidas para os sucessores.



Governadores Fátima Bezerra (Rio Grande do Norte), Ibaneis Rocha (Distrito Federal) e Romeu Zema (Minas Gerais). Estados começaram o ano sem dinheiro em caixa suficiente para honrar pagamentos do ano anterior e assumir novas despesas. Foto: Ricardo Stuckert/Presidência da República, Renato Alves/Agência Brasília e Tiago Queiroz/Estadão

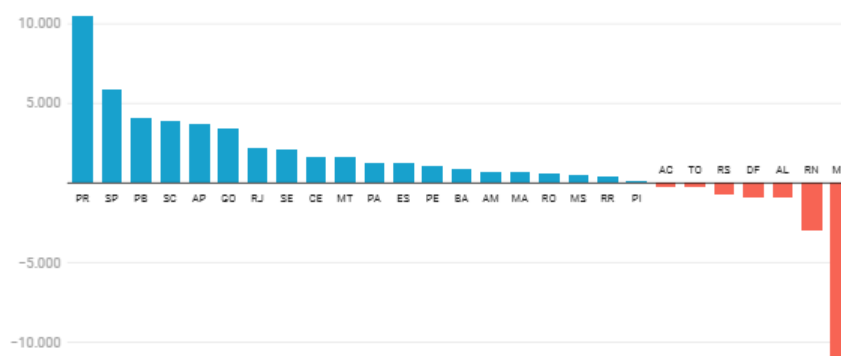
Estão nessa situação Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Alagoas, Distrito Federal, Rio Grande do Sul, Tocantins e Acre. Os números foram relatados pelos próprios executivos estaduais no Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do último quadrimestre de 2025, enviados ao Tesouro Nacional no dia 31 de janeiro deste

ano.

A conta considera os recursos não vinculados, ou seja, aqueles que não são carimbados por lei para áreas específicas e demonstram a real saúde financeira dos Estados.

Estados — dinheiro disponível em caixa

em milhões (R\$)



Disponibilidade de caixa líquida (após a inscrição em restos a pagar não processados do exercício). Total de recursos não vinculados.

Fonte: Relatórios de Gestão Fiscal dos Estados - 3º Quadrimestre 2025 - Tesouro Nacional - [Obter dados](#)

Minas Gerais começou o ano na pior situação entre os entes. O Estado está com o caixa negativo em R\$ 11,3 bilhões. O governador de Minas, Romeu Zema (Novo), pré-candidato à Presidência, tem destacado em discursos recentes que herdou um governo “quebrado” e regularizou as contas,



pagando os funcionários em dia. Minas é o terceiro Estado com maior dívida com a União, que está sendo negociada.

Em nota, o governo de Minas afirmou que o Estado passa por uma trajetória de reorganização das contas públicas desde 2019, diante da situação calamitosa observada à época. Minas aderiu ao Programa de Pleno Pagamento das Dívidas dos Estados (Propag) para reorganizar as contas.

“A gestão responsável sobre a execução dos restos a pagar continuará contribuindo para a reversão do quadro de indisponibilidade líquida, como apresentada no RGF, somando-se aos efeitos positivos da entrada do Estado no Propag”, disse a Secretaria de Fazenda de Minas.

Em seguida, aparece o Rio Grande do Norte, com R\$ 3 bilhões negativos. O Estado é governado por Fátima Bezerra (PT), aliada do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O governo potiguar enfrenta uma situação ainda mais delicada, pois, além do caixa negativo, não cumpriu o limite de gastos com pessoal exigido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

O governo do Rio Grande do Norte consumiu 56,41% da receita corrente líquida (RCL) com folha de pagamento, ultrapassando o limite máximo no Poder Executivo estadual, que é de 49%. Todos os outros Estados cumpriram o teto. Se não for regularizada, a situação do RN pode levar a União a parar de mandar recursos para o Estado e dar aval para empréstimos. Procurado, o governo do RN não se manifestou.

Ficar sem dinheiro em caixa não paralisa a máquina pública automaticamente, mas é um alerta para as gestões estaduais, pois demonstra que o Estado não tem dinheiro suficiente para quitar as despesas herdadas de anos anteriores — os chamados restos a pagar — e assumir novos compromissos. Assim, no dia a dia, a unidade da federação precisa segurar os gastos, adiar pagamentos e até cancelar serviços para não entrar em colapso.

A falta de dinheiro em caixa também coloca os governadores no “paredão” da LRF. A lei proíbe os governadores de, nos últimos oito meses do mandato, contrair despesas que não possam ser pagas integralmente dentro do ano ou com recurso suficiente em caixa para serem quitadas no ano seguinte.

Uma regra aprovada no ano passado criou um limite a mais. A partir de 1º de janeiro de 2027, se o dinheiro em caixa não for suficiente para honrar os compromissos do ano anterior e demais obrigações financeiras, os Estados não poderão conceder ou ampliar benefícios tributários. Ou seja, neste ano, a situação não poderá se repetir, se os gestores quiserem entregar os caixas no “azul”.

Como o Estadão mostrou, o Distrito Federal está nessa situação. Tirando os recursos carimbados para saúde, educação e outras vinculações obrigatórias, a disponibilidade ficou negativa em R\$ 876,6 milhões.

O governador Ibaneis Rocha (MDB) estuda fazer um aporte no Banco de Brasília (BRB), controlado pelo governo distrital, após um rombo deixado pelo Banco Master, mas a ação pode pressionar ainda mais o orçamento, que já é turbinado por um fundo bancado pela União.

A Secretaria de Fazenda do Rio Grande do Sul afirmou que a indisponibilidade de caixa “não é um fenômeno novo nem exclusivo do exercício atual”, mas uma característica histórica das finanças estaduais que vem sendo melhorada.

“Embora o indicador específico do RGF reflita uma realidade histórica que ainda exige atenção e acompanhamento permanente, ele não impede o funcionamento do Estado nem a execução das políticas públicas.”

O governo de Alagoas disse que a falta de recurso em caixa decorre da reestruturação de uma dívida com o Banco Mundial. O Estado estruturou uma operação para renegociar o débito em dezembro do ano passado, mas a operação foi formalizada apenas em janeiro de 2026, o que atrapalhou o fluxo de caixa e fez com que uma parte das despesas não fossem quitadas em 2025.



“Trata-se, portanto, de um efeito contábil circunstancial decorrente do encerramento do exercício fiscal, e não de uma deterioração estrutural das contas públicas”, disse a secretaria de Fazenda do Estado. Segundo a administração, as políticas públicas e serviços essenciais não foram impactados.

Os Estados do Rio Grande do Norte, Tocantins, Acre e DF não responderam.

Paraná é o Estado com mais dinheiro em caixa no País, mas acumula déficit maior

O Paraná é o Estado do País com mais dinheiro em caixa, segundo os relatórios. O governo paranaense encerrou 2025 com saldo positivo de R\$ 10,5 bilhões, superando Estados com arrecadações maiores — incluindo São Paulo, que possui o maior Produto Interno Bruto (PIB) do País.

Por outro lado, o Paraná é o Estado que terminou 2025 com o maior déficit primário entre os entes subnacionais (saldo entre receitas e despesas, sem considerar o pagamento com juros).

O secretário de Fazenda do Paraná, Norberto Ortigara, afirmou ao Estadão que o dinheiro em caixa é resultado de um ajuste fiscal feito depois da crise enfrentada em 2014, crescimento da arrecadação após a pandemia de covid-19, melhor gestão da dívida e reformas internas para segurar gastos, recuperar a capacidade de pagamento junto à União e priorizar investimentos.

Com o recurso sobrando, o governo prepara a criação de um fundo soberano para mitigação de desastres naturais, quer manter o equilíbrio fiscal no longo prazo e ainda estuda criar um fundo de investimento estratégico para atrair capitais, além de investir em obras.

“O fundo vai substituir a guerra fiscal, que hoje é tributária, por uma possível guerra fiscal financeira. Assim, eu vou ser capaz de atrair capitais do mundo para investir no Paraná e não em outros Estados”, afirmou o secretário.

Sobre o maior déficit primário entre os Estados, o governo do Paraná diz que acumulou uma sobra de caixa de depósitos e aplicações financeiras que ficam nos bancos e que não é contabilizada como receita primária. No lado da despesa, ampliou os investimentos, que são despesas primárias. A junção dos fatores fez o resultado primário ficar negativo.

“Não queremos arrecadar dinheiro e deixar estocado. Nossa responsabilidade é fazer uma gestão eficiente das contas públicas para nunca mais resvalar para o buraco que estávamos em 2014, quando não conseguíamos botar gasolina nos automóveis da polícia”, disse o secretário.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 19/02/2026

CASO MASTER: CORREGEDOR MANDA CINCO TRIBUNAIS EXPLICAREM DEPÓSITOS BILIONÁRIOS NO BRB

Ministro Mauro Campbell, corregedor nacional de Justiça, determinou aos tribunais de Justiça do Maranhão, Bahia, Paraíba, Alagoas e do DF que ‘prestem informações que entenderem pertinentes’ sobre aportes que podem chegar a R\$ 30 bilhões no Banco Regional de Brasília, alvo de investigação da Polícia Federal

Por Felipe de Paula e Fausto Macedo

O ministro Mauro Campbell, corregedor nacional de Justiça, intimou cinco tribunais de Justiça a explicarem, no prazo de 15 dias, depósitos que podem chegar a R\$ 30 bilhões no Banco Regional de Brasília (BRB), alvo de investigação da Polícia Federal por tentativa de compra de operações do Banco Master em 2025, incluindo carteiras de crédito falsas.

A PF abriu inquérito para apurar se houve gestão temerária no BRB. Uma auditoria da própria instituição encontrou indícios de irregularidades da administração anterior.

“Prestem as informações que entenderem pertinentes”, ordenou Campbell em ofício enviado aos tribunais do Maranhão, Bahia, Paraíba, Alagoas e do DF. O dinheiro aportado no BRB é oriundo de depósitos judiciais e estava estocado no Banco do Brasil.



'Prestem as informações que entenderem pertinentes', ordenou o ministro Mauro Campbell Foto: Danilo Mello/Aleam

A decisão do ministro acolhe Pedido de Providências levado à Corregedoria pelo advogado Alex Ferreira Borralho, que atua em São Luís e, inicialmente, questionou a transferência de R\$ 2,8 bilhões do TJ do Maranhão para o BRB.

O corregedor nacional quer saber detalhes das tratativas, quem propôs o negócio, seus operadores, o que motivou a medida e garantias. A denúncia que ele recebeu, de autoria de Alex Borralho, sustenta a ocorrência de 'movimentações atípicas' relacionadas à gestão dos depósitos judiciais mantidos junto ao BRB.

Em nota, divulgada quando as operações com os tribunais tornaram-se públicas, o BRB informou que 'está equivocada a associação entre a gestão de depósitos judiciais e um suposto 'rombo' estimado em R\$ 30 bilhões nos cofres públicos'.

O TJ de Alagoas informou que 'permanece vigilante e continuará acompanhando os desdobramentos da situação' envolvendo o BRB. Os tribunais da Paraíba e Bahia informaram que 'mantêm acompanhamento institucional contínuo' da 'capacidade técnica e econômico-financeira' do Banco de Brasília. (Leia abaixo a íntegra da manifestação de todos os tribunais).

O aporte do TJ maranhense foi confirmado pessoalmente pelo próprio presidente da Corte, desembargador José Ribamar Froz Sobrinho, durante reunião do Órgão Especial em 28 de janeiro. Diante de seus pares, ele 'assumiu o risco' da transação.



Banco BRB. Fachada de um edifício com o logotipo do banco BRB no Setor Bancário Sul em Brasília. 18 de Junho de 2021. Foto: Rafael de Matos Carvalho/Adobe S

O encontro foi marcado por um clima ríspido, sob forte tensão. A medida isolada de Froz Sobrinho irritou seus colegas.

“Eu quero dar ciência a vossas excelências que em caráter estritamente preventivo, foi providenciada a instalação do processo administrativo, destinado ao monitoramento contínuo da capacidade técnico-financeira e operacional do Banco de Brasília, instituição com o qual o Tribunal de Justiça mantém contrato de prestação de serviços financeiros desde agosto de 2025, abrangendo, entre outros, a administração dos depósitos judiciais”, comunicou o desembargador na reunião.

‘O risco é meu’

Alvo de críticas dos magistrados pela aplicação, ele foi categórico. “Foi uma opção minha, minha, a responsabilidade é do gestor, sim. Até contra pergunto, onde vossas excelências remuneraram as vossas contas? Onde paga mais ou onde paga menos? Então, é uma gestão. Todo dinheiro que é gerido, qualquer fundo, é um risco. A gestão de dinheiro é um risco. É um risco do gestor. O risco é meu, foi meu.”

Froz Sobrinho assumiu a operação. “Eu que vou prestar conta com o Tribunal de Contas, com o CNJ, se for o caso, se for pedido. Mas o risco foi meu, para que essa conta fosse bem remunerada”, disse a desembargadores que compõem o Órgão Especial.



<https://www.estadao.com.br/tv/blog-do-fausto-macedo/presidente-do-tribunal-de-justica-do-maranhao-foi-pressionado-pelo-desembargador-paulo-velten-que-se/>

Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão foi pressionado pelo desembargador Paulo Velten que se mostrou contrário à aplicação dos recursos no BRB.

Segundo Froz Sobrinho, a transferência ao BRB garantiu um rendimento mensal de R\$ 15 milhões, valor cinco vezes superior aos cerca de R\$ 3 milhões pagos pelo Banco do Brasil, de onde os recursos foram retirados.

“Excelências, eu tenho conversado desde o começo com os colegas que dividem comigo essa migração dessas contas de depósito judicial, com Paraíba, Bahia, Distrito Federal”, disse o magistrado.

‘Decisão gravíssima’

Durante a reunião, o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão foi pressionado pelo desembargador Paulo Velten, ex-presidente da Corte, que se mostrou contrário à aplicação dos recursos no BRB.

“Essa decisão foi exclusiva de Vossa Excelência. Uma decisão gravíssima”, avaliou Velten.

“Não, não é gravíssima, não”, retrucou Froz Sobrinho.

“E agora nós vamos dividir a responsabilidade”, alertou Velten.

“Não, não, não, não foi isso. Vossa Excelência, pode voltar aí o que eu falei. Convido Vossa Excelência a participar, eu estou convidando, não estou convocando. Estou convidando Vossa Excelência a participar, é um convite”, disse o presidente do TJ sobre a próxima reunião do Colégio de Presidentes dos Tribunais de Justiça, que deve discutir as transferências das Cortes estaduais para o BRB.

“Eu estou fora, já aviso vossa excelência que estou fora”, emendou Velten, na ocasião.

COM A PALAVRA, O BANCO DE BRASÍLIA

O BRB informa que está equivocada a associação entre a gestão de depósitos judiciais e o uso do Pix Judicial à existência de riscos financeiros ou a um suposto “rombo” estimado em R\$ 30 bilhões nos cofres públicos.

Os valores administrados pelo BRB na condição de depósitos judiciais não integram o patrimônio do banco. Esses recursos permanecem sob custódia judicial e não podem, em hipótese alguma, ser confundidos com ativos próprios da instituição financeira, conforme previsto na legislação vigente, nos contratos firmados com os Tribunais de Justiça e nas normas do Banco Central do Brasil.

O Pix Judicial, por sua vez, não representa produto financeiro nem cria passivo ou exposição ao banco. Trata-se apenas de um meio tecnológico de pagamento que permite que, após a decisão judicial autorizando a liberação do valor, a transferência ao beneficiário seja realizada de forma imediata, sem alteração da natureza jurídica dos recursos, sem geração de passivo, sem risco financeiro, ou qualquer tipo de exposição patrimonial para o BRB.



Dessa forma, a associação desses valores a um suposto rombo ou risco fiscal é tecnicamente equivocada e pode induzir o leitor a conclusões incorretas sobre a segurança dos depósitos judiciais e a situação financeira da instituição.

O BRB reforça que permanece sólido, líquido e operacional, cumprindo rigorosamente todas as suas obrigações contratuais e regulatórias. As apurações em curso sobre operações específicas vêm sendo conduzidas com total transparência, sem qualquer impacto na execução dos contratos de depósitos judiciais ou no funcionamento do PIX Judicial.

COM A PALAVRA, O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE ALAGOAS

O Tribunal de Justiça de Alagoas monitora continuamente a execução dos contratos mantidos com seus prestadores de serviços, incluindo aqueles relativos ao processamento da folha de pagamento e à gestão dos depósitos judiciais. Em razão das notícias recentemente veiculadas pela imprensa sobre o Banco de Brasília (BRB), o Tribunal solicitou formalmente esclarecimentos ao banco sobre sua situação institucional e sobre a continuidade dos serviços prestados ao TJAL.

O BRB respondeu por meio de expediente oficial, reafirmando sua solidez financeira e seu compromisso com a manutenção integral de todos os serviços contratados. De acordo com as informações prestadas pelo banco, a instituição encerrou o primeiro semestre de 2025 com patrimônio robusto e índices regulatórios acima dos requerimentos do Banco Central, o que demonstra capacidade de honrar suas obrigações. O banco também informou que opera com órgãos colegiados e estruturas permanentes de governança, assegurando plena continuidade das atividades, e que todos os processos técnicos, financeiros e operacionais seguem em curso normal.

Quanto aos serviços prestados ao TJAL, o BRB reafirmou que o processamento da folha de magistrados e servidores, referente ao Contrato nº 29/2022, e a gestão dos depósitos judiciais, objeto do Contrato nº 50/2024, continuarão sendo executados de forma ininterrupta, segura e com total conformidade contratual. Até o presente momento, não há qualquer registro de irregularidade, interrupção ou prejuízo relacionado aos serviços prestados pelo banco ao Tribunal. Os depósitos judiciais permanecem sob administração regular, e os pagamentos da folha de pessoal seguem rigorosamente as normas do Sistema Financeiro Nacional, estando sujeitos aos controles internos do TJAL e à fiscalização dos órgãos de controle externos.

O Contrato nº 29/2022, referente à folha de pagamento, foi celebrado na gestão do Desembargador Klever Rêgo Loureiro, enquanto o Contrato nº 50/2024, relativo à gestão dos depósitos judiciais, foi firmado durante a gestão do Desembargador Fernando Tourinho de Omena Souza. Ambas as contratações ocorreram por meio de processos licitatórios regularmente realizados, conduzidos em conformidade com a legislação vigente e com os princípios que regem a administração pública.

Além disso, o Tribunal encaminhou ofício ao Banco Central do Brasil (nº 108/2026/GP), solicitando informações e esclarecimentos formais acerca da situação do BRB e de eventuais reflexos decorrentes da liquidação do Banco Master. O referido ofício ainda se encontra dentro do prazo para resposta por parte da autoridade monetária.

O Tribunal permanece vigilante e continuará acompanhando os desdobramentos da situação. Caso alguma anormalidade venha a ser identificada pelas autoridades competentes ou no curso das atividades contratuais, o TJAL adotará prontamente todas as medidas administrativas e jurídicas necessárias para preservar a segurança dos recursos públicos.

COM A PALAVRA, O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

Ano passado o Tribunal de Justiça da Paraíba, por imposição legal, teve que realizar LICITAÇÃO para contratação de banco para a gestão dos depósitos judiciais. O contrato com o Banco do Brasil foi encerrado e a lei determina nova LICITAÇÃO.



A licitação aconteceu em 2025 e o BRB venceu em disputa com a Caixa Econômica Federal. Não houve recurso contra o resultado.

Detalhe importante: o Banco do Brasil não participou da licitação, o que inviabilizou juridicamente qualquer possibilidade de renovação contratual com a instituição.

A licitação não envolve qualquer juízo discricionário por parte da Administração, nesse caso o Tribunal de Justiça da Paraíba. O BRB atendeu integralmente às exigências do edital, que culminou com a formalização da contratação, consequência direta do resultado da licitação.

O Tribunal de Justiça da Paraíba não fez transferência direta de recursos para o BRB. O que ocorreu foi a substituição da instituição responsável pela custódia dos depósitos judiciais, anteriormente exercida pelo Banco do Brasil, passando a ser desempenhada pelo BRB, com a transferência realizada diretamente entre as instituições financeiras. Resultado natural, prático e óbvio da LICITAÇÃO.

É vital ratificar, mesmo que seja patente, que a contratação observou integralmente a legislação aplicável, em especial a Lei nº 14.133/2021, bem como os rigores técnicos e prudenciais estabelecidos pelo Banco Central do Brasil. O edital fixou parâmetros superiores aos mínimos regulatórios, exigindo, por exemplo, índice de Basileia mínimo de 11%, tendo o BRB comprovado índice aproximado de 14%, além de experiência prévia superior a 300% do valor exigido.

Os serviços vêm sendo prestados com normalidade e elevado padrão de desempenho. A sistemática atualmente adotada utiliza o sistema PIX para o cumprimento das ordens de pagamento, em consonância com recomendações do Conselho Nacional de Justiça, substituindo o procedimento anterior de alvarás manuais, o que confere maior celeridade, eficiência e efetividade à prestação jurisdicional.

Quanto à situação atual do BRB, o Tribunal de Justiça da Paraíba mantém acompanhamento institucional contínuo de sua capacidade técnica e econômico-financeira. Até o momento, não há qualquer elemento objetivo ou técnico que indique o descumprimento das condições exigidas na licitação.

O Tribunal, legalmente, teve que fazer LICITAÇÃO para contratar banco para a gestão dos depósitos judiciais. A LICITAÇÃO foi vencida pelo BRB.

O Tribunal de Justiça da Paraíba não fez transferência direta de recursos para o BRB, essa ação é resultado natural, prático e óbvio da LICITAÇÃO. O banco passou a ser o gestor dos depósitos judiciais, objeto da LICITAÇÃO.

O Tribunal de Justiça da Paraíba acompanha, continuamente a capacidade técnica e econômico-financeira do BRB. Não há qualquer elemento objetivo ou técnico que indique o descumprimento das condições exigidas na licitação.

COM A PALAVRA, O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA BAHIA

Diante das informações solicitadas a respeito da relação contratual entre o Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA) e o Banco de Brasília S/A (BRB), esta Corte de Justiça vem esclarecer os fatos, pautado no compromisso inegociável com a transparência e a legalidade.

É imperioso elucidar, preliminarmente, a motivação jurídica para a mudança na gestão dos depósitos judiciais, ocorrida em 2021.

Historicamente, o TJBA mantinha contrato com o Banco do Brasil mediante dispensa de licitação. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), contudo, por meio do Relatório de Monitoramento de Inspeção nº 2387-37.2008, determinou que os tribunais adotassem o devido processo licitatório para tais contratações, visando ao aprimoramento da governança e à conformidade administrativa.



Em estrita obediência a essa orientação e aos princípios constitucionais que regem a Administração Pública, o Tribunal realizou, ainda no ano de 2021, o Pregão Presencial nº 001/2021. O certame foi amplamente divulgado e transcorreu sob total lisura, tendo o BRB – Banco de Brasília S.A. sagrado-se vencedor na qualidade de única instituição financeira a apresentar proposta formal. Os valores e condições foram estabelecidos em um ambiente de livre concorrência e disputa pública, fiscalizado pelos órgãos de controle.

No que tange às garantias de segurança, liquidez e integridade dos recursos, o TJBA adotou rigorosos critérios técnicos.

O Edital exigiu, como requisito indispensável para habilitação, a prova de solidez financeira e patrimonial em conformidade com as exigências da Resolução nº 4.193/2013 do Banco Central do Brasil, além da apresentação de balanços patrimoniais auditados que comprovassem a boa situação financeira da instituição.

O contrato firmado blinda o patrimônio do jurisdicionado ao estabelecer que a instituição financeira responde integralmente por quaisquer danos causados ao Tribunal ou a terceiros, independentemente de fiscalização, obrigando-se a manter os depósitos sob custódia com plena correção monetária e disponibilidade imediata para cumprimento de alvarás.

Quanto a eventuais investigações externas envolvendo a instituição financeira, o Tribunal esclarece que o contrato possui mecanismos robustos de proteção institucional. É obrigação contratual da instituição manter, durante a execução da avença, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Desta forma, o Tribunal monitora continuamente a regularidade fiscal, trabalhista e a autorização de funcionamento junto ao Banco Central. Qualquer alteração superveniente que comprometa a idoneidade ou a capacidade operacional da instituição aciona, de imediato, as cláusulas de sanção e rescisão contratual previstas para salvaguardar o interesse público.

Para garantir a integridade dos ativos e a segurança jurídica de todo o processo, foi instituída, após a homologação do resultado, uma Comissão de Transição de Depósitos Judiciais.

Este grupo técnico acompanhou minuciosamente cada etapa do Plano de Ação, desde a análise da capilaridade bancária e migração de dados até os testes de homologação do sistema BRBJus.

Importa destacar que a referida comissão foi convertida em caráter definitivo, assegurando o monitoramento permanente da execução contratual e garantindo que a operação ocorra sem prejuízo aos jurisdicionados.

Atualmente, o contrato é executado com regularidade, contando com ampla rede de atendimento em todo o Estado e processando normalmente os pagamentos de alvarás, Requisições de Pequeno Valor (RPV) e precatórios, sem registros de intercorrências que comprometam a liquidez dos recursos.

A regularidade e a correção dos atos administrativos do TJBA são corroboradas, ainda, pela aprovação integral das contas referentes aos exercícios de 2021, 2022 e 2023 pelo Tribunal de Contas, período que abrange a contratação e o início da execução do serviço, sem qualquer apontamento de irregularidade.

Por fim, o Tribunal de Justiça da Bahia permanece vigilante na gestão responsável dos recursos públicos, garantindo a continuidade da prestação jurisdicional com a segurança e a seriedade que a sociedade baiana exige.

COM A PALAVRA, O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) informa que o atual credenciamento do Banco de Brasília (BRB) para custódia dos depósitos judiciais do Tribunal está vigente desde 2021. O credenciamento de bancos é realizado pelo TJDFT com base nas orientações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Tribunal acompanha atentamente o andamento das investigações realizadas pelos órgãos competentes.

O Tribunal esclarece que até o momento não há registro de qualquer interrupção ou dificuldade operacional no cumprimento de decisões relacionadas à movimentação dos depósitos judiciais. Além disso, o Tribunal possui ferramentas de controle e acompanhamento diário, mensal e anual do montante de valores movimentados por ordem judicial, e registra que até o momento, não há modificação no fluxo normal.

Conforme já esclarecido pela própria instituição financeira os depósitos judiciais não integram o patrimônio do banco e não se confundem com os seus ativos.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 19/02/2026



VALOR ECONÔMICO (SP)

ARGENTINA ENFRENTA GREVE GERAL ANTES DE VOTAÇÃO SOBRE REFORMA TRABALHISTA DE MILEI

Sindicatos protestam contra projeto que será votado na tarde de hoje pela Câmara dos Deputados

Por Valor, com Associated Press — São Paulo



Trens parados na estação de Retiro, em Buenos Aires, durante greve geral — Foto: Agustín Marcarian/Reuters

funcionários do comércio.

Sindicatos de diversos setores convocaram uma greve geral de 24 horas na Argentina para protestar contra a reforma trabalhista proposta pelo governo de Javier Milei. A medida, que deve afetar milhões de pessoas, será debatida a partir das 14h (horário local) desta quinta-feira (19) na Câmara dos Deputados. Participam da paralisação trabalhadores de transportes, servidores públicos e

funcionários do comércio. Com isso, desde a meia-noite não há circulação de trens, metrô e voos. A maioria dos taxistas também aderiu à paralisação, segundo informações do jornal argentino La Nación. Entretanto, os ônibus da empresa DOTA não aderiram, e algumas linhas estão operando normalmente. Além disso, participam da paralisação bancários, trabalhadores de hotelaria, turismo, gastronomia, caminhoneiros e profissionais da saúde.

A companhia aérea Aerolíneas Argentinas informou que mais de 31 mil passageiros serão afetados pelo cancelamento de 255 voos em sua malha aérea em decorrência da greve convocada pela Confederação Geral do Trabalho (CGT), a maior central sindical do país. A expectativa é de que a greve tenha um impacto econômico de US\$ 3 milhões, ainda de acordo com o La Nación.

Esta é a quarta greve contra o governo de Milei e já estava prevista há alguns dias. Ao todo, 13 sindicatos aderiram à greve convocada pela CGT. A expectativa é que diversos serviços essenciais sejam afetados ao longo desta quinta-feira.

A demonstração dos sindicatos argentinos ocorre enquanto cresce a frustração com a recuperação econômica desigual sob o governo Milei, cujo governo trouxe estabilidade fiscal a um país antes assolado pela inflação descontrolada, mas tem dificuldade para enfrentar o desemprego persistente, salários estagnados e crescimento fraco.

Após aprovação parcial no Senado, a pauta da reforma trabalhista será apreciada pela Câmara dos Deputados. O partido governista e seus aliados estão confiantes de que vão conseguir obter o apoio dos 129 deputados necessários para atingir o quórum para a sessão desta quinta-feira. Também esperam aprovação da pauta, depois de terem eliminado o artigo que alterava o regime de licença médica.

O governo estima que a aprovação na Câmara dos Deputados passe com o mesmo número de votos com que o Orçamento de 2026 foi aprovado, que obteve 132 votos a favor, 97 contra e 17 abstenções, de acordo com informações do jornal Clarín.

Caso o projeto seja aprovado com modificações, retornará ao Senado, onde o governo espera que o partido governista apresente um relatório na sexta-feira, de modo a cumprir o prazo de sete dias exigido pelo regulamento para que a proposta chegue ao plenário após a aprovação.

Milei considera que a reforma da legislação trabalhista é crucial para os esforços de atrair investimentos estrangeiros, aumentar a produtividade e impulsionar a criação de empregos em um país onde dois em cada cinco trabalhadores atuam na informalidade.

Os sindicatos, por sua vez, argumentam que a lei enfraquecerá direitos históricos dos trabalhadores. Entre as medidas criticadas, estão a redução das indenizações tradicionalmente elevadas por demissão, a restrição do direito de greve e a permissão de jornadas de trabalho de 12 horas.

“O projeto de reforma trabalhista é totalmente regressivo”, disse Cristian Jerónimo, um dos líderes da Confederação Geral do Trabalho, a maior central sindical da Argentina, em coletiva de imprensa anunciando a greve. “A única coisa que prioriza é a restrição dos direitos dos trabalhadores.”

A forte reação sindical já inviabilizou tentativas anteriores de governos de reformar o código trabalhista argentino, amplamente visto como um dos mais onerosos para as empresas na América Latina.

Cerca de 40% dos 13 milhões de trabalhadores registrados na Argentina pertencem a sindicatos, segundo estimativas sindicais, e muitos são estreitamente aliados ao movimento populista de base trabalhista conhecido como Peronismo, que liderou o governo anterior do país e dominou a cena política por décadas.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 19/02/2026

SERVIDORA DA RECEITA DIZ À PF QUE ATENDIA OUTRA PESSOA NO HORÁRIO DE ACESSO A DADOS DE ESPOSA DE MORAES

Ruth Machado dos Santos é uma das investigadas por suspeita de acesso indevido a informações sigilosas

Por Giullia Colombo e Tiago Angelo, Valor — Brasília



Ministro do STF, Alexandre de Moraes, Viviane Barci de Moraes e Luiz Inácio Lula da Silva — Foto: Ricardo Stuckert/PR

A servidora da Receita Federal no Guarujá Ruth Machado dos Santos disse em depoimento à Polícia Federal (PF) que não acessou de forma indevida dados da advogada Viviane Barci, mulher do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal



Federal (STF). À PF, ela afirmou que realizava um atendimento presencial a outra pessoa no momento em que a corporação identificou o acesso às informações.

Ruth é investigada pelo suposto acesso irregular e vazamento de dados de ministros da Corte e familiares. Ela e mais três servidores da Receita foram alvo de mandados de busca e apreensão durante uma operação da PF realizada na terça-feira de carnaval (17).

Segundo apurou o Valor, Ruth prestou depoimento no mesmo dia durante 40 minutos. Ela teria declarado aos investigadores que estava ocupada com outra atividade no momento do registro de acesso e teria apresentado provas do horário do atendimento.

Ruth ainda teria informado que não conhece os demais alvos e, portanto, não tem relação com eles. Ela é técnica do Seguro Social desde 1994 e que atua na delegacia da Receita no Guarujá, no litoral de São Paulo.

Além dela, também são investigados Luiz Antônio Martins Nunes, técnico do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) no Rio de Janeiro, que foi cedido à Receita; Ricardo Mansano de Moraes, auditor fiscal da Receita desde 2007; e Luciano Pery dos Santos, que também atua como técnico do Seguro Social, em uma delegacia da Receita em Salvador.

Em nota, a defesa de Ruth ressaltou que ela tem quase 32 anos de serviço público, com uma trajetória marcada pela “correção, discrição e absoluto respeito às normas que regem a Administração Pública”. Disse que a funcionária nunca respondeu por qualquer procedimento disciplinar e negou ter “vínculo político-partidário, histórico de militância ou engajamento ideológico que pudesse, ainda que em tese, sugerir motivação de natureza política”.

O advogado Diego Scarpa afirmou que confia que a apuração dos fatos ocorrerá com “serenidade, responsabilidade e respeito às garantias constitucionais do devido processo legal” e que ficará demonstrado que Ruth “não concorreu para a infração penal”.

Ruth e os demais investigados tiveram a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telemático determinados e estão usando tornozeleira eletrônica, com proibição de sair no período noturno e nos fins de semana. Eles também não podem sair da comarca onde vivem e foram afastados de suas funções, não podendo entrar nas dependências da Receita e do Serpro e acessar os sistemas.

Operação

A operação da PF foi autorizada por Moraes após pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR). Há também uma auditoria na Receita para verificar se houve acesso irregular às informações.

Segundo a PGR, a conduta dos servidores da Receita pode se enquadrar no crime de violação de sigilo funcional. No entanto, de acordo com o órgão, é possível que outros delitos tenham sido cometidos, uma vez que as informações fiscais teriam sido utilizadas para produzir “suspeitas artificiais” contra integrantes do STF.

Tanto a PF quanto a Receita ainda apuram qual foi a motivação dos supostos acessos indevidos e se houve motivação política ou se os dados foram vendidos.

As informações a respeito dos vazamentos foram enviadas a Moraes pela Receita após o ministro determinar que o órgão rastreasse em seus sistemas se ministros, familiares e o procurador-geral da República, Paulo Gonet, tiveram dados acessados irregularmente.

“Foram constatados diversos e múltiplos acessos ilícitos ao sistema da Secretaria da Receita Federal do Brasil, seguindo-se de posterior vazamento das informações sigilosas. As investigações iniciais demonstram, conforme relatório enviado pela Receita Federal ao STF, a existência de ‘bloco de acessos cuja análise, pelas áreas responsáveis, não identificou justificativa funcional [para os acessos]’, disse o Supremo em nota.

Já a Receita emitiu duas notas sobre a investigação. Na primeira, afirmou que não “tolera desvios”, especialmente relacionados ao sigilo fiscal, e informou que já estava apurando acessos irregulares a dados de ministros e familiares.

“Em 12 de janeiro deste ano, o STF solicitou à Receita Federal auditoria em seus sistemas para identificar desvios no acesso a dados de ministros da Corte, parentes e outros nos últimos três anos. O trabalho foi incluído em procedimento que já havia sido aberto no dia anterior pela Corregedoria da Receita Federal com base em notícias veiculadas pela imprensa”, diz uma das notas.

Em uma segunda nota, a Receita esclareceu que não foi identificado nenhum acesso irregular a dados fiscais sigilosos do PGR, Paulo Gonet, e de seus familiares. “Foram pedidos à Receita Federal do Brasil dados de acesso de todos os ministros do STF, do PGR e seus familiares. Ou seja, foi pedido auditoria de todos, mas não significa que houve acesso a dados fiscais de todos”, informou.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 19/02/2026

VALE ATRAI SÓCIOS PARA PROJETO DE NÍQUEL NO CANADÁ

Subsidiária VBM tem ganhado destaque no balanço da companhia e interesse de investidores, à medida que cogita IPO

A Vale Base Metals (VBM), subsidiária da Vale, está compondo um consórcio de investidores para exploração de níquel no complexo de Thompson, na província canadense Manitoba.

Exiro Minerals Corporation, Orion Resources Partners LP e Canada Growth Fund Inc. deterão 81,1% do capital de uma nova empresa, criada para abarcar esses ativos. A VBM será minoritária, com 18,9%. Os sócios do consórcio também assumiram o compromisso de investir até US\$ 200 milhões para sustentar o futuro da mineração de níquel na região.

Segundo a Vale, a transação integra a revisão estratégica dos ativos de Thompson e tem como objetivo reforçar a competitividade global da VBM, além de posicionar as operações para geração de valor no longo prazo.



Vale Base Metals (VBM) produz níquel, cobre, cobalto e metais do grupo da platina — Foto: Vale/Marcelo Coelho

Como parte do arranjo, a VBM assinou ainda um contrato de offtake para a compra do concentrado de níquel produzido na planta de Thompson, preservando sua posição estratégica como principal produtora de níquel do Canadá. O fechamento da operação está previsto para ocorrer até o fim de 2026, condicionado às aprovações regulatórias e governamentais usuais. A VBM tem sido protagonista no desempenho da Vale e é potencial candidata a um IPO no exterior, para destravar valor para o grupo brasileiro.

A VBM reúne os minerais não ferrosos, como níquel e cobre, que têm registrado aumento de demanda dada a transição energética global. O CEO da Vale, Gustavo Pimenta, tem dito que a companhia quer extrair maior valor da operação antes de pensar em listagem, incluindo a duplicação de capacidade de cobre.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 19/02/2026

COMPETIÇÃO ENTRE AMAZON, SHOPEE E MERCADO LIVRE ENTRA EM NOVA FASE

Empresas adotam táticas opostas no país em momento de competição dura; reajustes vêm após cobranças por rentabilidade

Por Adriana Mattos — De São Paulo



Mercado Livre muda tarifa e passa a considerar peso, dimensões e preço do pacote — Foto: Vinicius Stasolla

Mudanças na relação com lojistas abrem um novo capítulo na dura disputa entre os grandes marketplaces do país. O Valor apurou que, enquanto Mercado Livre e Shopee irão reajustar as tarifas cobradas das lojas a partir do início de março - chegando, inclusive, a mudar antigas regras -, a Amazon vai na contramão, com isenção de tarifas em fevereiro e lançou promoções aos vendedores até julho.

No fim das contas, isso pode ter impacto no preço ao cliente, que é definido pelo vendedor, e não pela plataforma. Apesar de os marketplaces terem ampliado a base de lojas para criar concorrência interna, e evitar que reajustes cheguem aos consumidores, os pequenos comerciantes têm pouca margem tudo de manobra. Isso ocorre principalmente quando são mudanças profundas, como as atuais.

Entre lojistas ouvidos, chamou a atenção o fato de Shopee e Mercado Livre lançarem tabelas novas quase juntos - o primeiro em 1º de março e o segundo, no dia 2. O Mercado Livre comunicou aos lojistas no dia 20 de janeiro, e a Shopee fez o mesmo no dia 6 de fevereiro.

As duas empresas também fizeram reajustes no ano passado e, desde então, certos custos logísticos, como diesel, caíram, mas houve aumento de investimentos em frete e marketing, e as plataformas querem dividir essa conta.

O Valor apurou que o Mercado Livre mudou seu modelo de cálculo de fixo para variável para quem usa o envio “full”, o mais estratégico do grupo (empresa armazena, embala e envia os produtos), em entregas de até R\$ 79. De forma inédita, a empresa passou a incluir no cálculo, ao mesmo tempo, peso, medidas e preços das mercadorias.

Até 2 de março, a cobrança tem sido feita com base no custo fixo por unidade, dividida em três valores fixos: tarifa de R\$ 6,25 (envios de até R\$ 29), R\$ 6,50 (envios de R\$ 29,01 a R\$ 50) e R\$ 6,75 (R\$ 50,01 a R\$ 79).

“Até então, para envios até R\$ 79 existiam as três faixas, e não importava o peso. Agora, há três faixas de preço e 29 faixas de peso, o que encarece o envio e torna mais complexa a gestão da logística”, diz um lojista de roupas da plataforma.

Em grupos de mensagens de vendedores a que o Valor teve acesso, esta foi citada como a mudança mais controversa. Na nova tabela, há, por exemplo, 15 faixas de preços de produtos com até dois quilos de até R\$ 79 e, destes, 11 estão acima dos preços fixos existentes hoje.

Já o envio de um produto de um quilo de R\$ 50 sairá por R\$ 8 - e hoje custa R\$ 6,50, aumento de 23%. Se elevar o peso, o reajuste cresce: de 9 a 11 quilos, o envio sobe de R\$ 6,75 para R\$ 10,95, repasse de 62%.

Em relação aos envios acima de R\$ 79, também foram reajustados os valores e foram criadas novas faixas. O Valor comparou as tabelas atuais e as novas e verificou aumentos mais brandos, de 3% a 5%.

Também subiram as tabelas para envios no modelo “flex” (permite a entrega do próprio vendedor) ou para quem retira o item direto no lojista. Foi reajustado o valor fixo por unidade vendida entre cerca de 2% e 15%.



Os últimos aumentos da empresa foram em janeiro de 2025, e em junho a plataforma lançou a política de frete grátis nas vendas acima de R\$ 19 no Brasil, o que poderia ter impacto em custo de transportes. Mas houve um aumento na receita total, disse o comando, de modo a compensar o impacto.

Só que no material enviado a lojistas, que comunica os reajustes, a empresa diz que impulsionou seus negócios com o frete grátis, e para continuar neste caminho e acompanhar a alta dos custos logísticos, precisou atualizar as tarifas.

Alguns componentes das despesas reduziram a pressão no país em 2025 para todas as marketplaces. O diesel teve uma queda de 12% no preço vendido às distribuidoras em 2025, segundo a Petrobras, e parte chegou às bombas. Além disso, em 2025, o dólar desvalorizou-se em 11% frente ao real, o que reduz o custo da moeda sobre insumos como plástico e papelão.

Segundo fontes ligadas às plataformas, mesmo assim, fornecedores reajustaram preços no país em 2025.

Na visão de investidores, as plataformas estrangeiras em geral estariam trocando margem hoje por crescimento no longo prazo, e estariam sendo mais cobradas pelo mercado por rentabilidade no curto prazo. Por isso, elas estariam buscando repartir essa conta com os vendedores. Esse tema tem sido citado em relatórios de bancos.

Martin de los Santos, diretor financeiro do Mercado Livre, admitiu, em teleconferência no fim de 2025, que investimentos em frete grátis, logística e cartão de crédito geraram certa pressão em margem, mas que o grupo seguirá com a política para ter crescimento futuro.

Perguntado sobre a mudança nas tarifas, o Mercado Livre informa, em nota, que isso está alinhado com as práticas de mercado e reflete “a evolução estrutural da operação”, que envolve investimentos contínuos em infraestrutura, tecnologia, ampliação de capacidade e qualidade de serviço.

Sobre esses custos, afirma que se referem ao conjunto da operação, incluindo tecnologia, armazenagem, manuseio e transporte. A respeito do novo modelo baseado em peso, medidas e preço, a ideia é tornar a estrutura “mais eficiente e proporcional às características de cada produto e seu respectivo custo de transporte, além de dar mais previsibilidade aos vendedores”.

Ainda afirma que a empresa mantém investimentos contínuos e recortes para melhorar eficiência, e que ajuda a impulsionar as vendas dos parceiros. Também diz que os lojistas têm autonomia para definir sua estratégia comercial.

Pouco mais de duas semanas após o Mercado Livre informar as alterações, o Valor apurou que a rival Shopee enviou aos vendedores comunicado relatando que iria mudar normas de seu programa de frete grátis.

“Não há mais a opção de não fazer parte do programa, o que no comunicado eles chamam de benefício, mas é uma restrição que vai afetar os pequenos vendedores, principalmente. Tem microempresário que vive de vender na Shopee”, diz o diretor de uma consultoria que trabalha para lojistas da empresa.

Nos envios até R\$ 79,99, nada muda nas regras (cobra-se 20% do valor da venda mais R\$ 4). Mas, nas operações de R\$ 80 a R\$ 99,99, não se pode mais escolher os 20% de taxa mais R\$ 4 fixos, porque a opção acabou.

Após março, em compras nessa faixa de R\$ 80 a R\$ 99,99, as lojas terão de pagar 14% de taxa e quadruplicou-se o fixo para R\$ 16, o que eleva o total final pago. Na faixa de R\$ 100 a 199,99, são 14% mais R\$ 20, ou seja, o fixo, vai subindo mais.



“Eles também anunciaram um desconto de 5% a 8% ao cliente que pagar usando o Pix. Mas isso é para o consumidor, não para o lojista. Até ajuda na venda, mas o Pix ainda é algo pequeno”, diz o diretor.

Somado a isso, a Shopee informou que, para lojas que vendem usando CPF e emitiram mais de 450 pedidos em 90 dias, será aplicada nova taxa adicional de R\$ 3 por item vendido após março.

Em seus relatórios trimestrais, o comando da Sea Limited, holding de Singapura dona da Shopee, tem dito que vem trabalhando para melhorar a sua lucratividade no Brasil. O CEO da Sea, Forrest Li, disse a analistas, em novembro, que tem conseguido registrar lucro operacional ajustado no país.

Questionada sobre o fim da opção aos lojistas de não participarem do programa frete grátis, a empresa respondeu que “expandiu e criou novos benefícios”, e citou cupons subsidiados aos clientes, assim como subsídios de Pix também aos consumidores.

Sobre o impacto da obrigatoriedade de entrada no programa aos pequenos vendedores, a Shopee afirma que, com a entrada deles mais pessoas terão acesso a cupons subsidiados pela Shopee, tornando os produtos locais mais atraentes e, ao mesmo tempo, gerando visibilidade e oportunidades de conversão para lojistas de todos os portes.

A empresa informa que revisa ocasionalmente sua estrutura de comissão para garantir apoio aos empreendedores e que qualquer ajuste tem visão de longo prazo. E que investe de forma constante para ajudar as lojas a crescerem.

Seguindo na contramão, a Amazon anunciou, no mesmo dia em que a Shopee comunicou os lojistas do aumento, que iria fazer uma promoção em suas tarifas.

O Valor apurou que isso acontece meses depois de a operação brasileira ficar sob um diferente guarda-chuva no organograma internacional, sob a gestão de um executivo estrangeiro que tem autonomia para acelerar o crescimento.

A Amazon zerou, em fevereiro, as tarifas para envios acima de R\$ 100 para quem estiver no programa Fulfillment by Amazon (FBA), que faz armazenagem, envio e entrega. Para itens acima de R\$ 100, serão cobrados R\$ 5 por produto.

Após março, o benefício da isenção será estendido até julho para vendedores que atingirem 3,5% de investimento sobre as vendas na plataforma de anúncios da Amazon. Com isso, a Amazon tenta dar um novo gás à sua plataforma Amazon Ads.

Sem considerar esses critérios acima, as condições da Amazon continuam as mesmas aos vendedores desde 2025. A companhia confirmou as ações no começo do mês em comunicado, com a meta de trazer mais lojistas para sua base. No fim do ano, Mercado Livre e Amazon protagonizaram disputa ferrenha por vendas, com altos investimentos em cupons principalmente na Black Friday.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 19/02/2026

INVESTIMENTOS EM TERRAS RARAS SOMAM R\$ 13,2 BILHÕES NO BRASIL

País entrou no radar de outras nações e investidores locais e estrangeiros em meio à corrida global pelo grupo de elementos, estratégico para áreas como as de transição energética, tecnologia e Defesa
Por Michael Esquer e Vitória Nascimento — De São Paulo

Sete projetos de mineração de terras raras em fase pré-operacional somam até R\$ 13,2 bilhões previstos em investimentos no Brasil. O país entrou no radar de outras nações e investidores locais e estrangeiros em meio à corrida global pelo grupo de materiais, estratégicos para áreas como transição energética, tecnologia e Defesa.



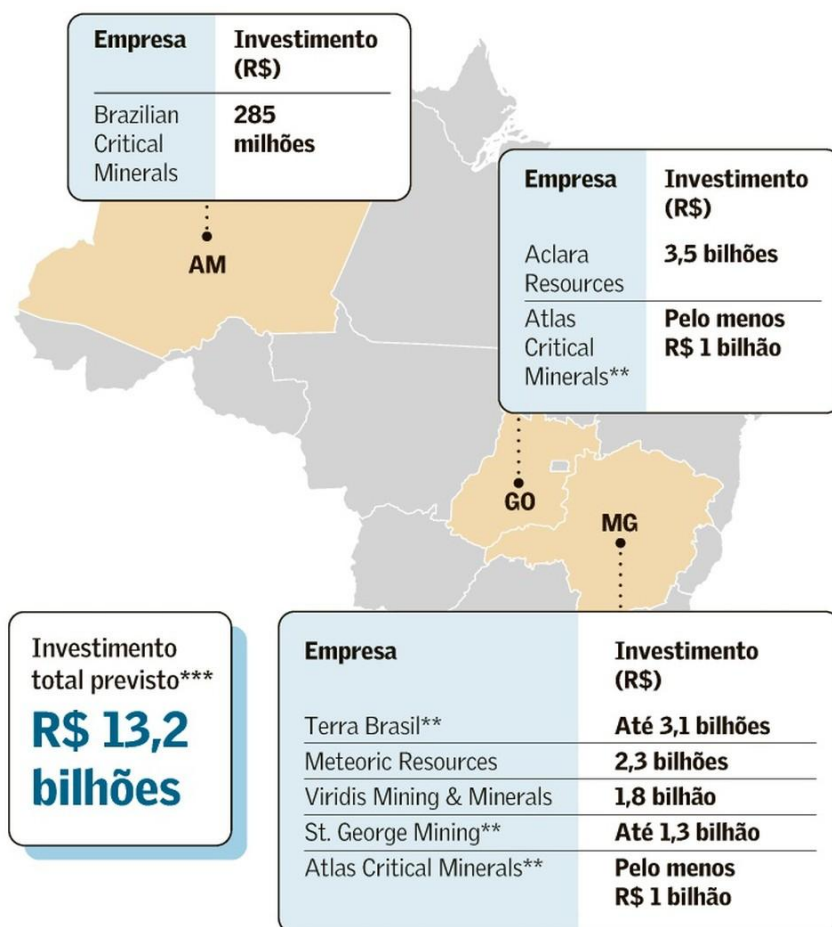
Cabo Verde Mineração identifica nova área de terras raras em Minas — Foto: Divulgação

O interesse nas reservas brasileiras de terras raras, localizadas principalmente em Minas Gerais, Goiás, Amazonas, Bahia e Sergipe, surge porque são as maiores depois das chinesas. Elas poderiam ajudar a reduzir a dependência de países do Ocidente de terras raras da China, que responde por 69% da produção global e por 91% do refino. Esse grupo é formado por 17 metais, como lantânio, samário, térbio e lutécio, encontrados em abundância no mundo, porém com processos de extração e refino caros e complexos.

Entre as iniciativas em fase pré-operacional no país estão as de mineradoras listadas em bolsas estrangeiras e as de empresas brasileiras de capital fechado e aberto, que se concentram, sobretudo, em Minas Gerais. Para especialistas consultados pelo Valor, contudo, concretizar o fluxo de recursos ainda depende de avanços regulatórios e financeiros.

Projetos de terras raras no Brasil

Investimentos* previstos de sete iniciativas em fase pré-operacional



Fonte: Valor Econômico com bolsas de valores de Sydney e de Toronto. *Para projetos cotados em dólar, foi considerada taxa de câmbio de R\$ 5,18 por cada US\$ 1,00. **Estimativa preliminar informada à reportagem. ***Quantia pode ser maior, já que os projetos listados são apenas alguns dos que se encontram em fase pré-operacional no país e há outros, entre eles, aqueles que ainda não contam com estimativas públicas de aporte de recursos.

Os projetos da Viridis Mining & Minerals, da Meteoric Resources, listadas na bolsa de Sydney, na Austrália, da Aclara Resources, na de Toronto, no Canadá, e da Atlas Critical Minerals, na americana Nasdaq, têm previsão de entrada em operação em 2028.



“Seguindo o cronograma, estimamos alcançar a decisão final de investimento no segundo semestre deste ano”, disse Klaus Petersen, gerente nacional da Viridis no Brasil.

A Meteoric deve começar a construir no terceiro trimestre, se conseguir a licença de instalação. “São 24 meses de construção, que podem virar 18”, disse Marcelo Carvalho, diretor-executivo da companhia.

Segundo a Aclara, a multiplicidade de órgãos envolvidos no processo de licenciamento ambiental e a ausência de clientes no Brasil, para a compra de produtos futuros da mina, são dificuldades para conseguir investimento. “Estabelecer contratos ‘offtake’ [de compra e venda antecipada da produção] é fator fundamental para a obtenção de financiamentos”, afirmou José Augusto Palma, vice-presidente-executivo da mineradora.

Marc Fogassa, presidente da Atlas, afirmou que, atualmente, as áreas da mineradora se encontram “em fase de estudos geológicos, testes laboratoriais e definição de rotas de processamento.”

Os projetos da St. George Mining, também listada na bolsa de Sydney, e da Terra Brasil, brasileira de capital fechado, têm expectativa de iniciar operações em 2029.

“Estudos estão em andamento para confirmar o potencial técnico e econômico do projeto”, afirmou o presidente da St. George, John Prineas. O projeto prevê investimentos adicionais em nióbio. As duas frentes são em Araxá, cidade mineira em que opera a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM), da família Moreira Salles.

A iniciativa da Terra Brasil também mira outros investimentos, em fertilizantes. “Adotamos uma estratégia diferenciada, com um projeto integrado de terras raras com fertilizantes fosfatados e potássicos”, disse Eduardo Duarte, presidente da empresa.

A Brazilian Critical Minerals (BCM) não informou quando entra em operação, mas Andrew Reid, diretor-executivo, disse que as principais etapas a serem concluídas neste ano incluem a obtenção de “todas as licenças necessárias” para isso.

O volume de investimento previsto no segmento deve ser maior, já que os projetos compilados pelo Valor são apenas alguns dos que se encontram em fase pré-operacional e há outros, entre eles os que ainda não contam com estimativas públicas de aporte de recursos.

“Essa previsão de investimentos é um excelente indicativo de que o mundo está olhando para o país”, disse Patricia Seoane, sócia e líder de mineração e siderurgia da PwC Brasil. Contudo, ela ressaltou que incertezas sobre como será o marco regulatório para terras raras e outros minerais críticos, política que o país ainda não tem, geram insegurança para investidores, bancos e agentes financiadores.

A GIN Capital estima que, no máximo, 35% dos R\$ 13 bilhões previstos sejam efetivamente captados e desembolsados até 2028. “Os projetos mais avançados tecnicamente, com estudos de viabilidade mais robustos e já alguma conversação com potenciais ‘offtakers’, têm de 60% a 70% de probabilidade de alcançar a decisão final de investimento”, disse Roberta Dalla, cofundadora e sócia da plataforma. Os demais enfrentam probabilidade menor sem mudanças estruturais no ambiente de negócios.

Uma proposta que tramita na Câmara sob relatoria do deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP) é tida como a em estágio mais avançado para instituir uma Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos e impulsionar o segmento.

A inclusão de fundo garantidor no marco, para destravar o fluxo de capital, é defendida por empresas da cadeia de minerais críticos. Segundo a Associação de Minerais Críticos (AMC), a proposta uniria bancos de desenvolvimento e setor privado para diluir riscos no financiamento, e permitiria que

mineradoras juniores, à frente de grande parte das iniciativas e sem produção ativa para oferecer como garantia real, acessassem recursos em condições mais competitivas. “Precisamos de outro mecanismo de garantia, de modo que se coloque todo o pacote dos projetos embaixo”, disse Marisa Cesar, presidente do conselho da entidade. Ao Valor, o deputado Arnaldo Jardim confirmou que o texto sob sua relatoria prevê o instrumento.

Segundo o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), o alto risco da pesquisa mineral, em que entre cada 100 áreas sondadas cerca de duas se tornam bons projetos, limita o acesso a crédito. Por isso, disse Julio Nery, diretor de assuntos minerários da entidade, empresas juniores buscam capital em bolsas de países como Austrália e Canadá. “Não necessariamente [são projetos] de australianos e canadenses. Podem ser até de brasileiros mesmo, que vão buscar esse capital de risco fora do país, porque lá há compensações [financeiras] que aqui não existem.”

A AMC aponta como desafio a “insegurança jurídica” que a interferência de órgãos, como o Ministério Público, gera no licenciamento ambiental. Cesar, da AMC, cita os casos dos projetos da Viridis e da Meteoric, alvos de ação antes de receberem a licença prévia no ano passado. “Isso impacta a atração de mais investidores.” Segundo o MPF, “por precaução”, seria preciso estudar potenciais riscos ambientais em estudos complementares.

Shiguelo Watanabe Junior, pesquisador do Instituto ClimaInfo, disse que o órgão atua porque ferramentas de proteção do meio ambiente e de habitantes de áreas impactadas por empreendimentos têm falhado no país. “Em um mundo ideal, o MP não precisaria entrar em ação, pois os mecanismos de licenciamento e acompanhamentos dariam conta.”

A ausência de contratos estruturados de “offtake”, que alguns projetos ainda enfrentam, e a complexidade técnica do refino dos elementos também foram apontadas como entraves pela GIN. “Sem acordos de ‘offtake’ de longo prazo com fabricantes finais ou intermediários, esses projetos não conseguem bancar o ‘project finance’ tradicional”, disse Dalla, referindo-se ao modelo em que o crédito é concedido com base principalmente na capacidade futura de geração de caixa.

Na corrida global para reduzir a dependência da China, disse ela, o Brasil poderia capturar de 15% a 20% do mercado global de terras raras, projetado em até US\$ 12 bilhões anuais até 2030, mas “a janela é de 18 a 24 meses”. Se o país perder a oportunidade, o risco é que a infraestrutura de refino e os acordos de ‘offtake’ já tenham sido estabelecidos em outros países. “E será exponencialmente mais difícil, e mais caro, atrair capital de escala”, disse.

Hoje, a única mina em operação comercial no país é a da Mineração Serra Verde, em Goiás, que anunciou que obteve financiamento de US\$ 565 milhões (R\$ 2,9 bilhões ao câmbio atual) do DFC, o banco de desenvolvimento americano. Essa busca de investidores internacionais, incluindo instituições de fomento e bancos públicos e privados, é estratégia que já tem sido usada pelas mineradoras em fase pré-operacional.

Em setembro de 2025, a Aclara anunciou que recebeu compromisso de financiamento de até US\$ 5 milhões do DFC, para estudo de viabilidade. E Viridis e Meteoric também já anunciaram que receberam cartas de apoio e de interesse para financiamento de agências de crédito à exportação de países como Austrália, Canadá, França e EUA.

Internamente, o Brasil também tem frentes que buscam destravar investimentos no segmento de minerais críticos. O próprio governo federal tem buscado atrair investidores internacionais para o segmento.

Em novembro, a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex Brasil) teve agenda na União Europeia (UE) com a finalidade e em março deste ano, espera que pelo menos cinco mineradoras recebam o anúncio de investimentos ligados à UE.

“O trabalho iniciado pelo governo precisa se traduzir rapidamente em instrumentos operacionais que permitam aos projetos brasileiros competir em pé de igualdade”, afirmou Dalla.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 19/02/2026

MENDONÇA VERSUS O ATROPELADOR GERAL DA REPÚBLICA

Alexandre de Moraes atropelou Receita, TCU, servidores, Fachin e, finalmente André Mendonça que, se não o enfrentar, perderá autoridade como de relator do caso Master

Por Maria Cristina Fernandes

O ministro Alexandre de Moraes mandou colocar tornozeleira eletrônica, apreender passaportes, celulares e computadores, quebrar o sigilo e divulgar os nomes de quatro servidores da Receita - um auditor, uma técnica e dois servidores do Serpro cedidos. Em relação a, pelo menos, dois deles, não há informações de que o acesso tenha se prestado à comercialização dos dados.

Há exatos sete anos, o ministro, tornado relator do inquérito das “fake news” de ofício pelo então presidente da Corte, Dias Toffoli, também cismou com dois servidores da Receita que teriam acessado, indevidamente, o sigilo bancário do ministro Gilmar Mendes e de sua ex-esposa, Guiomar Feitosa. Como não se provou que esses servidores, ao se depararem com dados sigilosos, nas varreduras de rotina, estivessem agindo com dolo, foram reincorporados. Dado que o ministro é inimputável, a não ser por um processo de impeachment no Senado, os servidores que foram expostos em 2019 não tiveram a quem se queixar pelos danos à sua reputação.

Naquele ano, o Tribunal de Contas da União pediu as autuações da Receita sobre fiscalizações de integrantes e ex-integrantes do primeiro escalão do Executivo, do Legislativo e dos tribunais superiores, bem como os nomes dos servidores designados para atuar nesta fiscalização. O ministro Alexandre de Moraes suspendeu a decisão. O TCU alegava a intenção de dar governança a este acesso, mas Moraes acatou a reclamação do Sindifisco de que os auditores estariam expostos a suspeição.

No dia 11 de janeiro deste ano, a corregedoria da Receita deu início a um procedimento interno de investigação sobre a quebra de sigilo de ministros e familiares. No dia seguinte, o ministro Alexandre de Moraes pediu auditoria nos sistemas da Corte para que fossem identificados desvios no acesso a dados de ministros e seus parentes nos últimos três anos. Os primeiros achados desta auditoria já estavam em andamento e haviam sido informados a Alexandre de Moraes quando o ministro determinou à PF as medidas cautelares contra os servidores investigados.

O ministro diz estar agindo no âmbito do inquérito das “Fake News”, aberto há sete anos, ainda que a suposta quebra de sigilo que o incomodou tenha sido aquela relativa aos honorários do contrato advocatício entre sua esposa, Viviane Barci de Moraes, com o banco Master. Este inquérito tem um relator, André Mendonça, que não se pronunciou, como tampouco o fez o presidente da Corte, Edson Fachin, sobre o fato de Moraes estar agindo em nome dos dez ministros quando quem os representa, institucionalmente, é a Presidência do STF.

Os brasileiros têm proteção constitucional ao sigilo de seus dados e toda e qualquer violação deve ser investigada e punida. Alexandre de Moraes disse, recentemente, que os ministros estão na carreira pública com mais vedações mas o que se observa, neste afã de atropelar instituições de controle, colegas e os direitos de servidores da Receita, é que sua toga, na verdade, é aquela com mais prerrogativas.

Os dois ministros mais atropelados deste enredo, Mendonça e Fachin, tiveram uma conversa, na semana passada. O fato de nada ter vazado do encontro sugere que tenham se dado bem. Resta saber se transformação este entendimento em atitude para conter Moraes. A militância acadêmica de Mendonça no combate à corrupção tende a aproximá-lo de Fachin, visto por muitos, no tribunal, como o representante do lavajatismo na Corte. Na condição de relator da ação que questionava os acordos de leniência firmados pelas empresas no âmbito da Lava-Jato, André Mendonça evitou que o processo fosse anulado a pretexto de terem sido coagidas a firmar os acordos.

Um sinal de que estão afinados foi o fato de que Mendonça, em resposta à investida de Fachin pelo código de ética, ter recusado um convite para palestrar em Salamanca, na Espanha, durante mais um encontro de juristas brasileiros no exterior. Enquanto Moraes se queixa das “vedações” à magistratura, e Dias Toffoli defende o direito de ser sócio de quem quiser, Mendonça se compromete a doar o lucro do instituto que criou depois de ter se tornado ministro para a igreja prebiteriana da qual é pastor.

Na condição de relator do caso Master, Mendonça terá que mostrar redobrada independência da comunidade evangélica que calçou sua indicação, vide os vínculos dos pastores André Valladão e Fabiano Zettel, da igreja Batista da Lagoinha, em Belo Horizonte, com o dono do Master, Daniel Vorcaro. Não apenas. Foi de Mendonça a indicação de Milton Ribeiro, o ex-ministro da Educação, exonerado depois de vir à tona um suposto favorecimento de pastores na distribuição de verbas na Pasta. O secretário-executivo de Ribeiro, que assumiu o MEC, Victor Godoy, é o CEO do instituto de Mendonça, o Iter.

Quando passou pela espera de mais de mais de três meses pela sabatina, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) foi um dos que mais colocaram óleo na sua frigideira. O preferido de todos no Senado era Augusto Aras, o engavetador-geral da República. Quatro anos depois, o terrivelmente evangélico tem pela frente o atropelador-geral. Difícil pedir que o STF fique sem dentes neste caos, justifica um ministro sobre as prerrogativas de Moraes. Se Mendonça não o contiver, corre o risco de ser por ele devorado.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 19/02/2026

FOLHA DE S.PAULO

FOLHA DE SÃO PAULO - SP

EF-118: O CONTRATO QUE DEFINIRÁ O PADRÃO DAS NOVAS FERROVIAS

- Primeiro projeto estruturado sob nova política ferroviária, desenho da estrada de ferro criará padrão para contratos
- EF-118 prevê trecho entre Santa Leopoldina (ES) e São João da Barra (RJ), com expansão até Nova Iguaçu (RJ)

Por Mauricio Portugal Ribeiro - Sócio do Portugal Ribeiro & Jordão Advogados e mestre em direito pela Harvard Law School

Sustentei recentemente em artigo nesta coluna que o discurso oficial sobre a nova política ferroviária precisa refletir com clareza o que ela efetivamente propõe. Volto ao tema para analisar as minutas de edital e contrato da EF-118, recentemente submetidas ao TCU. Por ser o primeiro projeto estruturado sob a nova política ferroviária, seu desenho criará um padrão para os contratos seguintes.

A EF-118 prevê a construção do trecho entre Santa Leopoldina (ES) e São João da Barra (RJ), com expansão condicionada até Nova Iguaçu (RJ), incluindo segmento preexistente da EF-103, além da prestação do serviço de transporte de cargas.



Trecho de ferrovia em Minas Gerais - Pedro Ladeira - 3.fev.26/Folhapress

Trata-se, na prática, de uma PPP (parceria público-privada) com aporte de recursos públicos (R\$ 5,2 bilhões) ao longo da construção da ferrovia, diretamente ou por meio de investimentos cruzados de concessionárias que renovaram seus contratos entre 2020 e 2025. Em qualquer desses casos, o projeto gera efeitos fiscais, ainda que menos visíveis no caso dos investimentos cruzados, pois os recursos não passam

pela conta única do Tesouro e não são considerados na contabilidade pública.

Apesar de ser uma PPP com aporte, o critério de julgamento não é, como seria esperado, menor pagamento de aporte público, mas sim maior pagamento pela outorga, destinado a um fundo para cobrir contingências no próprio projeto. O problema é que o contrato cria hipóteses em que esse fundo pode se revelar insuficiente, exigindo recursos orçamentários adicionais.

Um exemplo é a regra segundo a qual se o custo definido no projeto executivo superar 110% do valor estimado das obras (R\$ 3,8 bilhões), 90% do excedente será suportado pela União. Como o projeto executivo será elaborado pelo concessionário, é plausível imaginar cenário em que os licitantes já antecipem sobrecustos superiores a 10%. Nesse contexto, se a margem líquida da obra para o concessionário superar a parcela de risco que o concessionário assume, haverá incentivo econômico para o concessionário buscar elevar o custo da construção já no projeto executivo.

O país já viveu situação semelhante no fim do século XIX e princípio do XX, com o regime de garantia de juros, adotado por influência de estudo de André Rebouças. Como a rentabilidade era proporcional ao investimento reconhecido, criou-se incentivo para maximizar o capital empregado. A literatura registra a consequência disso: ferrovias construídas com traçados em ziguezague, com o efeito colateral de reduzir a eficiência do transporte.

O modelo da EF-118 também pode afetar o leilão. Se o concessionário sabe que a outorga poderá retornar a ele via reequilíbrios e que seus ganhos crescem com o valor da obra, pode oferecer lance artificialmente elevado, apostando na recomposição futura. Nesse caso, a tendência é que vença não o operador mais eficiente, mas aquele que apostar mais alto na sua capacidade de obter reequilíbrios.



Trilhos construídos pela ABPF (Associação Brasileira de Preservação Ferroviária) ao lado da linha da antiga Companhia Mogiana em Campinas...

Outro ponto sensível é a definição de eventos extraordinários que dão ao concessionário direito a reequilíbrio pela variação de custos de insumos. Na EF-118, considera-se extraordinária variação do custo total de insumos superior a 2% da receita do ano anterior da concessionária, enquanto, por exemplo, no setor de rodovias, esse percentual é definido por análise de dados com metodologias probabilísticas, que resulta geralmente em atribuir riscos aos concessionários substancialmente

maiores que os mencionados 2%.

Há evidente assimetria entre o desenho da EF-118 e as concessões de ferrovias renovadas entre 2020 e 2025, que somam cerca de R\$ 85 bilhões em compromissos de investimento, sem proteção semelhante para variações de custos de insumos. Se o modelo da EF-118 for replicado para implantar ferrovias na área de influência das concessionárias atuais, poderá haver distorções concorrenciais.

Diante de tudo isso, seria prudente reavaliar essas regras e seu impacto fiscal. O Brasil precisa ampliar sua malha ferroviária, integrar territórios e reduzir custos logísticos. Isso exige projetos viáveis e contratos bem calibrados. É preciso aprimorar o desenho da EF-118, de modo a assegurar que os recursos mobilizados —públicos e privados— resultem em obras eficientes, concorrência saudável e sustentabilidade fiscal. É assim que se constroem políticas públicas que atravessam gerações

Fonte: Folha de São Paulo - SP
Data: 19/02/2026

PORTAL PORTOS E NAVIOS

ANSCHÜTZ ENTREGA O SISTEMA INBS PARA A PRIMEIRA FRAGATA DA CLASSE TAMANDARÉ

Da Redação Indústria naval 19/02/2026 - 09:47



A empresa alemã Anschütz entregou e colocou em operação seu sistema integrado de navegação e ponte (INBS) SYNAPSIS para o primeiro navio do novo programa de fragatas da classe Tamandaré da Marinha do Brasil.

O Tamandaré, primeiro de quatro navios construídos pela SPE Águas Azuis no estaleiro TKMS Estaleiro Brasil Sul, em Itajaí, tem previsão de ser incorporado ao mar no início deste ano e representa um importante marco em um dos programas de construção naval mais avançados do país. O sistema de navegação inercial SYNAPSIS INBS, fornecido para a fragata, baseia-se em tecnologias de navegação padronizadas. Essa abordagem proporciona alta confiabilidade do sistema, manutenção simplificada e prontidão operacional contínua ao longo de todo o ciclo de vida da embarcação.

O sistema inclui estações de trabalho multifuncionais que abrigam radar, sistema eletrônico de exibição de cartas náuticas e informações (ECDIS), funções de comando e outras funções de navegação, integração de CFTV, um sistema completo de controle de direção com piloto automático e o GMDSS (sistema global de socorro e segurança marítima).

A plataforma de integração SYNAPSIS garante o processamento consistente de dados, uma interface homem-máquina uniforme e monitoramento centralizado em toda a ponte de comando. Isso proporciona à tripulação uma visão operacional clara e auxilia na navegação segura durante o trânsito, manobras e operações específicas da missão.

O projeto escalável permite que a Marinha do Brasil adapte e amplie o INBS ao longo da vida útil da fragata por meio de atualizações funcionais, integração de sensores adicionais ou requisitos operacionais em constante evolução. Isso garante flexibilidade a longo prazo e ajuda a manter a eficácia operacional por décadas de serviço.

O programa da classe Tamandaré inclui uma significativa transferência de tecnologia em engenharia naval, integração de plataforma e sistemas de combate, suporte logístico e gestão do ciclo de vida. Em consonância com essa abordagem, a equipe local da Anschuetz do Brasil foi responsável pelo comissionamento, testes de mar e integração de sistemas, e permanecerá como o ponto de contato da Marinha para serviços técnicos e manutenção durante toda a vida útil dos navios.

Projetada como uma fragata moderna e multifuncional, a primeira embarcação da classe Tamandaré proporcionará ampla capacidade operacional, desde segurança marítima e patrulhamento até apoio a missões conjuntas e internacionais.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 19/02/2026

A CMA CGM ENCOMENDOU SEIS NAVIOS PORTA-CONTÊINERES MOVIDOS A GNL NA ÍNDIA

Da Redação Navegação 19/02/2026 - 09:39



A gigante francesa de transporte marítimo de contêineres CMA CGM anunciou a assinatura de um contrato de construção naval com a Cochin Shipyard Limited para seis navios porta-contêineres movidos a GNL com capacidade para 1.700 TEUs (unidade equivalente a vinte pés), que serão construídos na Índia.

O contrato foi assinado durante a visita do presidente e CEO da CMA CGM, Rodolphe Saadé, à Índia, e na presença de Shri Shantanu Thakur, Ministro de Estado do Ministério de Portos, Transporte Marítimo e Hidrovias, informou a empresa em comunicado divulgado hoje (19 de fevereiro).

A CMA CGM também anunciou que, por meio de sua subsidiária dedicada à gestão de navios, a CMA Ships, a empresa já contratou 1.000 marinheiros indianos e planeja embarcar 1.500 marinheiros até o final de 2026.

Além disso, a empresa, em parceria com a Capgemini, estabeleceu um centro de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) dedicado na Índia, que, segundo ela, "desempenha um papel fundamental no desenvolvimento de soluções digitais e habilitadas por IA de última geração que apoiam as operações globais da CMA CGM".

Ao comentar, Saadé disse: "Hoje, estamos fortalecendo nossa cooperação na construção naval com o estaleiro de Cochin por meio da assinatura de um contrato para seis navios porta-contêineres movidos a GNL."

Ao mesmo tempo, buscamos expandir nossa atuação na fabricação de contêineres e na reciclagem de navios. Isso está totalmente alinhado com a Visão Marítima 2047 do Primeiro Ministro Modi, que visa posicionar a Índia como uma grande nação marítima.

À medida que corredores como o Corredor Econômico Índia-Oriente Médio-Europa (IMEC) se desenvolvem, conectando a Índia ao Oriente Médio e à Europa, a CMA CGM está pronta para contribuir com esta nova fase do comércio global.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 19/02/2026

HAPAG-LLOYD ADQUIRE A COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO ZIM

Da Redação Navegação 19/02/2026 - 09:29



A empresa combinada terá uma capacidade permanente superior a 3 milhões de TEUs, com mais de 400 navios, e transportará mais de 18 milhões de TEUs por ano

A Hapag-Lloyd assinou um acordo com a ZIM Integrated Shipping Services Ltd., a 10ª maior empresa de transporte marítimo de contêineres do mundo, pela qual a primeira adquirirá 100% das ações da segunda por US\$ 35,00 por ação em dinheiro. O valor total da transação ultrapassa US\$ 4 bilhões.

A FIMI, o maior e principal fundo de private equity de Israel, assumirá a propriedade de uma empresa de transporte marítimo de contêineres que atenderá algumas das rotas comerciais estratégicas mais importantes, conectando-se à rede global da Hapag-Lloyd. A nova linha de contêineres começará com 16 navios e assumirá a responsabilidade total pela Ação de Ouro da ZIM, bem como pela marca ZIM.

A conclusão das transações previstas está sujeita, entre outros fatores, à aprovação dos acionistas da ZIM e das autoridades regulatórias competentes.

A combinação dos negócios entre a Hapag-Lloyd e a ZIM consolidará a posição da Hapag-Lloyd como a quinta maior empresa de transporte marítimo de contêineres do mundo, com uma frota de mais de 400 navios, capacidade permanente de mais de 3 milhões de TEUs e um volume anual de transporte superior a 18 milhões de TEUs.

Estima-se que a transação gere sinergias anuais de várias centenas de milhões de dólares. A Hapag-Lloyd e a ZIM irão aproveitar a mão de obra e as tecnologias de ponta de ambas as empresas para construir uma equipe combinada ainda mais forte.

“A ZIM é uma excelente parceira para a Hapag-Lloyd”, afirmou Rolf Habben Jansen, CEO da Hapag-Lloyd. “Os clientes se beneficiarão de uma rede significativamente reforçada nas rotas Transpacífica, Intra-Ásia, Atlântico, América Latina e Mediterrâneo Oriental. Compartilhamos as mesmas ambições: excelente atendimento ao cliente, qualidade operacional excepcional e um compromisso com a inovação digital – tudo isso impulsionado pela experiência e paixão de nossos colaboradores em todo o mundo. Aproveitaremos esta oportunidade para criar a melhor equipe, reunindo os talentos excepcionais da ZIM e da Hapag-Lloyd – em Israel e no mundo todo – e nos comprometemos a construir uma presença substancial e de longo prazo em Israel. Juntos, estabeleceremos novos padrões de excelência e consolidaremos nossa posição como a número um indiscutível em qualidade em nosso setor.”

“O anúncio de hoje é o culminar de uma análise estratégica minuciosa conduzida pelo Conselho de Administração da ZIM, dedicada a maximizar o valor para os acionistas. A decisão reflete uma avaliação abrangente de todas as opções disponíveis para garantir o melhor resultado possível para os investidores da empresa. Acreditamos que esta representa a transação mais prudente e benéfica para todos os stakeholders da ZIM, que fortalece ainda mais o histórico de criação de valor excepcional que construímos desde o nosso IPO”, afirmou Yair Seroussi, Presidente do Conselho de Administração da ZIM.

Até a conclusão da transação, a Hapag-Lloyd e a ZIM permanecerão concorrentes e continuarão operando normalmente. Sua colaboração operacional se limitará aos acordos existentes de compartilhamento de navios e afretamento de slots. As aprovações necessárias das autoridades reguladoras e dos acionistas da ZIM são esperadas até o final de 2026.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 19/02/2026

PORTOS DO PARANÁ CONCENTRAM QUASE METADE DAS EXPORTAÇÕES DE FRANGO DO BRASIL

Da Redação Portos e logística 19/02/2026 - 09:18



Movimentação histórica em janeiro também foi impulsionada por soja, fertilizantes e açúcar

Os portos paranaenses foram responsáveis pela movimentação de 47,6% de toda a carne de frango exportada pelo Brasil em janeiro de 2026. O volume reforça o título de maior corredor de exportação do produto no mundo. Ao longo de 2025, somente o Porto de Paranaguá exportou mais de 2,8 milhões de toneladas de frango congelado.

De acordo com dados atualizados do Comex Stat, no primeiro mês de 2026 foram enviadas 199 mil toneladas de carne de frango congelada, que totalizaram US\$ 365 milhões em valor FOB (Free on Board — valor da carga no momento do embarque). Os principais destinos foram Emirados Árabes Unidos, África do Sul e China.

O Paraná é o maior produtor nacional de frango, com um parque industrial composto por 36 frigoríficos de abate e beneficiamento. “Nossa inteligência logística e a posição estratégica para o escoamento de cargas das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, além de países vizinhos, são fundamentais para atender à elevada produtividade brasileira”, afirmou o diretor-presidente da Portos do Paraná, Luiz Fernando Garcia.

A estrutura portuária é outro diferencial oferecido aos frigoríficos. As carnes congeladas são transportadas em contêineres refrigerados (reefers), que exigem conexão contínua à energia elétrica para manutenção da temperatura. O Terminal de Contêineres de Paranaguá (TCP) possui o maior parque de armazenagem de contêineres refrigerados da América do Sul, com 5.268 tomadas.



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOS SHIPPING

Edição: 030/2026
Página 90 de 90
Data: 19/02/2026
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

A carne bovina exportada pelos portos paranaenses também apresentou desempenho relevante, alcançando o segundo lugar, com 27,7% de participação em janeiro. Foram 122 mil toneladas enviadas, principalmente para China, Estados Unidos e Emirados Árabes Unidos, movimentando US\$ 690 milhões em valor FOB.

A movimentação geral de cargas nos portos paranaenses em janeiro somou 5.288.747 toneladas, configurando o melhor janeiro da história da Portos do Paraná. O recorde anterior havia sido registrado no ano passado, com 4.708.203 toneladas — crescimento de 12,3%.

Foram embarcadas 811,9 mil toneladas de soja em grão, aumento de 98% em relação a janeiro de 2025. O milho registrou crescimento de 12%, com o envio de 387 mil toneladas.

Janeiro também apresentou aumento de 199% na movimentação de açúcar ensacado, totalizando 397 mil toneladas. No ano anterior, as exportações haviam sido impactadas pela quebra da safra de cana, pela elevada oferta internacional e pela formação de estoques elevados em países asiáticos.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 19/02/2026



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 19/02/2026